ESTADO DO AMAZONAS

MENSAGEM

à

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

apresentada pelo Excelentíssimo Senhor
Governador
ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS
em 15 de março de 1965.

Ypiranga
M
098113

MANAUS — AMAZONAS

SGC-39592
-3822-

ESTADO DO AMAZONAS

Bt. Mário Ypiranga Monteiro
Manaus Amazonas

MENSAGEM

à

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

apresentada pelo Excelentíssimo Senhor
Governador
ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS
em 15 de março de 1965.

Am/M
352.23809813
A489m

MANAUS — AMAZONAS

Bt. Mário Ypiranga Monteiro
Registro: 00768
Folha:
Data:

ÍNDICE

Págs.

I — INTRODUÇÃO 5

II — QUADRO DA SITUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO LEVANTADO EM 27 DE JUNHO DE 1964 23

1 — Secretaria de Economia e Finanças 25

2 — Secretaria do Interior e Justiça 29

3 — Secretaria da Educação e Cultura 35

4 — Secretaria de Assistência e Saúde 41

5 — Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio 49

6 — Secretaria de Viação e Obras Públicas 53

7 — Gabinete do Governador 59

a) — Municípios fantasmas 61

b) — Estôrno de verbas 61

c) — Casas do Amazonas 62

d) — DITPEA 62

e) — DASPA 63

f) — DAPS 63

g) — Departamento de Imprensa Oficial 63

h) — Departamento Estadual de Estatística . 66

i) — TRANSPORTAMAZON 66

j) — ALIMENTAMAZON 66

k) — Olaria do Estado 67

8 — Departamento de Estradas de Rodagem 69

III — RESULTADOS ALCANÇADOS PELA ADMINISTRAÇÃO NO PERÍODO DE 27.6.64 A 31.12.64 75

1 — Secretaria de Economia e Finanças 77

2 — Secretaria do Interior e Justiça 109

3 — Secretaria da Educação e Cultura 115

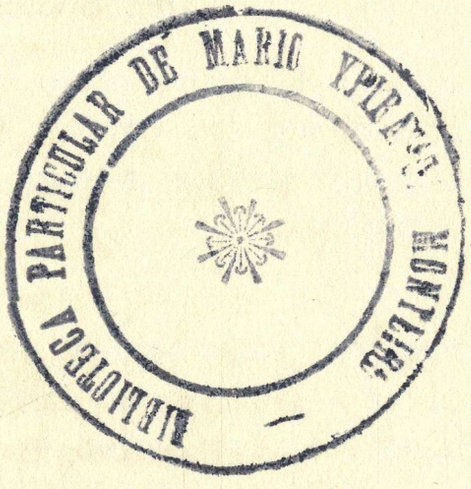
4 — Secretaria de Assistência e Saúde 121

Págs.

5 — Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio 133
6 — Secretaria de Viação e Obras Públicas 143
7 — Gabinete do Governador 149
a) — Extinção dos Municípios 151
b) — Estôrno de verbas 152
c) — Reorganização das Representações do Govêrno 154
d) — Grupos de Trabalho 155
e) — Loteria do Estado 156
f) — Comissão de Defesa do Guaraná 157
g) — CODEAMA 157
h) — CELETRAMAZON 165
i) — Água tratada e iluminação pública 169
j) — DITPEA 170
k) — DASPA 171
l) — Previdência Social 171
m) — Imprensa Oficial 175
n) — Telefones 176
o) — Exposição de livros 176
p) — Atlas Geo-Econômico do Amazonas ... 177
q) — Aumento de vencimentos 179
r) — Aposentadorias e Pensões 182
s) — Departamento Estadual de Estatística.. 182
t) — TRANSPORTAMAZON 186
u) — Olaria do Estado 187
9 — Banco do Estado do Amazonas S/A. 189
10 — Departamento de Estradas de Rodagem 195
11 — Tribunal de Contas 203
IV — PLANO BIENAL 207
V — A PRESENÇA DA UNIÃO 217

I

INTRODUÇÃO



SENHOR PRESIDENTE,

SENHORES DEPUTADOS :

Os homens que vieram realizar a Amazônia, descobrindo-a e revelando-a como espaço físico e empório de matérias primas, essenciais à movimentação dos mercados europeus, compreenderam-na como um mundo exótico que desafiava energias, iniciativas e técnicas de trabalho. E nos quatro séculos em que a têm pretendido possuir, para disciplina-la à sua vontade e dela extrair quanto possa servir ao apetite incontido daqueles e dos outros mais recentes mercados, as energias que despenderam, as iniciativas que tomaram e as técnicas de que fizeram uso não foram suficientes para transformá-la de paisagem em estado de natureza, que encontraram, em paisagem que importe no êxito do homem sôbre o espaço e suas peculiaridades, seus exotismos, suas características físicas. A Amazônia continua mundo em ser, emprêsa que desafia a maturidade universal, representada em programas de ação e decisão e ímpetos criadores.

O Amazonas é parte integrante dessa mesma Amazônia. Não haverá restrições ou negação ao esfôrço dos que pretenderam criá-lo como área humanizada, situá-lo, em consequência, nesse quadro imaturo, que desafia a nossa inteligência pragmática.

Na explosão demográfica que se processa no país, provocando a inquietação não apenas dos demógrafos, mas dos que têm a noção exata do significado dessa explosão, nossa participação não é expressiva. Os algarismos que falam do aumento da população informam muito claramente que não subimos na escala quantitativa, o que é profundamente perigoso para a conquista do espaço, o domínio específico do meio físico

e a elaboração de uma sociedade que possa, pelo número e pela qualidade, assegurar não apenas a posse mas o exercício pleno da soberania brasileira. Os algarismos que nos falam dêsse quantitativo e dêsse qualitativo indicam uma participação mínima de culturas estranhas às culturas clássicas brasileiras, essas, sim, permanentes e saudáveis, conquanto aquelas nos possam trazer e já trouxeram, no quantitativo tão pouco expressivo por que se apresentam, a contribuição cultural, registrada em experiência maior e técnicas de vida mais ricas para conosco cooperar nas mudanças de que tanto carecemos.

A área ocupada, no Estado, pelas lavouras, de sustentação ou não, representa 1,80% da área brasileira em conjunto; a que é utilizada na criação de gado representa 0,87% no total do país; a do revestimento florestal, 8,44%. As duas primeiras são as mais baixas do Brasil. A terceira é a mais alta. Significam seus algarismos que continuamos a viver do que a natureza proporciona e não ainda do que podemos conseguir pela nossa ação sôbre o meio físico. Essa luta contra a natureza não importa ainda num êxito apreciável. Juta, cacáu, arroz, milho, banana, outras frutas cultivadas, plantadas na várzea, sofrem os fluxos e refluxos das águas e importam na confirmação da verdade de que receiamos a terra firme. Guaraná e pimenta do reino, cultivadas nessa terra firme, são experiências que ainda não pesam nos quadros quantitativos de nossas realizações econômicas.

A economia florestal ainda resulta da técnica predatória de que se reveste a sua movimentação ponderante e demonstração inequívoca do quanto dependemos dela e do quanto ainda não podemos dispensá-la para o exercício da grande operação de presença e de permanência no território do Estado. A procura do mercado brasileiro do sul para a nossa produção primária, representada em particular pela borracha, substituindo a procura dos mercados do exterior, de que a concorrência asiática nos desalojou, não nos tem valido como lição ou convite à heveicultura. À falta de tradição agrícola, que nos marca tão profundamente, será, no entanto, suficiente como explicação do desinterêsse pela heveicultura, que é hoje uma esplêndida realidade na Bahia? Nosso destino deverá continuar a manter-se fiel a êsse passado, de que não nos libertamos? Com a nossa retirada do

mercado mundial de borracha, que capitalisamos para suceder ao produto florestal que não nos pagaram mais em têrmos compensadores ?

Os índices de mortalidade infantil são expressivos. A taxa de crescimento dos atacados pelo mal de Hansen é a maior do país. A malária, que parecia em declínio, responsável, como já acentuou DJALMA BATISTA, pelo desgaste da atividade econômica através da perda de eficiência dos trabalhadores das áreas internas do Estado, volta a afirmar-se como fôrça de destruição de nossa capacidade de viver.

O analfabetismo é outro índice de imaturidade, de atraso e de ausência criminosa do Poder Público, cuja ação, nesse particular, não se tem processado senão em têrmos de demagogia. O analfabetismo é uma carga pesada. Não tem diminuido. E não terá diminuido porque lhe vem faltando orientação objetiva, propósito decidido, ação intensa, aplicação honesta dos dinheiros com destinação para o funcionamento da rêde escolar. Porque não se criou a mística do ensino e o que se realiza, nesse particular, não significa, tanto na iniciativa do Estado como na iniciativa privada, não significa senão ato isolado de que se desincumbem muitos poucos. A rêde escolar é falha. Não há material para o trabalho diário de mestres e alunos. Os prédios das casas de ensino público envelheceram, estão em péssimo estado de conservação, na capital e no interior. O que aparece realmente em condições materiais apreciáveis é realização de Ordens Religiosas, cuja dinâmica deve provocar o aplauso e a gratidão do próprio poder público.

Aparecemos, no sensacionalismo jornalístico ou nas preocupações de legisladores, governantes e analistas da problemática brasileira, como área de ação criminosa, constante da prática do ilícito em matéria de exportação. Ignora-se que êsse ilícito é em grande parte uma decorrência de menores preços pagos aos nossos produtos pelo próprio mercado nacional. O êxodo de produtos, com o correspondente êxodo populacional, criado por condições de vida menos ásperos, se não possui o caráter absoluto, que se tem pretendido, nem por isso deve deixar de ser devidamente considerado, como poderemos verificar pelos

algarismos a seguir : entre 1 960 e 1 964, deixaram o Estado, para as Repúblicas vizinhas, Perú e Colômbia, 1 315 brasileiros; no mesmo período, o contrabando excedeu a HUM MILHÃO E VINTE E SETE MIL DÓLARES.

Contribuímos, assim, para o desequilíbrio regional brasileiro com um ativo, senão surpreendente, pelo menos expressivo, que precisa ser superado em benefício da própria estrutura unitária de nossa Pátria. A ocupação do espaço físico não se processou apenas sem diretrizes ou planejamentos idôneos. Processou-se pela dispersão do homem, que teimou em permanecer nas várzeas, ignorando ou temendo a terra firme, de difícil acesso e de difícil domínio, é bem certo. Se assim foi com a ocupação, os resultados mediatos e imediatos não poderiam deixar de apresentar-se como se apresentaram, isto é, a insuficiência da mão-de-obra mobilizável para operações que visem à execução de programas de desenvolvimento, e a consequente produção, que não está de acôrdo com a riqueza em potencial e a extensão da terra sob soberania brasileira. A fronteira política, que criamos com tanta coragem, não se fez acompanhar da fronteira econômica ininterrupta. Os vazios demográficos, como os vazios da exploração da riqueza econômica, são bem uma estampa viva dessa verdade.

Não se sustente mais, para explicar, a tese de que, sendo mundo tropical, temos de enfrentar as dificuldades de tôda ordem que os trópicos teriam imposto e, como tal, o quadro pobre que oferecemos é o único quadro que conseguimos criar. A habitabilidade da Amazônia não pode ser contestada. Nossa presença física é a melhor demonstração, não de que constituamos um tipo eugênico, forte, dominador, mas de que o trópico que dominamos não se distingue dos demais mundos em que vivemos pela hostilidade a uma conduta humana que represente êxito, decorrente, inclusive, de presença permanente.

O subdesenvolvimento, que é tão típico e tão constante no trópico, por efeito, principalmente, do procedimento dos seus habitantes, comprovando uma triste realidade, não significa desestímulo ou certeza de derrota, imposta pelas condições físicas dos trópicos. O subdesenvolvimento, que se expressa na insufici-

ência alimentar, na fraqueza do trabalho agrícola, no nível de vida baixo, na renda nacional inexpressiva, num pequeno consumo de energia, no comércio hipertrofiado, nas estruturas sociais atrasadas, num fraco desenvolvimento da classe média, no desemprêgo constante, no baixo nível da instrução, na mortalidade infantil ponderante, no rude trabalho de menores e mulheres, na alta taxa de natalidade, no estado sanitário precário, na fraqueza dos laços de integração nacional e, em consequência de tudo, numa tomada de consciência que revela politização incipiente, primária, sem grandeza, amarrada a desejos e a compreensões limitadas, quando não demasiadamente inferiores, o subdesenvolvimento é uma resultante de tôda uma série de motivações que está em nossas mãos, em nossas decisões, em nossas ações vencer em definitivo.

Não nos parece razoável, no entanto, que se atribuam apenas à não inversão maciça de capitais e de técnicas os malogros das mudanças que se estão operando em todos os continentes onde se luta contra o subdesenvolvimento. Se é certo que as técnicas adiantadas constituem revolução e as inversões de capitais compõem, realmente, uma contribuição vultosa para a operação, não há que desprezar a conveniência de considerar que sem uma política sanitária e sem uma política cultural, técnicas e capitais não produzem senão resultados favoráveis aos que os promovem, sem alcançar ou beneficiar aquêles que formam as humanidades regionais ou locais. Sem assegurar ao homem as condições de sobrevivência, como acentuou com tanta segurança êsse apóstolo de dias menos amargos que é o eminente sociólogo e economista Padre LEBRET, condições criadas pela dignificação cultural e pela saúde permanente, não poderá êle utilizar capitais e técnicas em seu próprio benefício ou com o rendimento desejável. Uma política do espírito e uma política que lute contra a morte, deve ser impulsionada com todo vigor.

Às políticas que se executam nos trópicos, e nós somos trópico, portanto, é que se deve responsabilizar pelo subdesenvolvimento de povos e regiões. Culpe-se, assim, ao próprio homem, na desventura de que não soube libertar-se. E se essa é a grande verdade, proclamada, reconhecida e demonstrada pelo exercício de novas técnicas de vida, de novas decisões, de programas de

recuperação, de atuação e de despertar de energias que asseguram nova destinação e mudanças decisivas em povos e nações que ensaiam o exercício da soberania, não apenas a política mas igualmente a cultural, por que, no Amazonas, não decidimos vencer a miséria, mudar para uma vida nova, criando riquezas, despertando energias, pondo em funcionamento um stand de progresso que nos dignifique e nos faça escrever uma nova história, essa de nosso sucesso e de nossa contribuição saudável para um mundo menos sofrido ?

No quadro dos desequilíbrios regionais brasileiros, representamos a área subdesenvolvida que se tem permitido ao luxo de desprezar os recursos proporcionados pelas rendas próprias e pelos orçamentos federais, empregando-os desatinadamente, sem planejamento, sem visar ao futuro, sem tomar consciência de que o fundamental, na fase de primarismo em que ainda nos encontramos, é utilizar com segurança, previsão, ciência certa e não através de improvisações e experiências falhas, plantando raízes para o dia seguinte, possibilitando a formação de gerações sem a mácula do pecado do arrivismo e da inconstância, capazes, portanto, de manter uma civilização que não se alicerce no simples assalto à floresta, na destruição dos recursos naturais, mas no uso comedido dêsses mesmos recursos naturais, de modo a que permita, por fim, o estabelecimento de uma sociedade caracterizada pela estabilidade e nunca pela frustração. Não devemos permanecer acampados, mas estabilizados, em demonstração inequívoca de capacidade e de continuidade.

SENHORES DEPUTADOS :

Parece que chegou o momento de não continuar a insistir nos erros do passado. A lição que êle nos proporcionou não pode ser desprezada. E' certo que em passado mais distante escrevemos páginas de que nos podemos orgulhar : conquistamos um espaço físico gigantesco, realizamos a façanha do "rush" da borracha, lutamos pelo ideal da autonomia provincial ensinamos, com o 10 de julho, que era possível criar, no Brasil, uma sociedade em que não houvesse senhores e escravos, contribuindo para pôr fim à desigualdade social das côres e do trabalho. Não

foi bastante. Vícios tremendos corroem o organismo político-cultural. E o resultado aí está, nos inquéritos que promovemos, por decisão do pronunciamento revolucionário de Abril e estão hoje submetidos à apreciação da Justiça. E' preciso, portanto, mudar criando uma nova economia e uma nova sociedade.

A transformação da economia do Estado não se processará jamais, no entanto, se persistir o sistema da simples exportação de bens primários, produzidos pelo extrativismo vegetal e mineral ou mesmo pela ação do homem sôbre a terra na tarefa agrícola. E' necessária a implantação do parque industrial, que crie trabalho, atraia o capital e a técnica mais adiantada, utilize a matéria prima local e confira uma rentabilidade aos amazonenses capaz de garantir-lhes a elaboração da nova sociedade, altamente credenciada para os grandes destinos do Brasil. A implantação dêsse parque industrial, evidentemente, não será uma emprêsa que decorra da simples decisão de criá-la, ou da ação governamental que a imagine e a tente diretamente, sem maiores possibilidades de êxitos. Há, é certo, uma série de fatores a considerar devidamente. A experiência a que se vem procedendo com a industrialização da juta, da madeira, não será, no entanto, uma experiência alentadora ?

Capitais de São Paulo já se mostram dispostos a inverter-se no Estado, aproveitando as facilidades criadas pela legislação específica. Demos passos iniciais para a criação de condições essenciais quando obtivemos, de Vossas Excelências, a Lei n.º 110, que isentou de impostos as indústrias que se estabelecessem no Estado na base de um capital igual ou superior a . . . . . Cr$ 200.000.000 ou, sendo agropecuárias, igual ou superior a Cr$ 50.000.000.

Quero anunciar agora que, na compressão dessa medida, além do Projeto SIDERAMA, para a indústria siderúrgica, iniciativa dêsse homem de alta capacidade criadora que é o Doutor Sócrates Bonfim, há outros planos em lançamento, da autoria do chamado Grupo SABBÁ, de tão intensa atuação renovadora em nossa terra, e a compreender :

— indústria de papéis finos,
— indústria de sal gema e derivados,
— indústria de óleos vegetais,
— usina de açúcar.

Os planos pertinentes estão pràticamente prontos e serão executados com a participação de capitais locais, do sul do país, financiamentos internacionais e nacionais. Trata-se de empreendimentos do mais alto nível, destinados, evidentemente, a contribuir para a reestruturação e para a mudança da economia estadual e da nova sociedade amazonense.

No tocante ao abastecimento alimentar, que é outro aspecto da nossa problemática que precisamos enfrentar, recordemos que está êle ligado ao problema das fontes de produção distantes, fora de nossos limites territoriais. O que aqui produzimos não é suficiente ou não possui as características de diversificação conveniente. Importamos e pagamos os preços que resultam das distâncias, fretes, intermediários cheios de cobiça, insensíveis ao minguado poder aquisitivo regional. Faz-se urgente a execução de um plano visando a êsse abastecimento e aos preços, que não se devam fixar em bases fictícias, mas tendo em conta o aumento e a facilidade de distribuição dos produtos essenciais.

Nesse particular, mantemos entendimentos com a SUNAB, nc sua nova direção e conduta, para a adoção de medidas de resultados imediatos e a longo prazo, e de que participem, ativamente, os organismos privados em vinculação estreita com o poder público, para que se encerre a fase policial de efeitos contraproducentes.

Ora, essa situação que devemos criar e estamos criando, para a mudança a operar, deve-se ao Movimento Nacional de Abril.

E cabe aqui, a propósito, recordar que não pode êle ser incluído na série de pronunciamentos militares que, desde os albores da Independência, aproximam a nossa história, nesse particular, da história da Hispano-América. Se alí vem permitindo o surgimento dos leaderes e homens-providenciais, ou

caudilhos de cêpa ibérica, não ocorre o mesmo no nosso processo político. E não pode ser incluída naquela série porque, na verdade, importou numa exteriorização de anseios e de decisões para a mudança que se impunha, mudança nos costumes administrativos, na restauração de uma ordem tradicional de paz, de dignidade no manejo e no uso dos dinheiros públicos, e nunca de retrocesso, mudança para assegurar o equilíbrio social, pondo-se têrmo à desatinada política de conflitos entre classes e até de regiões.

A Revolução de Abril constituiu, portanto, um movimento que superou as divisões e pretensões partidárias para servir aos interêsses do país, sem limitações ideológicas e sem o propósito de dar ascenção a facções, classes e grupos que se distinguissem por ambições de poder político e de poder econômico. Seus atos iniciais, em consequência, tiveram de ser ásperos, drásticos, como se depreende do contexto do Ato Institucional, por que se legitimou, prêsa ainda a certos mitos e preocupações de jurisdicidade, que a levou a limitar-se, no tempo e no campo de ação, o que importa em confessarmos que ignorou que os vícios do passado, acumulados e tão vigorosamente praticados, eram uma prática criminosa que fôra acobertada por um sistema legal que ela não cuidou, na pressurosidade por que se limitou no tempo, insisto, de eliminar, modificando-o, corrigindo-o, atualizando-o, pondo-o de acôrdo com as nossas necessidades reais imediatas.

E não eliminou, pela falsa e obstinada jurisdicidade de apóstolos de um sistema de liberdade que, por seus excessos, se foi transformando em licença, perniciosa como tôda licença, e não criou condições melhores de vida, não autorizou o acesso das classes mais modestas ao poder político nem lhes permitiu o acesso a "status" econômico menos rudes, ou que lhes autorizassem a participação, com grandeza e não na proporção minúscula por que se realiza, no processo de criação da riqueza que deve ser um objetivo maior de todos os brasileiros e, com a riqueza, de bem estar coletivo. Quando, há pouco, usei expressões candentes a respeito das organizações partidárias brasileiras, que me pareceram defeituosas e sem diferenças que as separem e as marquem, evidentemente fez-se vista grossa ao que desejei enunciar, isto é, que, na atual ordem vigente, as fórmulas e o

uso de poder e de oposição por que atuam, os partidos não evidenciam senão personalismo. O sentido do coletivo, a preocupação dos princípios, o interêsse pelo bem público, em nenhum momento da vida partidária brasileira, das nossas origens aos dias de hoje, lhes compuseram uma constante objetiva. A reformulação da vida partidária, como a anunciam homens públicos e governantes, é, portanto, uma necessidade, por que ninguém pode ignorar a conveniência da sociedade política organizar-se em áreas partidárias, que a disciplinem e a conduzam à consciencização de seus próprios problemas.

A Revolução não pode, no entanto, afirmar-se em definitivo promovendo a simples mudança política. Ninguém é livre porque um texto de direito proclame que existe a liberdade e ninguém a ela se possa contrapor. É-se livre quando se dispõe do elemento essencial para ela, isto é, o stand de vida capaz de manter a dignidade da pessoa humana. Na base da miséria, não há nem pode haver liberdade.

No particular da imaturidade, a política é ponderante, confessemos, num exame de consciência sereno e ao mesmo tempo corajoso, e está aos nossos olhos, à nossa constatação nos atos diários em que se estiolam as fôrças partidárias nas disputas pelas delegacias de polícia e pelos postos de saúde, aquelas sem que haja o propósito de fazê-las funcionar para garantir a sociedade, êstes sem que se pretenda preservar a saúde das populações do interior. Em ambos os casos, a insensibilidade por uma alteração de costumes é impressionante. O caso do professorado rural vale, igualmente, como demonstrativo dêsse estado de espírito e de conduta política.

Impõe-se, necessàriamente, mudar inteiramente. Não acredito que, chamados à razão, os que temos em nossas mãos, no momento, os destinos do nosso povo, govêrno e oposição, queiramos evitar o problema, apreciando-o e enfrentando-o na sua terrível e triste realidade. Não acredito que qualquer de nós insista nesse passado que todos devemos procurar esquecer ou transferir para muito longe, abrindo caminho para novos processos de vivência.

No caso especial dos municípios, quem pode escapar à crítica ? Que temos feito, homens do poder e homens da oposi-

ção, nas áreas municipais? Que progresso imprimimos a êles? Que aplicação demos aos recursos que nos chegam da União, os do Impôsto de Renda e os do Fundo Rodoviário? A ambição, e aqui faço críticas também aos que representam a chamada "iniciativa privada", de todos, não tem estado acima do normal?

A vida municipal não se vem procedendo de maneira a permitir que as comunidades do interior se realizem expressiva e progressivamente. Em nenhum centro urbano-sede do município há a demonstração positiva de que se alcançou a melhoria de condições materiais. Os recursos de que dispõem aquêles Governos locais são insuficientes. A contribuição da União, nesse particular, tem sido ponderante. Não se registra, no entanto, a aplicação conveniente que autorize a proclamar a excelência da ajuda para o bem estar coletivo. Não se diga que o atraso de pagamento das cotas do Impôsto de Renda, atribuídas, por dispositivo constitucional, àquelas unidades, possa ser a explicação. Não convence, porque, embora tarde êsse pagamento, poderia, se bem aplicado, produzir os frutos desejados. O que se poderá alegar, como razão, será a ausência total de instrumental técnico nas municipalidades, para a aplicação rentável da contribuição federal.

Impõe-se, portanto, o planejamento da aplicação dessa ajuda, para o que um órgão próprio, a ser criado na Secretaria do Interior e Justiça, com a próxima Reforma Administrativa permitirá a cooperação técnica do Estado, dêsse modo passando a contribuição do Poder central a servir, realmente, aos interêsses e ao desenvolvimento das comunidades da hinterlândia.

Não desejo que me tomem por uma palavra exaltada de que decorra incompreensão. Não pretendo ser a verdade ou a luz. Revolta-me, porém, a miséria que nos ronda à porta, que se observa por tôda a parte e não pode significar que estejamos criando uma sociedade sadia e capaz de realizar-se pelo tempo. A culpa dêste presente não se pode atribuir ùnicamente aos que, durante os últimos doze anos, usufruiram o poder. Ela é muito mais profunda e envolve passado mais distante. Os compromissos com êsse estado de coisas são variados, amplos e quantitativamente pesados. E se é assim, por que todos não nos consagramos, sem partidarismos estreitos, nocivos, a uma experi-

ência nova que nos dignifique a todos e nos assegure o respeito do futuro, na mesma intensidade por que não se impuseram ao respeito do presente os que delapidaram a fortuna pública, praticaram a delinquência política, mantiveram o êrro em desfavor da coletividade a que deveriam servir e de que eram integrantes?

O processo eleitoral, em que temos expressa a vontade popular, quando sabemos que a propaganda é realizada sob a violência de uma paixão quase mórbida, em que não se traduzem ou anunciam serviços à coletividade, mas se ofende a honra alheia para satisfação de multidões, quando sabemos que os votos são conseguidos por meios que a lei proibe, mas ninguém respeita, em que o poder econômico-financeiro comanda as decisões — será comprovação da existência da democracia, que tanto defendemos, de que tanto falamos? Será democrática uma sociedade em que os que a integram não dispõem de um mínimo de subsistência digna ou, quando dela dispõem, conseguiram-na sem a valorização do trabalho ou sem o esfôrço que engrandece a pessôa humana? Convenhamos que no estado de imaturidade econômica em que nos mantemos, imaturidade cultural e imaturidade política consequente, o exercício da democracia, como a sonharam os que pretenderam, pelos textos legais, implantá-la entre nós, a democracia autêntica continua a ser uma experiência que não tem sido bem conduzida ou bem utilizada. Para que a tenhamos em sua realidade teórica, é preciso que a pratiquemos, fundando-a não na licença de linguagem das folhas sem espírito público, antes escritas para extravasar ódios e veicular infâmias, mas no funcionamento de condições de vida, insisto na tése, vida de que possamos participar todos com aquela majestade de comportamento que só se alcança com o bem estar material e espiritual.

Ao dirigir-me a Vossas Excelências, permitam que lhes abra o coração, dizendo-lhes, como estou dizendo, o que sinto, e sei pelo que aprendi nas páginas do passado, como lição que êsse passado ensina sempre.

A reestruturação da vida do Estado é, assim, um imperativo a que não nos podemos furtar. Não deve, no entanto, limitar-se à Reforma Administrativa e sim compreender a renovação

do sistema tributário, a remodelação e a atualização da legislação de terras e de aposentadorias, o Estatuto dos Servidores Públicos, a elaboração dos Códigos de Ensino e Saúde, afeiçoados às nossas peculiaridades e necessidades. A política previdenciária não pode continuar regida por um texto ultrapassado nos seus objetivos nem limitada a um departamento sem possibilidades técnicas, legais, para realizar-se plena e satisfatòriamente. Um Instituto de Previdência deve substituir o órgão, desatualizado e sem perspectivas. Como a disciplina da vida municipal precisa ser fixada em instrumento penetrante, uma Lei Orgânica que não dificulte, antes assegure às unidades municipais aquela essência de vida e de ação criadora, a elas levando os elementos de que carecem para ajustar-se à realidade dos novos tempos, às imposições das coletividades de que são a expressão política, e ao espírito municipalista progressista e digno. O professorado, injustificadamente denominado de rural, isto é, aquêle que serve ao interior e para cuja formação não exige o Estado a posse de conhecimentos auridos nos Institutos de Educação, não tem sido utilizado se não na medida em que pode servir a possíveis interêsses locais e nunca à disseminação do saber, mesmo nas limitações por que possa ser assim ministrado. O regime de convênios até agora seguido e que tem dado margem às reclamações que nos chegam da falta de pontualidade no pagamento das mensalidades, precisa, quanto antes, ser modificado, de maneira a permitir que haja, realmente, ensino no interior, nos lugares apropriados, para os resultadas convenientes.

Professor, entendo que a Universidade é hoje o grande instrumento de renovação de quadros para as operações visando às mudanças sociais e às reformas, através da técnica do processo dinâmico, das estruturas econômicas. Não se concebe mais a Universidade aferrada a uma sistemática que produza frutos formando apenas profissionais liberais. Cabe-lhe um papel relevante nas transformações básicas do mundo físico e do mundo humano. À Universidade do Amazonas, recentemente instalada, assiste, pois, um papel de relêvo, na obra a que nos dedicamos de valorização e de integração do Amazonas à civilização brasileira. Para tal tem ela de iniciar-se sob novos modos de atuar, libertando-se dos métodos rotineiros, obsoletos, que vinham domi-

nando as Universidades nacionais. Deve ela condicionar-se aos tempos novos por que ansiamos e a que nos devemos dedicar e, em consequência, aparelhar-se e realizar-se de acôrdo com as solicitações e exigências do momento, que estamos promovendo. É preciso, portanto, que nela se instalem e funcionem a Escola de Medicina, a Escola de Farmácia, a Escola de Odontologia, a Escola de Serviços Sociais, a Escola de Enfermagem, não apenas úteis, mas fundamentais para os nossos problemas de recuperação das áreas interiores do Estado, através da recuperação dos seus habitantes. Com essas escolas, os órgãos de pesquisa do campo, essenciais nas tarefas universitárias pragmáticas. Estamos dispostos a, para que tal se obtenha, prestar-lhe todo o concurso possível e como primeiro passo oferecer-lhe o Hospital "Getúlio Vargas", para que ali logo se instalem os cursos médicos.

O curso de análise econômica que, em cooperação com a Confederação Nacional da Indústria, Conselho Nacional de Economia e a Universidade do Amazonas aqui está sendo realizado com absoluto êxito desde novembro do ano findo, é já a contribuição que estamos prestando à renovação e atualização dos quadros técnicos de que carecemos, seja para os serviços do Estado, seja para os da iniciativa privada.

Precisamos mudar, mudar para melhor, confessando os nossos erros e tomando uma nova direção para a vida e para o futuro de nossa terra. Realizemos uma política de valorização efetiva. Convoquemo-nos para a operação que nos assegure o respeito do país e sirva como uma contribuição efetiva à civilização brasileira nos grandes aspectos que já a distinguem no mundo.

SENHOR PRESIDENTE,

SENHORES DEPUTADOS :

No momento histórico em que aquí nos reunimos para prosseguimento dos trabalhos legislativos a cargo de Vossas Excelências e para as contas que presto de minha passagem pelo Executivo estadual, quero confessar que foi uma honra muito

grande a que me atribuiram, buscando-me para dirigir a nossa terra, que nos impõe, a todos nós, sem exceção de qualquer espécie, o cumprimento de um dever, que é o de serví-la com o amôr mais intenso.

As relações entre o Executivo e os outros Poderes que compõem o sistema de Govêrno que nos rege, se permitiram, em alguns momentos, as apreensões de muitos que, à uma impressão imediatista, supuseram que os laços de equilíbrio do sistema haviam sido rompidos, na sua realidade se estão mantendo perfeitas, com a contribuição de todos, para que, através da ordem implantada, haja possibilidade à jornada de trabalho, necessária a uma nassa melhor integração no processo de crescimento harmônico de nossa pátria.

Cumpro, neste momento, dispositivo legal, apresentando à consideração de Vossas Excelências um relato da vida do Estado, no tocante à ação do Poder Executivo, no período em que me foi proporcionada a honra de governar o Amazonas. Nesse relato, peço bem a atenção de Vossas Excelências, precisamos falar uma linguagem que realce a verdade, sob os vários ângulos por que a procuramos. Os dados oferecidos são rudes, eloquentes como demonstração dos erros e enganos a que havíamos descido na condução dos negócios da coletividade. Não os ouçam ou leiam Vossas Excelências, no entanto, como exteriorização de um estado d'alma negativo, ou que reflita uma consciência cheia de desenganos e desesperanças. Ao afirmá-los, quiz que êles traduzissem, antes, o estado exato da coisa pública, no realismo por que se apresenta para que possamos, juntos, consertar o que pode ser consertado e dar um rumo novo ao Amazonas.

II

QUADRO REAL DA SITUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO, LEVANTADO EM 27 DE JUNHO DE 1 964

SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

Órgão arrecadador do Estado, de capital importância, portanto, para tôda a vida administrativa, a Secretaria de Economia e Finanças não poderia deixar de ter sido a repartição mais atingida pelos desmandos dos Governos passados. Desorgonizou-se e, em consequência, não mais vinha cumprindo os seus deveres. Além do mais, e o que é mais grave, tinha se estabelecido alí um verdadeiro regime protecionista de dispensa de pagamentos de impostos, devidos por muitos, como recompensa de apoios eleitoreiros recentes ou remotos. O pior é que até por telefone se dispensavam tributos de contribuintes, exatamente dos que mais poderiam pagá-los. As arrecadações do interior eram irreais e as da capital não ofereciam o crescimento correspondente ao desenvolvimento normal das nossas atividades humanas, no setor do comércio e da indústria, tão pouco aos valores vegetativos das utilidades transacionais.

Mais uma vez acentuo o que já todo o Estado conhece. Ao assumirmos o Govêrno encontramos a previsão de um deficit orçamentário, para 1964, de Cr$ 753.981.665, com uma arrecadação estimada em Cr$ 4.529.793.900 e uma despesa autorizada de Cr$ 5.283.775.565. Era, então, decorrida apenas metade do exercício financeiro e, em consequência da execução dêsse orçamento, a arrecadação realizada somava Cr$ 3.752.667.379, para uma despesa já efetuada de . . . . Cr$ 3.654.685.183. À primeira vista parecia existir um saldo, mas os compromissos a pagar, naquela data, ascendiam à soma superior a UM BILHÃO DE CRUZEIROS. Tais números conduziram-nos a verificar que, ao implantar-se o nosso Govêrno, o Estado possuia um montante de dívidas a descoberto, para cujo pagamento seria imprescindível, em primeiro lugar, melhorar as arrecadações do Tesouro e realizar a compressão das despesas sem afetar, porém, a continuidade dos serviços públicos indispen-

sáveis. Responsabilidades foram apuradas e assegurou-se, a partir de então, a moralidade administrativa e financeira.

Ainda repetindo para Vossas Excelências alguns dados que dão uma pequena idéia da situação financeira do Estado a 27 de junho do ano passado, recordo que recebemos o Govêrno devendo aos Serviços de Navegação da Amazônia, SNAPP, referentes a 1 963, CINCO MILHÕES, NOVECENTOS E NOVENTA E TRÊS MIL E OITOCENTOS E CINQUENTA E NOVE CRUZEIROS. Ao Impôsto de Renda, a quem não pagávamos desde 1 956, éramos devedores de SETE MILHÕES, DUZENTOS E VINTE E HUM MIL E OITOCENTOS E OITENTA CRUZEIROS. De restos a pagar, referentes a 1 958, devíamos DUZENTOS E CINQUENTA E TRÊS MIL E SEISCENTOS CRUZEIROS.

Além disso tudo, convém não esquecer, a administração não poderia parar, estacionando, o que se refletiria negativamente no interêsse público cheio de tantas amarguras e tantas vêzes engodado pelos mistificadores profissionais. Não apenas, portanto, pesavam sôbre o Govêrno as responsabilidades de, pagando aquelas dívidas vultosas, restabelecer os seus créditos, mas, também, a preocupação de não parar a máquina do Estado e tampouco de voltar a calotear os seus fornecedores. Impunha-se portanto, dupla responsabilidade à nova Administração.

SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA

Essa Secretaria constituira-se num instrumento eminentemente político-partidário. Funcionava para conceder sua proteção àqueles que comungavam dos interêsses dos que dominavam o Estado, não se lhe importando o direito de terceiros. Manobrando com um dos órgãos vitais para as pressões políticas, especialmente no interior, que é a Polícia Civil, dispunha das nomeações de Delegados, via de regra para sufocar as liberdades públicas de quantos desejassem manifestar-se contrários ao estado de coisas que atravessava o Amazonas. Não fugia a SIJ à regra dos demais órgãos do Estado, no atinente à prática de atos que apenas atendessem a primaríssimos interêsses partidários.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA — O Departamento Estadual de Segurança Pública foi recebido, como as demais repartições estaduais, com desdobramento precário de suas atividades, dadas as condições, quer de instalações, quer de pessoal e até mesmo de emprêgo, por demais desordenado, das verbas orçamentárias.

Compreendendo as Delegacias de Segurança Pessoal, de Ordem Política e Social e de Roubos e Falsificações, o quadro que se nos oferecia naquele Departamento, não era nada encorajador.

Dos 199 servidores do DESP, entre funcionários efetivos e extranumerários-mensalistas, sòmente 159 foram encontrados no desempenho de suas funções. A falta de contrôle do horário e do serviço e a não fiscalização dos superiores hierárquicos, ocasionavam uma diminuta produção de trabalho.

A situação financeira do Departamento Estadual de Segurança Pública era motivo calamitoso e assustador, para quantos procurassem analisá-la. Já no meio do ano, quando de nossa posse no Govêrno do Estado, os saldos existentes de

tôdas as sub-consignações orçamentárias eram irrisórios e, consequentemente, incapazes de nos permitir arcar com as mínimas despesas, necessárias ao andamento dos serviços de manutenção da ordem.

Da verba destinada à aquisição de material de consumo, de Cr$ 10.000.000, encontramos um saldo de Cr$ 1.441.700; dos Cr$ 2.500.000, destinados às despesas com serviços de terceiros, recebemos um saldo de Cr$ 312.001. Da sub-consignação de Cr$ 800.000, para encargos diversos, recebemos um saldo de Cr$ 533.338 e, finalmente, de Cr$ 3.000.000, destinados às despesas com aquisição de material permanente, existia o saldo de Cr$ 1.674.270, sem que o organismo policial dispuzesse, siquer, de viaturas.

Note-se que tôdas as verbas consignadas no Orçamento para o ano de 1 964, cabíveis ao DESP, embora que sòmente tivessem decorridos 6 meses do ano, já exigiam suplementação.

No período de janeiro a 30 de junho de 1 964, através da Secção de Armas e Munições, do Gabinete de Identificação, fôra recolhida a importância de Cr$ 2.315.233,50, do que existia um saldo de apenas Cr$ 515.508,50.

Se analisarmos detalhadamente a situação em que encontramos cada Delegacia do DESP, encontraremos : a Delegacia de Segurança Pessoal instalada em uma sala que não oferecia condições de produtividade para o trabalho, capaz de corresponder à importância dêsse setor da segurança pública. Nenhum Comissário titular fôra encontrado no exercício de sua função. O Comissariado vinha sendo dirigido por escrivães e investigadores e, algumas vêzes, por guardas civís. Nenhuma viatura, como disse, possuía essa Delegacia e o serviço de policiamento não vinha sendo feito com regularidade, pela falta de escala dos guardas civís.

A Delegacia de Ordem Política e Social, foi-nos entregue, por igual, completamente desaparelhada. Não possuindo nenhuma dependência para o serviço de Cartório, os escrivães eram obrigados a tomar depoimentos, muitas das vêzes sigilosos, na própria sala destinada à permanência. Também essa Delegacia não possuia nenhuma viatura para o seu serviço rotineiro.

Finalmente, a Delegacia de Roubos e Falsificações. Aí, do quadro de investigadores, a seu serviço, que é formado de 42 funcionários, sòmente 16 encontravam-se no desempenho de suas funções. O estado da sala em que funciona essa Delegacia era tão precário quanto o das demais. Abandono, sujeira e desordem, impossibilitavam a qualquer um o verdadeiro cumprimento do exercício do encargo policial. As estantes, transformadas em verdadeiros depósitos de objetos de furto; o Gabinete do Delegado completamente entulhado, dificultando a realização de quaisquer serviços e, finalmente, o xadrez, que nos dava a impressão das masmorras da Idade Média. Duas dependências em condições precaríssimas de higiene, nas quais os reclusos eram atirados ao chão ou em camas de cimento; um buraco sem esgôto, valia como aparelho sanitário.

Os serviços do Gabinete do Chefe de Polícia eram, em grande escala, prejudicados pela deficiência de funcionários capacitados.

Um Gabinete de Identificação, completamente desaparelhado, inclusive sem material de expediente, ocasionando prejuizos para as partes e para o próprio Estado. As paredes da sala onde funciona êsse Gabinete, em estado deplorável de sujeira. As pessôas, nelas, tiravam a tinta usada para os serviços de identificação, de vêz que não existia água para lavagem das mãos. Os documentos, pertencentes ao antigo Partido Comunista Brasileiro, alí arquivados, estavam, em grande parte, inutilizados, com razuras e falta de fôlhas das atas.

Finalmente, a Delegacia Especializada de Trânsito apresentava desorganização completa. Havia falta de elemento humano. A maioria da guarda encontrava-se em gôzo de férias, licença, ou mesmo à disposição de outras repartições ou de terceiros. Se não fôra o policiamento realizado pelas duplas Cosme-Damião, o serviço de fiscalização do trânsito teria desaparecido por completo. Um jeep, de propriedade daquela Delegacia, encontrava-se nas oficinas da firma Benarrós & Cia., devolvido à repartição por imposição do seu novo titular. O prédio, necessitando de reparos completos em tôdas as suas dependências tal era o seu estado de precariedade.

POLÍCIA MILITAR — Conquanto a disciplina de seus oficiais e soldados não chegasse a ter sido quebrada, talvez devido aos rigorosos ensinamentos da caserna, registraram-se também nesta Corporação alguns fatos que se tornaram pùblicamente revelados através as conclusões sumárias da Comissão Estadual de Investigações, criada de acôrdo com o Ato Institucional, que alí promoveu os inquéritos necessários à apuração de denúncias contra o seu antigo Comandante, afinal confirmadas.

PENITENCIÁRIA — Órgão dependente da SIJ é uma prisão sombria, atemorizadora, um depósito de prêsos sem atender às mínimas condições exigidas pelo regime penal brasileiro. Nos anos de 1 961 e 1 962 o Govêrno Federal orçou e pagou à Penitenciária Central do Amazonas Cr$ 16.000.000, importância destinada à sua recuperação, mas que jamais parece ter sido empregada no atendimento de suas finalidades. Tampouco o Estado olhou por aquêle presídio visando torná-lo realmente um Instituto Penal capaz de promover a reforma dos quadros pela Lei.

ARQUIVO PÚBLICO — A 27 de junho de 1 964 recebemo-lo no mais criminoso abandono. Conquanto todos os papéis alí existentes representassem a vida documental do Estado, eram atirados ao chão, como papéis velhos, imprestáveis. Sofriam a danificação do tempo e do abandono, tanto por falta de estantes, por ausência de arrumação, como pelas goteiras que existiam nos telhados do velho prédio onde funciona o Arquivo. Uma verdadeira tristeza foi verificarmos essas condições, em se tratando daquela documentação mais do que preciosa, útil e sem a qual o passado de nossa terra ficaria ignorado, bem como a vida dos serviços e servidores públicos sem a cobertura necessária.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

O titular dessa Pasta, à época da posse dêste Govêrno, dizia, em relatório sôbre o que encontrara na referida Secretaria de Estado : "Há claros e lacunas, muitos; é verdade, justificáveis na falta de organização sistemática verificada em vários setores, sòmente agora entrando na linha de ordem que norteará os serviços a serem realizados sob a mira de planejamento e disciplina funcional".

Todos os Grupos Escolares e Escolas Públicas nos foram legados em situação material precária, com as suas instalações danificadas pela ação do tempo e pelo abandono, e sem recursos de materiais para o funcionamento de suas aulas. Tôda a população é testemunha do quadro que se nos apresentava a 27 de junho do ano passado, referentemente às condições físicas dos próprios estaduais destinados àqueles estabelecimentos de ensino. Também o Ginásio Normal Benjamim Constant nos foi transmitido, conforme palavras de sua própria Diretora, com "ausência completa de material didático, ocasionando dificuldades para a aprendizagem", além do estado precário do edifício em que está instalado.

Outro fato irregular que, nesse setor, foi verificado, prende-se às professôras distritais, que reclamavam recebimento de vencimentos atrasados, ainda que os numerários para êsses pagamentos, muitas vêzes, já tivessem sido entregues a Prefeitos e seus procuradores, os quais, entretanto, lhes davam destinos diferentes de sua aplicação legal. Ainda, além disso, as reclamações do Interior se sucediam, pedindo ao Govêrno que se instalava, providências urgentes para a recuperação de Grupos Escolares nos diversos Municípios, ampliação dêsses Grupos ou criação de outros estabelecimentos de ensino.

Convém lembrar, por igual, que ao assumirmos o Govêrno, encontramos, no setor da Educação, um concurso para provimen-

to de cadeiras do magistério primário da Capital realizado, nos meses iniciais de 1 962, e anulado pela administração anterior à nossa. Ao tomarmos conhecimento do fato, por intermédio das professôras aprovadas, que não tiveram suas nomeações asseguradas, segundo denunciavam, por não conseguirem fé política do Govêrno extinto, passamos ao estudo do problema e resolvemos a revalidação daquele concurso, dando aos concursados os direitos que lhes cabiam por Lei.

O provimento dos cargos do magistério, para o ensino médio e técnico, não se baseava nas provas públicas dos concursos nem em qualquer outra comprovação regular de conhecimentos, o que importou no aviltamento do professorado e no escasso rendimento que o ensino, assim ministrado, apresentava.

BIBLIOTECA PÚBLICA — Encontramos o prédio onde funciona êsse órgão da Secretaria da Educação e Cultura em condições precárias. O pavimento superior era ocupado pela Assembléia Legislativa, impossibilitado de uso, em virtude do teto do salão sul ter ruído no ano passado. O pavimento térreo, ocupado pela Biblioteca, apresentava-se pràticamente expôsto às chuvas por falta de vidraças em suas janelas. A acomodação do acêrvo bibliográfico mostrava-se precária. O estado assistencial dos livros, péssimo. Os recursos proporcionados para corrigir suas falhas não existiam.

DIVISÃO DE TEATRO E MUSEU — O Teatro Amazonas, valioso e histórico patrimônio do nosso Estado, símbolo, no presente, da grandeza e a glória do passado na fase áurea da borracha, foi legado em condições muito tristes. Não possuia ligação de água direta e não contando com reservatório em que a pudesse armazená-la, permanecia sob constante ameaça de destruição por incêndio, se tal viesse a ocorrer por qualquer imprevisto. À essa falta de proteção, somava-se a ausência total de extintores manuais de fogo.

O palco da grande casa de espetáculos foi recebido quase sem condições de funcionamento. Camarotes e frisas existiam sem nenhuma cadeira. Sanitários necessitando de revisão, camarins precisando de mobílias, platéia com cadeiras sem

assento e sem verniz, os corredores sem as passadeiras, enfim, o quadro era de como se alí houvesse passado um temporal destruidor. Nêle, no Teatro, chegou até a funcionar uma repartição sem nenhuma ligação com arte e a cultura.

O Museu Numismático, que guarda outra inestimável riqueza do Estado, foi recebido com localização inadequada e com a ausência de um sistema de segurança nas suas instalações.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E SAÚDE

Em relatório que me foi entregue a 15 de julho do ano passado, fazendo uma apreciação sôbre as condições em que recebera a Secretaria de Assistência e Saúde, o seu titular registrava que "as deficiências estavam presentes em todos os serviços, quer de ordem técnica, pessoal e material. Os requisitos mínimos para a execução de qualquer trabalho não existiam. A centralização dos serviços e o comando direto dos Secretários anteriores sôbre todos os setores eram o denominador comum. A verdade é que nenhuma ação de saúde pública existia".

Em resumo, espelho, no desdobramento dos seus órgãos, o quadro que se apresentava na SAS :

CENTRO DE SAÚDE — O seu médico-chefe lhe apontava as seguintes irregularidades e deficiências : a) falta de planificação, já que deficientes foram a previsão e a organização; b) precário comando em alguns setores; c) quase nulo o contrôle e a coordenação necessários; d) baixo nível qualitativo, em geral, do pessoal por falta de seleção no seu recrutamento; e) insuficiência e inadequação do material utilizado.

POLÍCIA SANITÁRIA E HIGIENE DA ALIMENTAÇÃO — Nestes setores acumulavam-se estas mais graves deficiências, a saber : a) instalação inadequada para contrôle e estocagem de material apreendido, sobretudo os perecíveis; b) número insuficiente de guardas sanitários para cobertura da área total da cidade sob o seu contrôle; c) zoneamento obsoleto, diante da dilatação de zonas suburbanas, acrescidas depois da divisão da cidade em áreas sanitárias; d) inexistência de transporte próprio para execução de medidas fiscais e repressivas; e) funcionamento irregular do Laboratório Bromatológico; f) falta de fardamento para os guardas sanitários; g) inexistência de material para o trabalho dessa polícia sanitária; h) inexistência absoluta de

contrôle do gado abatido no matadouro ou fora dêle, para o consumo da população, quanto aos testes tuberculínicos.

SERVIÇO DE VISITADORAS SOCIAIS — a) número insuficiente de visitadoras para o trabalho de rotina; b) zoneamento ultrapassado em face do aumento demográfico da população e ampliação das áreas ocupadas; c) interrupção das visitas pelo desvio das visitadoras sociais para outras atividades; d) falta de atualização nos conhecimentos dos métodos sanitários inerentes ao trabalho específico; e) recrutamento defeituoso de funcionários sem conhecimentos rudimentares de saúde pública.

SERVIÇO DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS — a) deficiente contrôle sanitário da cidade, impedindo ou retardando a erradicação de doenças transmissíveis que grassam em Manaus de modo intenso, como a difteria, a febre tifóide e o alastrim; b) contrôle irregular das doenças cíclicas como o sarampo e exantemas viróticas, a coqueluche; c) pessoal inadaptado às tarefas de luta e defesa sanitária da comunidade; d) inexistência de transportes e de plantões para atendimento dos casos urgentes trazidos ao conhecimento da autoridade; e) finalmente, falta de medicação preventiva e sobretudo curativa.

ISOLAMENTO "CHAPOT PREVOST" — Com as suas instalações em estado de penúria e abandono, depondo contra a técnica hospitalar e a administração. Pessoal precário, prevalecendo as mesmas deficiências encontradas nos Serviços de Doenças Transmissíveis. Uma enfermaria isolada, sem serviços auxiliares próprios.

AMBULATÓRIO DE ENDEMIAS RURAIS — Êsse órgão da SAS não atendia exclusivamente endemias rurais, mas doenças em geral. Não preenchia os seus objetivos, embora funcionando com três médicos em horários diferentes, já tivesse uma frequência grande. Não havia fichamento de doentes para observação e medicação subsequente, tornando isso imprecisa a estatística.

AMBULATÓRIO DE GINECOLOGIA — Sem pessoal treinado na especialidade, de ordinário não controlava os casos das moléstias que lhe cabe combater para aplicação do tratamento correspondente. A área nosológica restringia-se ao sexo

feminino, quando poderia ser estendido ao sexo masculino. Não contava com o registro em ficha apropriada à clínica, consequentemente impossibilitado da colheita de dados estatísticos.

CADERNETAS DE SAÚDE — Não estabelecia contrôle dos examinados, o que sòmente vinha sendo feito nos vistos anuais, assim mesmo pela procura espontânea dos interessados. Sem coordenação com os Serviços de Doenças Transmissíveis e Polícia Sanitária, apresentavam um trabalho defeituoso.

SERVIÇO DENTÁRIO, DE TUBERCULOSE E DE RAIOS-X — O primeiro, funcionando sem contrôle estatístico por falta de registros, organizado deficientemente, deixando de melhor atender às partes; o segundo, com organização restrita ao atendimento ambulatório, voluntário, por parte do interessado, exceto aquêles que a abreugrafia surpreendia e o encaminhava ao Serviço de Tuberculose. Faltava-lhe organização e coordenação com as atividades congêneres, permitindo dualidade de ação terapêutica. Finalmente, o terceiro, merece o registro, segundo a opinião técnica, de que funcionava satisfatòriamente. As deficiências dêste são, via de regra transitórias e quase sempre ligadas à falta de filmes importados para o funcionamento de sua aparelhagem.

FARMÁCIA — Funcionando sem as substâncias próprias para o preparo de fórmulas medicamentosas padronizadas, com insuficiência de material, necessitando da reformulação dos preparados constantes do Formulário do Centro de Saúde.

AMBULATÓRIOS — O de Oftalmologia e o de Oto-Rino-Laringologia há mais de seis anos fôra recebido sem funcionar, acarretando, com isso, as mais graves dificuldades para complementar os exames clínicos em casos da especialidade dos Ambulatórios inativos. O de Fisioterapia também não vinha funcionando. O único aparelho nêle existente era o de "infra-vermelho", recebido sem o bulbo, além de pràticamente pouco utilizável, ante as reduzidas indicações terapêuticas.

ASSISTÊNCIA MÉDICA AO INTERIOR — Instituído em 1956, lograra instalar sub-postos, em número de 154, em vários Municípios, dos quais 142 vinham funcionando, em condições evidentemente precárias. Além de mal localizados, entregues

a pessoal admitido sob injunções políticas, sem conhecimentos necessários à sua missão. Escreveu o Senhor Secretário de Saúde, a respeito, no seu relatório : "Dêsses servidores, na sua grande maioria nomeados e admitidos por injunções políticas, muitos sabem apenas aplicar injeções e fazer pequenos curativos, havendo mesmo alguns que são semi-analfabetos". Essas sub-unidades médicas não possuiam nenhum móvel ou material para atendimentos de urgência.

LANCHAS — A "Evandro Chagas", vinha prestando serviços à Secretaria de Economia e Finanças, enquanto que a "Adolfo Lutz" estava cedida ao Serviço de Profilaxia da Lepra. Quanto à lancha-hospital "Tomé Medeiros", fôra recebida em condições deploráveis, necessitando de urgentes e grandes reparos, para voltar a ter condições de navegabilidade.

OUTROS SERVIÇOS — No setor técnico da Secretaria de Assistência e Saúde, a fiscalização do exercício da medicina e farmácia, estava então sem chefia; a engenharia sanitária, escreveu o titular da SAS : "é a seção que apresenta maior deficiência no desempenho de sua função. As vistorias dos imóveis da cidade e dos projetos de construção não vêm sendo feitas com regularidade, por falta do comparecimento do engenheiro responsável". O Serviço de Bio-Estatística e de Epidemiologia, funcionando satisfatòriamente, tão só com carência de material. Os serviços de laboratório com deficiências de instalações.

OS LEPROSÁRIOS — Uma apuração mais profunda da Comissão Estadual de Investigações, criada na conformidade do Ato Institucional editado pela Revolução, conduziu ao esclarecimento de uma verdade vergonhosa sôbre os leprosários de Manaus, ao ponto de se comprovar o desvio de alimentos que, adquiridos com os dinheiros públicos, eram destinados aos pobres doentes alí internados. Ao instalar-se êste Govêrno, além do mais, os recursos para a manutenção dos nossos leprocômios estavam esgotados, talvez pela orgia dos gastos, que sòmente se justificavam em maior escala, diante daquela dilapidação desumana, que atingia ao ponto de se comprar manteiga para os leprosos e esta nunca chegar à bôca dos doentes. Os fatos

são do conhecimento do povo, porque o Govêrno, na época, tornou-os públicos para que não fôssem esquecidos tão cêdo. No hospital "Eduardo Ribeiro", nem camas suficientes existiam para os seus internados e são do relatório do Senhor Secretário de Saúde estas palavras compungentes : "Não há camas suficientes, dormindo dois ou três doentes em cada cama, sendo que alguns dormem no chão !"

SERVIÇO DE SOCORROS DE URGÊNCIA — O SSU, que prestava serviços assistenciais de emergência, gratùitamente, à nossa população, encontrava-se fechado, sem que uma lei assim o determinasse. Além de irregular, o fato constituía triste notícia e experiência, especialmente para os habitantes pobres de Manaus.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DA CRIANÇA — Funcionava com o quadro burocrático irregular e, mais ainda, os funcionários que preenchiam as funções gratificadas haviam sido licenciados alguns e outros revertidos às suas repartições de origem, ficando aqueles cargos quase totalmente abandonados. De resto, existiam outras irregularidades que o Govêrno de logo procurou sanar.

MATERNIDADE "BALBINA MESTRINHO" — Com capacidade para sessenta leitos, atendia setenta parturientes. Algumas deficiências técnicas e escassez de material especializado foram registradas, com o consequente desaparelhamento de alguns dos seus setores. Especialmente, êsse hospital se ressentia de medicamentos e outros materiais da especialidade da obstetrícia.

PESSOAL — Apesar de tôdas as deficiências de pessoal a que aludimos, nos seus diversos setores especializados, a Secretaria de Assistência e Saúde dispunha, a 27 de junho de 1 964, de 263 funcionários do quadro, 510 extranumerários-mensalistas e 63 credenciados. Dos funcionários credenciados, 89 encontravam-se afastados dos seus encargos, uns em gôzo de licença, alguns à disposição de outras repartições e, finalmente, outros em gôzo de férias. Em consequência, a fôlha de pagamento dos servidores extranumerários dessa Secretaria vinha ultrapassando os duodécimos, e funcionários recebiam pelo "Fundo de

Assistência e Saúde", sem qualquer portaria de admissão ou contrato. Basta citar, à luz dos números, que a verba orçada para o pessoal extranumerário, em 1964, era de Cr$ 62.000.000 e as despesas realizadas com êsse pessoal, apenas no primeiro semestre, já somava Cr$ 49.224.591.

SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Ao instalar-se o meu Govêrno, naqueles dias finais de junho do ano passado, o novo titular dessa Secretaria de Estado tornou-me presente um relatório completo de como nos fôra transmitido êsse importante órgão da Administração. Na realidade, logo compreendida, a SAIC, tomada de interêsses político-partidários, não cumpria as suas finalidades, conquanto estivessem elas, pela lei, vinculadas a êsses três setores importantíssimos das atividades e da vida do Estado, a Agricultura, a Indústria, e o Comércio. Instalada, com todos os seus departamentos, em condições via de regra precárias, por igual não tinha funcionamento regular. Desaparelhada técnica, material e financeiramente, escapavam-lhe à ação os problemas a ela ctinentes.

Procedeu-se a um verdadeiro inventário, não apenas do patrimônio material dessa Secretaria mas, também, do seu quadro funcional e da sua atuação, quando não pràticamente inexistente, limitada a casos rotineiros que não poderiam, jamais, surtir os efeitos desejados de uma política que visasse a amparar e desenvolver a produção, estimular o produtor, impulsionar o comércio ou implantar e expandir as nossas indústrias.

NO DEPARTAMENTO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO — os processos se acumulavam, em prejuízo dos interessados e, aliás, pràticamente a êsse setor, ou melhor aos casos prêsos às questões de terras, eram restringidas as atividades da SAIC.

Não existia a preocupação de, pelo menos oferecer-se aos rurícolas uma distribuição de sementes selecionadas dos principais produtos que constituem a nossa riqueza agrícola. Mesmo as sementes de juta, para garantir a grande produção dessa fibra no Estado, era feita ao sabor dos interêsses político-

partidários, com grandes e justificadas reclamações dos plantadores.

O MATERIAL MECÂNICO e os serviços de transportes motorizados da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, eram legados a um estado quase de sucata.

Assim, numa sucessão de decepções, recebemos os demais setores dêsse órgão : a Divisão de Alienação de Terras, a Divisão de Indústria e Comércio, as Colônias "Efigênio de Sales" e a Rodovia AM-1, e o Departamento de Produção Mineral, êste, então, sem condições de funcionamento, estava internamente desaparelhado. Existia apenas no organograma da Secretaria. Não dispunha sequer de um técnico de nível médio.

Havia, em síntese, na Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, não a execução de uma política que visasse a atender quaisquer dos seus objetivos mas, tão sòmente, de uma política partidária nociva em prol dos primaríssimos interêsses dominantes.

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Ao primeiro contacto com a realidade dessa Secretaria de Estado, nos idos de junho do ano passado, o seu novo titular transmitia ao Govêrno as suas impressões dentro do seguinte quadro: "o primeiro aspecto que logo me chamou a atenção como chamaria a de qualquer outro administrador imparcial, é a de verdadeira pletora de pessoal lotado nos Quadros Permanentes, além dos extranumerários-mensalistas, quando a realidade flagrante e palpável é a de que todos os serviços funcionariam perfeitamente bem, e até melhor do que atualmente, com menos de 50% do pessoal encontrado". Se assim o era quanto ao pessoal burocrata, não existiam, como ainda não existem, engenheiros em número suficiente para atender aos serviços técnicos da repartição. A SVOP era, por conseguinte, talvez, o órgão estadual mais atingido pelos desmandos políticos, impregnado de vestígios de tranquila impunidade.

À título de ilustração, para que Vossas Excelências sintam uma idéia dessa realidade que afirmamos, cito alguns exemplos chocantes. As principais verbas do Departamento de Obras dessa Secretaria, destinadas a realizações na Capital e a prosseguimento e conclusão de obras no interior, já estavam pràticamente esgotadas, assim como já inexistiam aquelas destinadas a "Reparos, Adaptações e Conservação de Bens Imóveis", em Manaus.

A moralizadora e primária medida das Concorrências Públicas ou ao menos Administrativas, mesmo para os gastos de maior vulto, havia sido sumàriamente abandonada. As adjudicações, quando muito, eram simplesmente sancionadas com a aceitação de cartas-propostas de terceiros, interessados em determinados fornecimentos ou na prestação de certos serviços. Como exemplo dessas adjudicações de serviços importantes sem qualquer formalidade, estavam os relativos a um edifício, no terreno

que foi da antiga Vara da Família. Dêsse edifício não existia, na Secretaria, qualquer projeto arquitetônico, isto é, plantas comuns e de praxe do que iria ser construído. Havia sido ajustado, no entanto, com uma firma do Recife a cravação de 88 estacas de concreto, com 10 metros de extensão, para suporte das fundações, como se alí, nas vizinhanças do Teatro Amazonas e do Palácio da Justiça, em zona de terciário compacto, fôsse necessária tal consolidação do terreno. Por êsse serviço, do qual se percebem as cabeças de 3 estacas apenas, mas que se assegura existiram outras 6, haviam sido dispendidos . . . . . Cr$ 2.300.000, do total ajustado em Cr$ 4.800.000. Pelo projeto de estrutura de concreto armado, do qual foi encontrada uma relação incompleta de plantas, não firmadas por um engenheiro responsável como manda a Lei que regulamenta essa profissão, foram dispendidos Cr$ 3.050.000. Em seguida, como se o edifício já estivesse em fase de acabamento, tinha sido ajustada a confecção das esquadrias, gastando-se mais de . . . Cr$ 6.000.000 com a aquisição das respectivas madeiras e sua entrega à oficina que as deveria confeccionar.

Como exemplo de fornecimento descabido, encontramos realizada a encomenda, parcialmente já executada, de tintas no valor de Cr$ 53.000.000, mais de 5.000 galões de tintas, sem se justificar, através de estudo, a aplicação dêsse material, cuja simples guarda e conservação por sí só já seriam difíceis, visto como a SVOP não dispõe de armazém ou local próprio que lhe sirva de almoxarifado.

O descalabro no contrôle dos contratos, ajustes e adjudicações então existentes era tamanho que sòmente 17 dias depois de empossado o novo titular de então da Secretaria, veio êle a saber de que estava sendo construído um Grupo Escolar estadual em Humaitá, por informação do empreiteiro, que afirmou, então, já haver gasto mais de Cr$ 20.000.000 com a obra. Também uma loja de ferragens de Manaus, à altura, requeria pagamento da segunda e última prestação contratual pelo "projeto e orçamento" de um novo Bombeamento d'Água para a cidade. A primeira prestação já paga foi de Cr$ 4.700.000 e a segunda, de igual monta.

O vasto acêrvo de próprios do Estado, sòmente pelo que nos era dado ver em Manaus, estava relegado ao mais completo abandono. Nenhum serviço coordenado para a conservação dêsses imóveis existia. Realizava-se e muito pèssimamente, uma improvisação permanente dispersiva. Para a reparação de uma fechadura, substituição de um vaso sanitário ou a reposição de uma vidraça, não contava a Secretaria com materiais e ferramentas adequados.

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS — Subordinado diretamente à SVOP, encontramos lotados 150 funcionários efetivos, além de 42 extranumerários-mensalistas. Ora, quem conhece as modestas instalações dêsse Departamento, à rua Miranda Leão, há de forçosamente reconhecer que lá não haveria, sequer, espaço para tanta gente. Mesmo considerando que 70 dêsses servidores trabalhavam no Bombeamento ou se dedicavam a outros serviços fora da sede do órgão, ainda lá restavam 122 ! Dêsses, 35 eram cobradores, o que era de estranhar, pois é público e notório que o Departamento de Águas não fazia e não faz cobranças a domicílio.

GABINETE DO GOVERNADOR

Dou para Vossas Excelências um quadro, tanto quanto possível real, da situação dos órgãos diretamente subordinados ao Gabinete do Governador do Estado, tal como os recebemos ao instalar-se o novo Govêrno, a 27 de junho de 1 964 :

MUNICÍPIOS FANTASMAS — Motivo de escândalo nacional, tantas vêzes e tão rudemente comentada por tôda a imprensa do País, era a existência, em gráu proliferante cada vêz maior, dos chamados "municípios fantasmas", as mais fáceis prêsas dos apetites político-partidários no Amazonas. Aliás, o nosso Estado figurava, a respeito, como um caso único no Brasil, a tal ponto de, ao vir assumir o Govêrno, o mais alto magistrado da Nação haver pedido que atentasse para êsse problema, que reputava dos mais graves e indicativos da imaturidade reinante na administração. Com efeito, 219 dessas Unidades ainda existiam a 27 de junho de 1 964, sem que as suas autoridades fôssem constituídas pelo processo eletivo, na conformidade dos têxtos constitucionais. E' que, na realidade, os seus cargos diretivos, criados com êsses propósitos destinavam-se a servir de emprêgos, para maquinações eleitoreiras, a apadrinhados dos homens que se revezavam no domínio do Estado, visando nêle perpetuar-se.

ESTÔRNO DE VERBAS — Um dos absurdos que nos foi legado pelos administradores do passado era a Lei n.º 11, de 13 de abril de 1959, que se constituia numa verdadeira aberração jurídica, num atentado às normas da contabilidade pública e, mais do que isso, numa facilidade para a manipulação incorreta dos dinheiros do Estado. Essa Lei autorizava o estôrno de verbas, dando ao Governador, num acintoso e grave ferimento à legislação vigente no País, o poder de praticar o estôrno de verbas

posição muito cômoda para, além de fugir à fiscalização legal do Poder Legislativo e da própria contabilidade pública promover o atendimento de interêsses políticos.

CASAS DO AMAZONAS — O Govêrno amazonense, até a instalação da nova Administração, vinha mantendo, à guisa de Representações, as chamadas "Casas do Amazonas", na Guanabara, em Brasília, São Paulo e Belém. Eram organismos, se assim podemos chamá-los, que funcionavam sem organização burocrática, sem conteúdo vinculado com a administração do Estado, enfim, sem a dignidade que seria exigida, por se tratar de pontos de projeção do Amazonas naquelas Metrópoles brasileiras nada produziram que servisse aos interêsses do Estado. Temos o exemplo da "Casa do Amazonas" em São Paulo, que servia mais a interêsses particulares comerciais de elementos ligados ao passado destruído pela Revolução de Abril, do que ao Estado. A da Guanabara funcionava mais como uma sucursal de procurações do que para os pretensos fins a que se destinava; a de Brasília parecia mais atender a interêsses político-partidários, manipulados junto aos órgãos ministeriais da República; finalmente, a de Belém cujo titular se limitava, cumulativamente com a função de representante do Govêrno do Estado junto à SPVEA, ao recebimento de verbas dessa Superintendência e ao estabelecimento do prestígio junto à direção do Banco da Amazônia.

DITPEA — Repito aos Senhores Deputados que o Departamento de Imprensa, Turismo e Propaganda do Estado foi um dos órgãos também recebido por êste Govêrno como triste herança. Em linhas gerais de uma dotação orçamentária de . . . . Cr$ 96.000.000, já a 27 de junho havia êsse DITPEA gasto além de Cr$ 120.000.000, e mais, acumulavam-se dívidas a pagar. Não funcionava como órgão capacitado para dar bôa destinação aos dinheiros públicos que orçamentàriamente lhe cabiam. Para ter-se uma idéia do seu patrimônio, até então sem registro, foi necessário fazer-se um tombamento geral dêsse patrimônio. Tudo se comprava ou realizava sem obediência aos mínimos princípios de concorrência ou coleta de preços. Assim foi gasto todo aquele dinheiro, bastando acentuar que sòmente

em fotografias, de janeiro a junho de 1 964, consumiram-se milhões de cruzeiros.

DASPA — Êsse Departamento de Administração do Serviço Público não cumpria, e nem poderia cumprir no regime em que as coisas andavam referentemente ao funcionalismo em geral, com as suas finalidades. Era atrofiado, pràticamente omitido tôda vez que se pretendia preterir direitos e premiar terceiros com as colocações nas diversas repartições do Estado. Órgão de finalidade sem dúvida necessária à coordenação da vida do funcionalismo estadual, precisou, de imediato, restaurar-se nas suas verdadeiras funções.

DAPS — Outro órgão encontrado em situação de descrédito. Ao instalar-se o nosso Govêrno, êsse Departamento de Assistência e Previdência Social devia a hospitais, médicos, fornecedores e funcionários, Cr$ 122.194.227. Estava com atraso de um mês no pagamento dos vencimentos dos seus servidores, e de dois meses nos pagamentos do Montepio aos pensionistas do Estado. Os que o mantêm, ou sejam, os funcionários, que descontam em fôlha para êsse Departamento, eram os que menos recebiam os seus benefícios. Os empréstimos concedidos pelo DAPS na sua maior parte vinham beneficiando pessoas exatamente de maiores recursos e de maior prestígio nas situações então dominantes. A sua programação assistencial não tinha contrôle e êsse descontrôle prejudicava os que realmente contribuiam compulsòriamente para o seu funcionamento.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL — Encontramos o Departamento de Imprensa Oficial em situação de notória precariedade, no tocante às suas instalações e equipamentos. Funcionando em dois prédios, um por demais antigo e em verdadeiro abandono, onde se realizam os serviços de Secretaria, Portaria, Tesouraria, Arquivo e Almoxarifado, além do Gabinete do Diretor; o outro, mais recentemente construído, porém em iguais condições inadequadas para os serviços a que se destina e onde funcionam as oficinas, a revisão e a encadernação.

Em nenhum dos dois prédios existia segurança e, já pela sua precariedade, ambos deixam de oferecer quaisquer condições de higiene ou de confôrto. Completamente desaparelhado, o

Departamento de Imprensa Oficial oferecia um quadro verdadeiramente lastimável, desde as suas aparências externas — as piores possíveis, até às suas instalações internas — móveis, utensílios e maquinárias.

Nas oficinas, um quadro se nos apresentava à vista: os materiais alí existentes, ultrapassados pela técnica e moderna imprensa, encontravam-se, em grande parte desfalcados, sem que se lhes pudesse dar melhor funcionamento.

Três máquinas linotypos existiam nas oficinas do Departamento de Imprensa Oficial e delas sòmente duas encontramos em funcionamento, ainda que em caráter precário. U'a máquina "Cometa 3 333", equipada com dois magazines, com fontes de corpo 8 e 6, desfalcada de matrizes do corpo 8 e sem nenhuma ao corpo 6; sem resistência de bôca de caldeira, sem espaços automáticas, com as palhêtas da caixa de distribuição avariadas, sem polia de movimento e com a escôva do disco quebrada; u'a máquina "Cometa 3 332", equipada com dois magazines com matrizes do corpo 10 incompletas e do corpo 12 faltando hífens, além de possuir incompleto o número de matrizes de ½ quadratim e com os espaços automáticos desfalcados; u'a máquina modêlo 31, equipada com 3 magazines, sendo 2 para matrizes de corpo 6, um incompleto e outro totalmente vazio, e 1 de corpo 10, também incompleto, com palhêtas avariadas na caixa baixa de distribuição.

Tôdas as outras máquinas, existentes nas oficinas da Imprensa Oficial, nós as recebemos em igual estado de precariedade. Nenhuma delas em perfeito funcionamento, em condições de que nos pudéssemos valer para a realização dos serviços atinentes àquele Departamento.

Além disso, logo ao assumirmos o Govêrno, tomamos conhecimento do desaparecimento de u'a máquina de confecção de envelopes; uma outra de moldar envelopes, tipo prensa, ambas equipadas com motores; u'a máquina de grampar elétrica, com motor e uma máquina de grampar (pedal) avariada, além de um prélo "Marinom", que se encontrava desmontado e exposto ao tempo. Todos êsses aparelhos eram patrimônio do Estado e haviam tomado rumo ignorado.

O Quadro de Pessoal do DIO contava com 53 funcionários, dos quais 10 em gôzo de férias, 3 licenciados para tratamento de saúde, 5 de licença-prêmio e outros 3 à disposição de outras repartições. Êstes, fizemos voltar ao trabalho, na sua repartição de origem. 47 extranumerários-mensalistas prestavam serviços, ou pelo menos percebiam vencimentos pelo Departamento. Vale salientar que, conforme se pode mesmo notar pelo elevado número de funcionários, a distribuição dos serviços era feita de modo a beneficiar a grande número de servidores, em prejuízo de outros e, consequentemente, dos interêsses do próprio Estado. Era notória a verdadeira desordenação na admissão do pessoal operário, que emprega suas atividades naquelas oficinas.

No quadro demonstrativo das verbas destinadas ao pagamento de vencimentos, mensalidades e vantagens dos funcionários, já no meio do ano, as sub-consignações orçamentárias eram deficitárias, enquanto que outras, ainda que apresentando saldo, não podiam fazer face às despesas já comprometidas.

Com uma dotação de Cr$ 15.300.000 para pagamento de vencimentos, encontramos um saldo de Cr$ 6.374.622; já para pagamentos dos mensalistas, da dotação orçamentária de Cr$ 2.352.000, encontramos um deficit de Cr$ 2.682.462. Para despesas com salário família, coubera ao DIO, no orçamento para o ano de 1964, uma dotação de Cr$ 700.000, que nos foi entregue já com um deficit de Cr$ 167.000, outro tanto acontecendo com a destinada ao pagamento de Adicional que, de uma dotação de Cr$ 600.000, já existia, ao início de nossa administração, um deficit de Cr$ 313.209.

Nota-se, pois, nestas citações, a desordem que ocorria no emprêgo das verbas destinadas ao pagamento do pessoal, naquele DIO.

Não havia estoque de quaisquer materiais indispensáveis ao seu normal funcionamento, para atender às necessidades sempre crescentes dos seus serviços. E essa situação muito mais se agravava em perspectiva, quando passamos a estabelecer um confronto com a realidade das verbas de que dispunha o Departamento, para satisfazer os encargos que ainda nos aguardavam nos seis meses restantes do ano.

Na Tesouraria, encontramos um saldo de Cr$ 277.104, proveniente de publicações e venda do "Diário", dinheiro que, fazendo parte das arrecadações do Departamento, deveria ser recolhido à Secretaria de Economia e Finanças, permanecendo parte na Tesouraria para o atendimento de despesas miúdas de pronto pagamento. E encontramos, ainda, como dívidas de diversos órgãos do Estado ao Departamento, a importância de Cr$ 1.093.495, discriminadas em faturas registradas ou não naquela Tesouraria.

DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA — Em relatório que me foi dado presente a 13 de julho de 1 964, a Diretora do DEE escrevia que "em realidade êsse Departamento, eficiente em outras épocas, a partir de 1 954, quando perdeu a sua sede, vêm sofrendo os seus trabalhos sérios prejuízos e suas atividades mutilações que demandam esforços para sua recuperação". A Secção de Estatística Educacional apresentava-se apenas com um chefe e um estatístico, sem pessoal, e com os seus serviços próprios de apuração de dados atrasados desde 1 963. A Secção de Produção com as suas tarefas irrealizadas, algumas em 63 e outras em 64. A Secção de Estatística Militar, igualmente em atraso nas suas apurações, assim como a Secção de Estatística Política e Social.

TRANSPORTAMAZON — Dos 41 ônibus de sua propriedade, apenas 8 encontravam-se em tráfego, quando assumimos o Govêrno, a 27 de junho de 1 964. Dos 33 paralizados, apenas 8 em condições de recuperação. Os demais, em número de 25, pràticamente imprestáveis, como sucatas. Nenhum livro de tombamento para registro dos bens patrimoniais existia na Emprêsa. As contas de fornecedores, referentes aos anos de 1 958 a 1 962, somavam Cr$ 5.424.232 e as relacionadas com o primeiro semestre de 1 964, totalizavam Cr$ 5.655.688. Uma situação evidentemente quase que insolvente, que impunha medidas drásticas, inadiáveis, tanto quanto moralizadoras, com a mais inflexível compressão de despesas.

ALIMENTAMAZON — Quanto a essa Emprêsa, encontrando-a em situação de insolvência irreversível, o Govêrno não teve outro caminho a seguir, porque o inevitável, senão decre-

tar-lhe uma intervenção para o levantamento do seu acêrvo o que foi feito. Basta citar que até os servidores dessa Organização vinham sendo caloteados há longo tempo, sem que, pelo menos, se tivesse tido a lembrança de dispensá-los.

OLARIA — Recebemos operando em têrmos duma produção de 4.000 unidades, em face ao abandono da sua maquinária utilizada. Por outro lado, um elevado estoque de cêrca de 20.000 unidades indicava uma paralização nas atividades dêsse órgão industrial. Quanto à situação financeira, existiam disponíveis em caixa e bancos Cr$ 3.929.917, para obrigações a pagar num total de Cr$ 2.263.850. Com exceção de um Livro Caixa nenhum outro tipo de escrituração era processada. No que se refere a pessoal, apresentava-se, também, uma situação irregular inexistindo, sequer, comprovantes de recolhimentos de contribuições dos operários para a Previdência Social.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Vivendo o DER-Am de crescentes e amplos recursos federais, provenientes do Fundo Rodoviário Nacional, sem a preocupação arrecadadora, portanto, foi prêsa fácil para a prática de negócios que insultavam a probidade administrativa e serviam para o enriquecimento ilícito de muitos, em prejuizo dos empreendimentos que o Estado poderia realizar através dêsse órgão. Todos estão lembrados dos tristes fatos que a Comissão Estadual de Investigações alí apurou no desdobramento dos inquéritos sumários realizados de acôrdo com o Ato Institucional. Recordo a Vossas Excelências, neste documento, algumas das mais graves irregularidades que no Departamento de Estradas de Rodagem foram comprovadas :

— O DER-Am havia pago a jogadores de futebol de agremiação desportiva presidida pelo Governador de então, no período de 6 de março de 1 963 a 14 de julho de 1 964, a importância de Cr$ 5.274.850 (CINCO MILHÕES, DUZENTOS E SETENTA E QUATRO MIL, OITOCENTOS E CINQUENTA CRUZEIROS) desviados dêsse modo, recursos com destinação específica para emprêgo irregular, criminoso.

Sòmente em 1 964, num total de DUZENTOS MILHÕES DE CRUZEIROS, o DER-Am foi levado a participar da chamada "Operação Abacaxis", que enquadrava supostos serviços de exploração, projeto e localização da rodovia Parauarí-Abacaxis, pelos quais, à altura de assumirmos o Govêrno, já haviam sido pagos Cr$ 8.875.800 (OITO MILHÕES, OITOCENTOS E SETENTA E CINCO MIL E OITOCENTOS CRUZEIROS).

Material do Departamento de Estradas de Rodagem fôra desviado para a Parauarí S|A, num total de Cr$ 2.862.764 (DOIS MILHÕES, OITOCENTOS E SESSENTA E DOIS MIL, SETECENTOS E SESSENTA E QUATRO CRUZEIROS). O DER-Am

havia adiantado Cr$ 5.500.000 ao Diretor Técnico dessa Sociedade Anônima, de que participavam figuras de projeção na administração e na política passadas.

Por supostos serviços de desmatamento, destocamento e terraplenagem da imaginária AM-19, o DER-Am pagou . . . . Cr$ 9.953.610 e comprou equipamentos de uma só firma, sem os revestimentos do processo legal, no total de Cr$ 47.000.000.

Os inquéritos realizados nesse Departamento comprovaram desvio de materiais em favor de firmas que trabalhavam para êle, no total de Cr$ 83.205.022 (OITENTA E TRÊS MILHÕES, DUZENTOS E CINCO MIL, VINTE E DOIS CRUZEIROS).

Funcionários e material do DER-Am foram utilizados na fabricação de tubos destinados a bueiros, como se fabricados pela ECCIR, para depois serem vendidos ao próprio DER-Am, num total de Cr$ 38.955.000 (TRINTA E OITO MILHÕES, NOVECENTOS E CINCOENTA E CINCO MIL CRUZEIROS).

Adubo inexistente foi pago pelo DER-Am, num total de Cr$ 250.000.

Recursos dêsse Departamento foram, ainda, desviados, inclusivè utilização de seus operários, para reformas na residência do seu antigo Diretor e como "auxílio" à festividades de um clube de futebol.

Firmas fictícias negociavam com o DER-Am, no evidente propósito de lhe dilapidar os recursos.

A Construtora Pavinorte S/A. recebera, em dôbro, pagamento, a maior parte por execução de serviços de terraplenagem nas obras rodoviárias executadas na AM-1, em que o Departamento de Estradas de Rodagem foi lesado na importância de CENTO E CINCOENTA E SEIS MILHÕES, NOVECENTOS E CINCOENTA E HUM MIL, CENTO E QUARENTA E OITO CRUZEIROS.

Assim, sucessivamente, se desenrolava êsse rosário de irregularidades que se constituia, sem dúvida, numa página negra na história administrativa do nosso Estado. Do pagamento

a jogadores, que nada tinham a ver com os trabalhos do DER-Am, até a compra de mobiliários com recursos do Departamento para servirem a residências particulares, o quadro se apresentava do mesmo modo vergonhoso.

No particular de sua ação dinâmica, para a realização de seus objetivos, a produção do DER-Am era nenhuma.

III

RESULTADOS ALCANÇADOS PELA ADMINISTRAÇÃO NO PERÍODO DE 27 DE JUNHO A 31 DE DEZEMBRO DE 1 964

SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

A preocupação fundamental do Govêrno foi recolocar as finanças públicas dentro de um critério que espelhasse a realidade da capacidade orçamentária do Estado. Isto porque, até então, a Lei de Meios não retratava, com fidelidade, os fenômenos pertinentes à receita e despesa pública. Esta assertiva torna-se verdadeira ao verificarmos que a proposta orçamentária de 1 964 apresentava uma receita estimada em Cr$ 4.529.793.900, enquanto a despesa autorizada era orçada em Cr$ 5.283.775.565. Êstes números não se coadunam com a receita e despesa verificadas no exercício em aprêço.

Para se ter uma idéia do comportamento da receita e despesa estaduais basta que se destaque, que até junho de 1 964, já havia sido arrecadado Cr$ 3.752.667.379,20, e no mesmo período a despesa orçava em Cr$ 3.654.683.183,60. Pela simples projeção dêsses dados relativos ao primeiro semestre de 1 964, chega-se à conclusão de que os valores do Orçamento do ano em estudo alcançariam algarismos superiores aos previstos inicialmente.

O trabalho de ajustamento da Receita e Despesa que dá os verdadeiros limites da capacidade tributária da comunidade amazonense, foi fruto de um esfôrço conjugado, onde prevaleceu o alto espírito público de uma equipe de homens, convocada a servir ao Estado, muitas vêzes com sacrifício de seus próprios interêsses, a fim de que fôsse restabelecido, no seio da coletividade amazonense, o respeito pela pública administração.

O resultado dêsse esfôrço e a cristalização dos ideais que norteiam a nossa administração, no setor das finanças públicas, serão melhor evidenciados nas palavras do próprio Secretário de Estado de Economia e Finanças, que passamos a transcrever.

Comparando, em valores numéricos, a arrecadação tributária do Interior do Estado, (anexos 1 e 2) verifica-se a posição abaixo :

1 963	Cr$	764.027.496
1 964 Janº a junho . . .	905.753.744	
julho a dezembro	1.581.909.605 Cr$	2.487.663.349

ou seja uma diferença para mais de 225,38% (anexo 3).

Na arrecadação efetuada no exercício de 1 964 (anexo n.º 4), constata-se o seguinte :

De Taxas	Cr$	1.054.821.142,10	(21,158%)
De Multas	"	2.493.280,90	(0,052%)
De Impôsto	"	3.928.048.613,80	(78,790%)
Total . . .	Cr$	4.985.363.036,80	(100%).

ARRECADAÇÃO TOTAL DA DIRETORIA DA RECEITA	Cr$	11.046.181.821,30
ARRECADAÇÃO TOTAL DA S. V. E CONSIGNAÇÕES	"	4.985.363.036,80

Pelo mapa comparativo da arrecadação efetuada pela Secção de Vendas e Consignações de julho a dezembro de 1 964, com a do igual período de 1 963, encontra-se uma elevação de 114,50%, resultante, em parte, da melhor fiscalização do sistema tributário, após as medidas moralizadoras postas em execução.

Temos, por fim, o demonstrativo do segundo semestre de 1 963 com o de 1 964, nos impostos de exportação, onde se constata a elevação de 229%, ou seja, de Cr$ 762.580.761, contra uma arrecadação de Cr$ 2.501.931.096, o que equivale a diferença para mais de Cr$ 1.739.381.086.

Feita a comparação do exercício anterior e dentro dos elementos coligidos, passo a expor os principais dados concernentes à vida econômico-financeira do Estado no ano recém-findo.

O Orçamento, insistimos, estimara a receita de . . . . . Cr$ 4.529.793.900 e fixara a despesa em . . . . . Cr$ 5.283.775.565, apresentando um **deficit** de . . . . . Cr$ 753.981.665. A fixação da despesa foi alterada com a transferência dos créditos especiais de 1 963 e novas autorizações do Poder Legislativo, após a aprovação do Orçamento. Foi, sem dúvida, o que mais alterações sofreu nestes últimos anos. Os créditos adicionais foram tantos que ultrapassaram o Orçamento.

Demonstra-se, a seguir, o resumo destas ocorrências, destacadas por períodos :

De Janeiro a Junho

— Créditos abertos no período :		
Especiais . . . . . Cr$	1.218.533.298,80	
Suplementares . . . . "	149.376.358,00	Cr$ 1.367.909.656,80

De Julho a Novembro

— Créditos abertos no período :		
Especiais . . . . . Cr$	1.282.462.716,40	
Suplementares . . . . "	2.672.537.733,30	Cr$ 3.955.000.449,70
Créditos transferidos de 1 963		305.267.064,60
		Cr$ 5.628.177.171,10
Menos :		
— Anulações no Orçamento para cobertura de créditos especiais e suplementares		311.409.656,80
		5.316.767.514,30
Orçamento		5.283.775.565,00
		Cr$ 10.600.543.079,30

As previsões acima demonstradas, tanto da receita como da despesa, não corresponderam à realidade da execução orçamentária, conforme se evidencia com a sinopse do balanço financeiro, a seguir :

RECEITA ARRECADADA			
— Receita Orçamentária			
Classificada . . .	10.563.553.776,30		
A classificar . .	1.191.864.706,50	11.755.418.482,80	
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA			
Depósito	1.102.214.032,00		
Diversos . . .	1.346.354.320,40	2.448.568.352,40	14.203.986.835,20
SALDOS DE 1 963			
Em caixa . . .	130.690.055,20		
Em Bancos . . .	98.307.117,30		
De diversos . . .	103.399.762,90		332.396.935,40
			14.536.383.770,60
DESPESA PAGA			
Despesa Orçamentária		8.584.199.746,10	
Despesa Extra-Orçamentária			
Depósitos	861.019.958,40		
Diversos	932.042.315,60		
Restos a pagar .	362.606.880,30	2.155.669.154,30	10.739.868.900,40
SALDOS PARA 1 965			
Em caixa		327.312.769,60	
Em Bancos : Do Estado		2.728.038.187,90	
De Diversos		741.163.912,70	3.796.514.870,20
			14.536.383.770,60

Comparando-se os totais da Receita e Despesa orçamentária, apura-se, à primeira vista, um **superavit** de . . . . . Cr$ 3.171.214.054,70, mas com a inclusão dos restos a pagar, até agora avaliados em Cr$ 281.659.298,10, então levados a débito das verbas orçamentárias, tem-se que o resultado do exercício, na apresentação do balanço geral, será mais ou menos o seguinte :

Receita arrecadada		Cr$ 11.755.418.482,80
Despesa efetivamente paga .	8.584.204.428,10	
Despesa inscrita em restos a pagar	281.659.298,10	8.865.863.726,20
		2.889.554.756,60

ANTERIORES (restos a pagar de 1 958 a 1 963). — Nos poucos dias que restaram do exercício de 1 964, no sentido de liquidar as contas de fornecedores, convênios educacionais, fôlhas de vencimentos de pessoal ativo e inativo, atingiram a Cr$ 1.261.577.625 (HUM BILHÃO, DUZENTOS E SESSENTA E UM MILHÕES, QUINHENTOS E SETENTA E SETE MIL, SEISCENTOS E VINTE E CINCO CRUZEIROS), o total de pagamentos durante o mês de dezembro, sendo que do dia 17 a 31 do mesmo mês, montou a Cr$ 784.920.354 (SETECENTOS E OITENTA E QUATRO MILHÕES, NOVECENTOS E VINTE MIL, TREZENTOS E CINQUENTA E QUATRO CRUZEIROS), o maior volume até hoje registrado pela Tesouraria Geral daquela Secretaria. Só não foram liquidadas as responsabilidades do Estado que não estavam legalmente processadas ou apresentavam dúvidas de legitimidade, face a suspeitas levantadas pela Comissão de Inquérito criada pelo Ato Institucional. Outras contas de pequena monta deixaram de ser solvidas por não terem sido procuradas pelas partes interessadas.

Feita a análise do comportamento da Receita e Despesa do Estado em linguagem fria dos números, achamos, data vênia, necessário tecer algumas considerações em tôrno da situação e da atuação dos vários setores da Secretaria de Economia e Finanças, os quais são responsáveis pelo bom desempenho das múltiplas tarefas da pública administração, que lhes são atribuídas.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO — Embora a Divisão de Administração, sendo um órgão essencialmente burocrático, a sua atuação no elenco das atividades da pública administração, é de suma importância, uma vez que é por seu intermédio que esta Pasta mantém relação com os demais setores do Estado. Face às suas múltiplas tarefas, a Divisão de Administração luta,

também, com determinadas dificuldades que a impedem de realizar um trabalho racional e eficiente.

Atualmente êste setor está constituido de duas Secções, a de Expediente e de Pessoal e Material, sendo que o desdobramento da última em duas Secções distintas, achamos, data vênia, aconselhável, tendo em vista que, dentre outras atribuições, tem a seu cargo os assentamentos dos funcionários desta SEF, compreendendo capital e interior, anotações referentes aos inativos do Estado, movimentação e guarda de todo o material e bens pertencentes a esta Secretaria, tanto da Capital como do interior.

Vale ressaltar que, com a assunção do Dr. NEWTON DE MENESES VIEIRALVES, ao cargo de Secretário de Economia e Finanças, êste órgão teve somada às suas atribuições, a elaboração de projetos de lei, abrangendo assuntos de tôdas as Secretarias, com as respectivas mensagens, os quais, na sua maioria foram transformados em lei.

COMISSÃO ESTADUAL DE LICITAÇÃO — Êste novel órgão, criado pela Lei n.º 93, de 11 de novembro de 1 964, diretamente subordinado ao titular desta Secretaria, ainda se encontra pràticamente na fase de estruturação e organização.

Vários problemas concorreram para que a citada Comissão não funcionasse regularmente, dentre os quais figuram a avalanche de concorrências, coletas de preços advindas com a sua criação e, igualmente, a falta de um quadro de funcionários especializados, bem como, a ausência de material permanente e de consumo, para a consecução de seus objetivos.

Esperamos que em breves dias, os trabalhos da Comissão estejam regularizados, tendo em vista que foram tomadas providências para tal fim.

DIVISÃO DA DESPESA — Além de outras atribuições, a Divisão da Despesa tem a seu cargo a organização, conferência e escrituração das fôlhas de pagamento do funcionalismo público ativo e inativo.

Em face da dinamização implantada pelo atual Govêrno ao serviço público, houve a necessidade de se introduzir radical

modificação no sistema de pagamento. Foram instituidos novos modelos de fichas funcionais e de pagamento, sendo que esta medida foi tomada em decorrência do imperativo de simplificar e modernizar, tècnicamente, o critério de trabalho que ora vinha se realizando. Por outro lado, foram feitas demarches no sentido de se verificar a possibilidade de ser adotado o sistema mecanizado de contabilização e pagamento, criada pela BURROUGHS DO BRASIL S/A., oferecendo a citada Emprêsa curso de especialização para funcionários.

DIRETORIA DA RECEITA — A par das dificuldades encontradas por falta de aparelhagem adequada, para a realização de uma fiscalização eficiente, uma vez que êste setor não conta com lanchas e próprios estaduais para o funcionamento de suas repartições no interior do Estado, foi conseguido efetuar uma arrecadação no exercício de 1 964, para maior, nc ordem de 225,38%.

Presentemente, a Diretoria da Receita dispõe para o patrulhamento do vasto território amazonense, de apenas 3 lanchas, estas, em funcionamento precário. As demais existentes alvitramos que sejam tombadas para efeito de venda, sob concorrência pública, de modo que a recuperação das mesmas é contraproducente.

DIRETORIA DA FISCALIZAÇÃO — Abrangendo a Diretoria da Fiscalização maior campo de ação na área fiscal, lógico que êste setor apresenta maior volume de produção, principalmente no que diz respeito à fiscalização da capital do Estado, haja vista que, no período de 1.º de julho a 31 de dezembro do ano transato, foi atingida a cifra de Cr$ 218.739.068, canalizada cos cofres da Fazenda Estadual, correspondente a tributos sonegados, mora e multa por infração às leis fiscais.

Embora sejam bastante expressivos os números acima transcritos, é mister evidenciar o resultado altamente satisfatório da ação fiscal preventiva, o que demonstra a renda proveniente do Impôsto sôbre Vendas e Consignações, incidente nas vendas realizadas na praça de Manaus, durante o citado semestre, a qual atingiu a montante de Cr$ 2.378.492.105.

Como acontece com a Diretoria da Receita, êste setor defronta-se, também, com o problema de transporte, que dificulta sensìvelmente, a sua atuação fiscalizadora nos diversos rios do Amazonas.

Coadjuvando a ação fiscalizadora da Diretoria da Fiscalização, contamos com o Serviço de Coordenação de Sorteio "SEU TALÃO VALE UM MILHÃO", que realiza fiscalização indireta, através do consumidor.

Foram realizados dois sorteios no período compreendido de 31 de julho a 31 de dezembro p. passado, sendo que no último, por iniciativa humana do nosso Govêrno, o Impôsto de Renda devido, foi pago pelo Estado, subtraindo êsse ônus, da responsabilidade dos premiados.

Para maior penetração no seio da população tomaram-se inúmeras medidas, dentre elas a confecção de cartazes, nos moldes modernos adotados no Sul do País.

Como metas para o exercício ora iniciado, foram fixados os seguintes pontos :

1) fiscalização rigorosa da arrecadação por parte dos diversos setores do serviço público do Estado;
2) aparelhamento da máquina arrecadadora, quer na capital, quer nos postos fiscais do interior;
3) dinamização dos vários serviços da Secretaria de Economia e Finanças, localizando-os no edifício sede, em salas mais apropriadas para melhor rendimento de trabalho e execução mais rápida, em condições mais humanas de trabalho para os servidores;
4) limpeza do prédio e recuperação — o que já foi iniciado — considerando o seu estado de quase abandono;
5) recuperação e ampliação da frota de lanchas e viaturas para um melhor serviço de fiscalização.

Dêsses números e dessas informações depreende-se que a política financeira do Govêrno envereda pelo caminho do saneamento das finanças públicas, a fim de adequá-las a uma real redistribuição social, mediante vencimentos condizentes

com o ritmo inflacionário que assola o país. Procura ainda recolher a poupança da comunidade, mediante taxas específicas, com o propósito especial de executar planos, que oportunamente serão do conhecimento desta Assembléia e do povo amazonense.

Entende o Govêrno que os baixos níveis de recursos financeiros do Estado, na ordem tributária antes da Revolução de 31 de março de 1 964, não poderiam arcar com um programa de trabalho, que tivesse por objetivo a colimação do desenvolvimento econômico, nos setores primário, secundário e terciário; planejamento da atividade governamental e privada, visando a criar uma escala de prioridades, que de imediato aumentasse a Renda Bruta Interna; implantação de um sistema energético, que atendesse aos reclamos de eletrificação do interior; programa de financiamento à pequena e média indústrias, a cargo do Banco do Estado do Amazonas; programa de assistência social com o intento de : amparar a infância desvalida, mediante seu internamento em creches, em Colônia Agro-Escolar, em hospital infantil; financiamento para aquisição da casa própria, recuperação do próprio lar, empréstimo escolar, hospitalar e amparo aos necessitados; desenvolvimento agro-pecuário, para a melhoria da produção estadual.

Ainda mais, outras taxas e impostos foram criados, tendo em vista a mesma política do Govêrno Federal que, utilizando-se dos instrumentos tributários, procura reduzir a taxa de inflação. através da poupança forçada. No nosso caso, temos em mente a implantação do Estado do Bem Estar, já vislumbrado por economistas do quilate de Gunnar Myrdal, que atribuem ao Estado a função de repartir o "bôlo" do Produto Bruto Nacional. No Amazonas, nesses seis primeiros meses de nossa administração, fomos levados a praticar atos de política financeira, que a muitos passou despercebido, pelo fato de não estarem habituados a um Govêrno desejoso de implantar uma administração que de fato fôsse a instrumental do bem estar social.

Temos esperança, senão certeza, de que os exemplos que estamos plantando, de abnegação e despreendimento, vicejarão em nossa terra, abrindo novas perspectivas para a moci-

dade, que vem, inquestionàvelmente, trazendo a sua parcela de trabalho ao meu Govêrno, como também, apoiado-o, mediante atos e demonstrações públicas, que levam a acreditar estarmos trilhando a senda correta do trabalho pelo soerguimento econômico e social do povo amazonense.

A expectativa da melhoria da receita e seu consequente resultado sôbre as finanças públicas, talvez possibilitem, não muito distante, a revisão de diversos tributos, que hoje são imprescindíveis para mitigar as carências dos menos favorecidos e apoiar os programas de trabalho, que o Estado, sob nossa administração, invocou como ponto de honra para os destinos do Amazonas.

SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA

Nesse órgão do Estado repousaram altas preocupações do Govêrno no que toca à aplicação da lei, às suas relações de mútuo respeito e harmonia com o Judiciário, ao selecionamento e aprimoramento de pessoal a que incumbe a responsabilidade da segurança pública, na Capital e no Interior. Cabe-lhe executar a política do Govêrno visando a assegurar as garantias públicas e individuais, que antes não existiam, e os seus privilégios legalmente discriminados. Neste particular, aliás, o Govêrno fixa o rigoroso critério de igualdade na distribuição da Justiça, de equidade na preservação do direito de cada um, de acesso aos bens comuns materiais e espirituais.

Aquêle estado amoral de exploração da jogatina e do lenocínio oficializada, têve um término irreversível nesta Administração. Instruções emanaram dêste Govêrno no sentido de, principalmente no interior, o poder de polícia ter a sua ação limitada à lei e sempre objetivando a assegurar a tranquilidade do povo a que serve, garantindo-lhe aquelas liberdades coletivas e individuais. Os raríssimos casos de que o Govêrno têve conhecimento, contrários a essas instruções, foram rigorosamente apurados para a correção legal dos que, por ventura, ainda não se compenetraram que a época mudou e que as obrigações e os deveres de cada um devem ser cumpridos com o maior e melhor espírito público. Tanto quanto possível, aliás, para obter o êxito dêsse seu propósito, a Secretaria do Interior e Justiça cuidou de escolher os homens que se incumbem das Delegacias policiais do interior, com a atenção necessária.

Grande trabalho tem realizado quanto ao andamento dos inquéritos sumários, realizados pela extinta Comissão Estadual de Investigações, agora atravessando a sua fase de recursos e de vinculações com o Judiciário.

SEGURANÇA PÚBLICA — Começamos por retornar à consciência de que o poder de polícia deve ser exercido dentro da

lei e nunca discricionàriamente. O Govêrno adquiriu os veículos novos e necessários para os serviços de transportes do DESP, reaparelhando assim de viaturas, tanto a Chefia de Polícia como as suas Delegacias na capital. Compramos mobiliários para as sub-Delegacias dos bairros de Manaus, que nem sequer cadeiras possuiam para o atendimento dos seus serviços de expediente. Numa etapa posterior, estamos providenciando fardamento para os homens que servem externamente ao DESP. O Instituto Médico Legal, disciplinado às suas finalidades, passou a movimentar-se melhor e já apresentou, no período de junho a dezembro do ano passado, um movimento total de 1.296 exames.

A Delegacia de Roubos e Falsificações vem recolhendo rigorosamente ao Depósito Público objetos apreendidos em mãos de terceiros, cujos donos alí não compareceram para reavê-los. O valor dêsses objetos, recolhidos àquele Depósito, foi de . . . . Cr$ 8.000.000; o valor dos objetos apreendidos e restituidos aos seus donos foi de Cr$ 25.382.595 e as importâncias, em dinheiro, roubadas e restituídas aos seus legítimos donos somaram Cr$ 4.750.745, dando êsse movimento um global de . . . Cr$ 38.134.139.

A Delegacia de Segurança Pessoal apresentou, também, melhores resultados e, sòmente naquele mesmo período, remeteu à Justiça 56 inquéritos e na proteção à integridade da pessoa humana apurou devidamente 214 agressões, 54 ameaças de morte, 15 queixas diversas.

A Delegacia de Segurança Política e Social realizou, em igual período, 73 prisões correcionais, 32 prisões em flagrante, atendeu a 58 queixas diversas, 17 acidentes, 15 tentativas de homicídio, 12 incêndios, 10 suicídios, 6 falecimentos, 9 afogamentos, 1 envenenamento e 1 rapto, remetendo à Justiça um total de 48 inquéritos.

A Delegacia Especializada de Trânsito procurou atuar melhor com sua árdua tarefa de fiscalizar o tráfego de veículos motorizados, disciplinando-o, corrigindo-o. Contou com a colaboração valiosa do Grupamento dos Cosme-Damião, realizando o movimento de 154 carteiras de motoristas profissionais, 141 de

motoristas amadores, 33 de motociclistas, 66 de cobradores, realizando 328 exames e expedindo 160 2.ªs vias de carteiras de motoristas.

A Inspetoria de Polícia Marítima oferece-nos os seguintes dados de registros : passageiros entrados em Manaus, em embarcações marítimas, 9.100 e em aeronaves do exterior 259; passageiros saídos desta Capital, em embarcações marítimas 7.900 e em aeronaves, 240. Realizou 183 registros de estrangeiros permanentes e de mudança de residência; concedeu 84 vistos de saída e passaportes, procedeu a 20 matrículas de carregadores do pôrto, 23 de carregadores do litoral e 40 de lavadeiras portuárias.

POLÍCIA MILITAR — Tem o seu Comando, hoje, entregue a um oficial do Exército. Aumentou o seu gráu de disciplina e treinamento, contribuindo para a segurança do Estado. O Govêrno está providenciando o seu reaparelhamento material, já tendo adquirido parte dêsse aparelhamento de acôrdo com as suas especificações técnicas e também já comprou fardamento novo e calçados para os membros da Corporação. Cumpre dizer que a PME colaborou disciplinadamente com a Administração, na desincumbência das missões que lhe foram confiadas pelo Chefe do Govêrno.

PROCURADORIA GERAL — Essa Chefia do Ministério Público do Estado vem se desincumbindo das tarefas que lhe são atribuídas junto ao Colendo Tribunal Pleno e junto ao Conselho Superior da Magistratura. Êsse órgão emitiu, de 26 de junho de 1 964 a 31 de dezembro do mesmo ano, pela sua Procuradoria Geral, 26 pareceres judiciários e 54 pareceres administrativos, e pela sua Sub-Procuradoria, 57 pareceres judiciários de sua estrita competência e 5 da competência da Procuradoria; 4 pareceres administrativos da sua competência e 11 no exercício da sua Procuradoria. Está elaborado o ante-projeto para a reorganização dos serviços do Ministério Público do Estado, inclusive pela reformulação e sistematização das normas legislativas que se incorporam no seu Código. Como acentua, a propósito, o Doutor Procurador Geral do Estado "a reforma constitucional em perspectiva responde ao estímulo da evolução de estrutura da instituição ministerial, observada nas Constituições dos Esta-

dos-Membros da Federação, notadamente nas de São Paulo e da Guanabara, de certo obedientes ao extraordinário trabalho e elaboração doutrinária dos Congressos Interamericanos do Ministério Público de São Paulo e de Havana, êste último anterior à revolução castrista". Há, ainda, a necessidade de ajustar-se o Ministério Público amazonense à exata conceituação da instituição, dentro dos limites constitucionais e, naturalmente, encaradas as possibilidades financeiras do Estado. Para tanto foi designada uma comissão, incumbida de elaborar o ante-projeto de Lei que se aconselha. Para atender a necessidade de imediato preenchimento de nove vagas existentes na Promotoria de 1.ª Entrância, foram realizados concursos de provas e títulos. Pelo Decreto n.º 102, de outubro do ano passado, o Govêrno criou, e confiou sua presidência ao Senhor Procurador Geral, um Grupo de Trabalho destinado à "Coordenar as medidas administrativas e judiciais ao cumprimento dos despachos do Governador do Estado nas Investigações Sumárias procedidas com base no artigo 7.º do Ato Institucional, de 9 de abril de 1 964".

PENITENCIÁRIA CENTRAL — O que se pôde realizar aí foi pouco, materialmente pouco, mas a nova direção dêsse presídio procurou melhorar, pelo menos, as condições de vida dos detentos, dando-lhes um tratamento mais humano. Temos planos, que serão executados, para recuperar a Penitenciária com o emprêgo correto de recursos federais já existentes que se somarão aos do próprio Estado. Neste particular, pensamos na criação de uma Penitenciária rural, capaz de proporcionar a recuperação dos seus reclusos, reintegrando-os na sociedade em que vivemos.

ARQUIVO PÚBLICO — Hoje já pode oferecer à consulta dos interessados os documentos que estão sob a sua guarda. Arrumou-se a casa e êsse serviço, tão cansativo e grande, ainda prossegue para a organização definitiva da vida documental do Estado. O Arquivo Público já é uma casa que se pode visitar e a que estamos assegurando os meios materiais para que se transforme, de depósito infame de papéis em órgão que preserve efetivamente, o quadro do Amazonas através da documentação oficial que deve receber e preservar.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Lembra muito bem o titular da Secretaria da Educação e Cultura, quando diz, no Relatório das atividades daquele órgão, que "as condições físicas do Amazonas dificultam uma planificação e a execução de um trabalho de certa ordem eficiente", também no setor educacional. Estado de uma superfície muito vasta, de cêrca de 3.573.718 km2, sem densidade demográfica suficiente, tem grande parte de suas populações rarefeitas na localização dos rios e paranás, tornando-lhes difícil uma assistência permanente como não pode deixar de ser aquela que se vincula à educação. Êsse quadro, portanto, de certo reflete com sérias consequências na solução dos problemas ligados àquela Secretaria de Estado. A obrigatòriedade do ensino primário, no Amazonas, ainda não pôde ser realizada verdadeiramente sob êsse caráter. Há, ainda, muitas vêzes uma série de fatores contrários à conjugação dos esforços do Govêrno no terreno educacional, como o meio, a família, a economia, as necessidades e as dificuldades econômicas. Um pensamento, apesar dos obstáculos encontrados, orienta o nosso Govêrno : a educação é direito de todos. E' verdade que devemos pensar nos grandes problemas humanos para compreendermos o papel da educação na hora atual. E' necessário educar para a vida, tendo essa educação no conceito democrático, pois neste estarão contidos também os conceitos de liberdade, de disciplina, de comunidade, de organização e de vida social. Filosòficamente a educação é um processo de libertação espiritual que se não confunde com licenciosidade, ao contrário corresponde à integração do homem na comunidade humana.

EDUCAÇÃO NO INTERIOR — A escassez de professores titulados, a grande extensão territorial do Estado, as dificuldades de transportes, aquelas populações rarefeitas a que já me referí e que formam núcleos de baixa densidade demográfica, são realidades que dificultam a distribuição e localização de uma

réde escolar no nosso interior. Buscando atenuar essa situação o Govêrno passou a contratar professores não titulados, moradores das próprias localidades onde se instalava uma escola, com o objetivo de alfabetizar crianças. Com o Decreto n.º 47, de 2 de março de 1 963, foram estabelecidas normas para a nomeação dêsses professores não titulados, a partir de então transferindo-se a competência dessa designação para os próprios municípios, através dos chamados "convênios educacionais".

Há, entretanto, pela amarga experiência adquirida e a que já aludi nesta Mensagem, quando mostrando o quadro real em que recebemos a SEC, que se encontrar medidas para evitar sejam repetidos os casos dos procuradores das professôras distritais e o desvio dos seus vencimentos.

CONCURSOS — Visando a aperfeiçoar o magistério através o recrutamento selecionado de professores e ao mesmo tempo em que para evitar protecionismos políticos, dar oportunidade a todos, indistintamente, estabeleceu o Govêrno o critério dos concursos públicos competitivos, para o preenchimento das vagas existentes ou que ocorrerem nos estabelecimentos de ensino do Estado. Essa é, por igual, a maneira de estimular o professorado ao seu próprio aproveitamento.

BIBLIOTECA PÚBLICA — Para proceder aos estudos necessários à recuperação não só do edifício onde funciona êsse órgão da Secretaria da Educação, bem como visando dar à Biblioteca condições de melhor funcionamento e consequentemente servir melhor ao público que a procura, o Govêrno designou um Grupo de Trabalho. Com a recuperação do andar superior do prédio, nêle será instalada a Pinacoteca do Estado. O acêrvo bibliográfico está presentemente constituido de 141.164 volumes mas, incluindo livros, folhetos, mapas, revistas e jornais. Em 1964 foram adquiridos pela Biblioteca 3.385 volumes, por compra e doação. O número de consultas do público no mesmo ano foi de 2.805. Funcionaram dois salões de leitura, o infantil diàriamente e o de adultos também diàriamente no horário compreendido das 10 às 22 horas.

DIVISÃO DE TEATRO E MUSEU — Procedeu-se a uma limpeza necessária e urgente no Teatro Amazonas, em cujas dependências funcionam atualmente órgãos de finalidades artísticas e culturais, tais como a Ordem dos Músicos, o Serviço Nacional de Teatro, o Teatro Escola de Amadores, o Coral "João Gomes Júnior" e o "Trio de Concêrtos". Numa de minhas viagens ao Rio de Janeiro recebí a doação, em cheque, de recursos federais de Cr$ 2.000.000, cuja importância, somada a outras, reverterá em benefício do processamento da restauração dessa admirável casa de arte.

O Museu Numismático está planejado mudar-se para o novo edifício do Banco do Estado, tão logo se proceda à sua inauguração.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E SAÚDE

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E SAúDE

No que diz respeito à Secretaria de Assistência e Saúde tenho a registrar que o Govêrno conseguiu resultados satisfatórios, no pouco espaço de tempo que ainda tivemos para recuperá-la como um dos mais importantes órgão da administração. Com efeito, escreveu o próprio titular da SAS que "nêle o denominador comum era a deficiência técnica, pessoal e material em todos os setores", panorama que agora já podemos mostrar sob outras tintas.

Visando à próxima Reforma Administrativa do Estado, procedemos a um estudo técnico para a reestruturação dessa Secretaria, sugerindo a criação de outros órgãos necessários à dinamização dos seus trabalhos, como sejam o Departamento Estadual de Saúde, o Serviço de Fiscalização do Exercício Profissional e a Divisão de Organização Hospitalar, que passarão a integrar o organograma da SAS. A repartição está sendo materialmente reaparelhada. Passou a ter o seu Orçamento sob a execução de um Contador e procedeu-se, pelo mérito e dentre os funcionários já existentes, ao recrutamento dos melhores para servirem nos postos de maior responsabilidade. Para êsse reaparelhamento material, indispensável ao melhor funcionamento da Secretaria, adquirimos dezenove máquinas de escrever, compramos novos microscópios, fotocolorímetro e autoclave, efetuando, ainda, reparos nas lanchas "Adolfo Lutz" e "Tomé Medeiros".

No desdobramento das atividades da Secretaria de Assistência e Saúde há que registrar o seguinte :

CONSELHO DE ASSISTÊNCIA E SAÚDE — Passou a ser integrado por equipe de técnicos vividos na experiência de sua profissão, o que permitiu adquirir uma nova orientação nas suas atividades. Realizou o CAS o plano para aplicação do Fundo de Assistência e Saúde, e elaborou o ante-projeto dando nova redação ao seu Regulamento Interno.

SERVIÇO DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS — Encarregado da coleta de material para exames micro-bacteriológicos, funcionava em dependência inadequada, expondo possível contágio das pessoas sadias com os doentes, especialmente as diftéricas, obrigadas, pela localização dêsse Serviço, à mesma passagem no prédio da Secretaria de Saúde. Procedeu-se ao isolamento aconselhável.

O movimento dêsse Serviço, no período de julho a dezembro de 1 964, foi o seguinte : notificações recebidas, 864; exames pedidos ao laboratório para verminoses, 705; exames pedidos ao laboratório para libertação, 243; casos investigados, 844; imunizações praticadas, 23.304; notificações confirmadas, 272 e injeções aplicadas, 437.

ISOLAMENTO "CHAPOT PREVOST" — Serve ao internamento de doentes com entidades mórbidas agudas transmissíveis. Continuou funcionando e, contando com dotações orçamentárias próprias para o exercício de 1 965, irá ter as modificações materiais que se fizerem necessárias ao seu melhor aparelhamento e funcionamento.

O movimento no segundo semestre de 1 964, apresentou o seguinte quadro : internamentos, 49 e altas, 45.

SERVIÇO DE POLÍCIA SANITÁRIA — Recebido numa escala cada vez maior de deficiências pessoal, material e técnica, desde 1946, passou a atuar com maior intensidade. Os seus guardas receberam fardamentos novos para o cumprimento do seu trabalho, perdendo a condição de desservidos da atenção do poder público. Tiveram fixado o horário para o desempenho de suas tarefas. No segundo semestre de 1964, o movimento de fiscalização dessa polícia sanitária apresentou o número de 190.566 visitas e foram efetuadas, nesse mesmo período, 20.877 condenações de gêneros alimentícios, imprestáveis, que estavam sendo vendidos à população.

LABORATÓRIO BROMATOLÓGICO — De grande necessidade para o trabalho de saúde pública, tem a sua finalidade primordial ligada à complementação da tarefa fiscal da Polícia Sanitária. Realiza os exames das substâncias comestíveis dete-

radas, análise de substâncias químicas adulteradas, dos produtos comestíveis fabricados no Amazonas e das bebidas em geral. Está proposto plano para aquisição de aparelhamento necessário ao seu melhor e mais amplo funcionamento, bem como o preparo de equipe de funcionários para manipular os instrumentos dessas análises.

SERVIÇO DE TUBERCULOSE — Era realizado por uma dúzia de funcionários e dois médicos, um encarregado da parte clínica e outro da radiológica. A Liga Amazonense Contra a Tuberculose, tinha sob a sua orientação o Dispensário "Cardoso Fontes", o qual exercia o mesmo trabalho do atendimento ao doente tuberculoso, êste, conquanto tivesse condições técnicas mais eficientes sentia a falta constante de medicamentos e outros materiais indispensáveis à sua manutenção, principalmente pela falta de pagamento de dotações orçamentárias da União e da SPVEA. Houve necessidade de dar um fim à duplicidade do serviço que ambos executavam. Pela Lei n.º 179, criamos o Serviço Estadual de Tuberculose, unificando a ação daqueles dois órgãos, assumindo o Estado, por doação, a propriedade de todo o patrimônio da RACT. Os funcionários do antigo Dispensário não foram esquecidos pelo Govêrno, sendo amparados pelo Estado, de acôrdo com o seu tempo de serviço e os cargos que ocupavam. Tudo mais além, como no procedimento de justiça, pagaram-se os vencimentos atrasados daqueles servidores. Diz, no seu relatório, o titular da Secretaria de Saúde : "Acreditamos ter sido esta a maior contribuição do atual Govêrno em benefício da coletividade. Hoje existe um serviço de tuberculose capaz, suficientemente capaz, de realizar um trabalho proveitoso em benefício do povo amazonense". Êsse Serviço vai proceder, como programação inicial, à execução do cadastro toráxico da população de Manaus.

Entre julho e dezembro do ano pretérito o Serviço de Tuberculose apresentou o seguinte movimento : Doentes inspecionados, 56; Radiografias realizadas, 20 e abreugrafias, 20, num total de comparecimentos de 2.782. Foi utilizado um total de 4.560 unidades de medicamentos.

SERVIÇO ODONTOLÓGICO — Estava ameaçado de fechamento em consequência do problema, que todos conhecem,

da impossibilidade de registro dos diplomas da grande maioria dos odontólogos do Amazonas, ou de sua quase totalidade, para o exercício de sua profissão, especialmente quando esta estivesse vinculada ao serviço público. Pessoalmente tratei junto ao Senhor Ministro da Educação, conseguindo autorização legal para aquêles registros, o que veio atender não apenas aos interêsses do Estado, que estava na iminência de ficar sem dentistas, mas, também, a uma velha aspiração dos nossos odontólogos.

O Serviço de Odontologia da SAS estende o seu campo de ação por tôda a cidade, dando assistência, ainda, à Penitenciária Central do Estado, ao Hospital Colônia "Eduardo Ribeiro" e à Fundação Amazônia. Quanto ao Interior, leva, igualmente, a sua ação assistencial, através das caravanas médico-odontológicas. Ainda no fim do ano passado, prestou a sua cooperação às Fôrças Armadas, integrando-se, nas viagens de Corvetas da Marinha de Guerra do Brasil que visitaram o interior num trabalho de colaboração do Govêrno do Estado.

No período de julho a dezembro do ano passado, o Serviço Odontológico ofereceu-nos os seguintes dados : comparecimentos para primeiros exames, 1.983 e comparecimentos subsequentes, 3.101, num total de 5.074. Extrações, 8.197 e curativos diversos, 519.

SERVIÇO DE ENDEMIAS RURAIS — Deu a sua expressiva contribuição como elemento capaz de atrair casos que representam fontes de estudos preciosos de saúde pública.

O movimento estatístico dêsse Serviço, no segundo semestre de 1 964, apresentou os seguintes resultados : comparecimentos pela primeira vez, 6.875 e comparecimentos subsequentes, 14.527, num total de 21.402. Exames solicitados aos laboratórios, 1.416; sangue, 995 e encaminhamentos a outros Serviços, 74.

OFTALMOLOGIA E OTO-RINO-LARINGOLOGIA — O serviço dessa especialização, fechado há 6 anos, reiniciou as suas atividades com o advento do atual Govêrno. Embora funcionando em condições naturalmente que ainda não atendem à sua realidade total, tem prestado colaboração na determinação

diagnóstica, especialmente como auxiliar da Junta Médica Estadual de Inspeção de Saúde.

OUTROS SERVIÇOS — Ainda como órgãos da Secretaria de Saúde existem os seguintes Serviços :

a) — Serviço de Ginecologia, criado sem nenhuma finalidade de saúde pública. Pôsto que o seu trabalho é essencialmente de assistência médico-social, aparelha-se a Secretaria de Saúde para reabrir o Serviço de Doenças Venéreas, fechado há 6 anos;

b) — Serviço de Caderneta Sanitária, destina-se especialmente a realizar o trabalho de exames de empregados em restaurantes, bares e hotéis, vem cumprindo as suas abrigações e, reorganizado, como está sendo, vai tornar-se mais eficiente;

c) — Vem funcionando, ainda, com regularidade, o Pôsto Lactométrico, o Setor Técnico com as suas sub-divisões de Bio-Estatística e Epidemiologia, a Engenharia Sanitária, a Secção de Fiscalização da Medicina e Educação Sanitária, dedicando-se o titular da Secretaria de Saúde, a reaparelhá-los, técnica e materialmente.

MATERNIDADE "BALBINA MESTRINHO" — Estão sendo corrigidas as suas deficiências de ordem técnica, pessoal e material. Foi reformulada a sua orientação administrativa. Para melhor atender às partes interessadas deseja o Govêrno, através da Direção da Maternidade, criar o atendimento domiciliar (parto à domicílio), reformular os convênios com as entidades autárquicas e dar condições de fazer funcionar uma seção de pensionistas, com o objetivo de auxiliar a manutenção dêste hospital especializado.

No segundo semestre de 1 964, o movimento da Maternidade "Balbina Mestrinho" ofereceu os seguintes registros : admissões, 2.669; partos normais, 2.113. O berçário do hospital deu os seguintes dados : nascimentos, 2.264. O movimento cirúrgico apresentou um total de 777 intervenções.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DA CRIANÇA — Mudaram as condições de funcionamento do DEC. A sua farmácia foi atendida em fornecimentos dos remédios necessários. O

arquivo, que não existia, foi organizado e hoje funciona. O Almoxarifado, que a 27 de junho de 1 964, guardava apenas 70 frascos de penicilina e pequena quantidade de material de expediente, também está reorganizado, possuindo hoje registro catalogado de entrada e saída de medicamentos, os quais passaram a ser comprados com regularidade. O Lactário, que se encontrava fechado por inexistência de meios de funcionamento, está em atividade sob a direção de dietista e nutricionista. O Ambulatório, no qual os médicos não podiam trabalhar à falta de material medicamentoso, existe na realidade atuante, funcionando com 10 médicos diàriamente, com revezamento, a partir das 7 horas da manhã às 11 horas. Finalmente, funcionam, hoje, bem entrosados, o Setor Financeiro e a Divisão Administrativa, enquanto os Serviços de Reidratação, de Registro Civil, a Divisão de Proteção Social e o Serviço Social de Casos, também vêm operando regularmente.

Comparativamente, oferecemos os seguintes dados, quanto ao movimento dos diversos Serviços do Departamento Estadual da Criança, como resultados do trabalho que o Govêrno ali impôs :

a) — higiene infantil — no primeiro semestre de 1964 — 4.450, no segundo semestre — 10.592.

b) — higiene pré-escolar — no primeiro semestre, — no segundo, 9.495;

c) — serviço de higiene escolar — no primeiro semestre — no segundo, 6.616;

d) — serviço de odontopediatria — no primeiro semestre, 907, no segundo, 2.900;

e) — serviço de enfermagem — no primeiro semestre, 1.042, no segundo semestre, 3.634;

f) — serviço social — no primeiro semestre, 681, no segundo semestre, 1.132;

g) — serviço de reidratação — no primeiro semestre, 471, no segundo semestre, 769;

h) — orientação alimentar — no primeiro semestre, — no segundo semestre, 827; e

i) — serviço de pré-natal — no primeiro semestre, 2.858 e no segundo semestre, 3.983.

A Divisão de Proteção Social do mesmo Departamento, no primeiro semestre de 1 964, atendeu 489 casos, para 1.068, atendidos no segundo semestre.

VACINAÇÃO SABIN — Ainda no setor de saúde pública, objetivando a preservar a saúde das crianças de Manaus contra o mal da poliomielite, o Govêrno organizou e realizou a Vacinação Sabin, que atendeu às crianças na idade de 4 meses a 6 anos. Trinta e cinco mil doses dêsse remédio contra a paralizia infantil foram aplicadas, devendo ocorrer o prosseguimento da Campanha.

PRONTO SOCORRO — Em consequência dêsse serviço de utilidade pública gratúito, conforme já acentuei nesta Mensagem, ter sido encontrado fechado por êste Govêrno, estamos adquirindo equipamento e fazendo as obras necessárias num antigo prédio estadual, no Bairro de Educandos, para reinstalar o Hospital do Pronto Socorro, com capacidade para 50 leitos, 10 dos quais destinados ao atendimento de urgência operatória.

INTERNAMENTOS DO DAPS — Numa colaboração com o Departamento de Assistência e Previdência Social, a Secretaria de Saúde, pela Verba de Socorros Públicos, passou a ter sob a sua responsabilidade, a partir de setembro do ano passado, os internamentos hospitalares. Em quatro meses atendeu, com êsses internamentos, 328 doentes, na média mensal, portanto de 82.

ASSISTÊNCIA MÉDICA — Êsse Serviço, que atende diretamente às populações pobres, intensificou, no nosso Govêrno, as suas atividades, conforme são testemunhos os números comparativos que dou a seguir :

a) — **na Capital** — as consultas, que no primeiro semestre de 1 964, foram de 6.167, subiram, no segundo semestre, para 20.527; injeções aplicadas, de 12.955 ascenderam a 20.722; curativos antes realizados em números de 3.656 foram para 3.977 e, finalmente, o total de comparecimento aos Postos Médicos de Manaus, que no primeiro semestre daquele ano foi de 25.504, no segundo semestre atingiu o número 42.518. As ambulâncias medicamentosas, fornecidas a êsses Postos e Diversos, somaram no primeiro semestre de 1 964, ...

Cr$ 14.510.457, enquanto no segundo semestre corresponderam ao valor de Cr$ 28.320.952, isto atendendo, entre aquêles Diversos, o Departamento Estadual da Criança, a Maternidade "Balbina Mestrinho", Serviço de Profilaxia da Lepra, Serviço de Assistência à Psicopatas, etc.

b) — **no Interior** — posso alinhar, quanto a efetivação da assistência médica e medicamentosa às populações do interior do Estado os seguintes fatos e números :

— criamos sub-postos de saúde nas seguintes localidades: Matupiri, no Município de Barreirinha; Mirari, em Humaitá; "Ramalho Junior", Santana, "Capitão João Negreiros", Centenário, Vera Cruz, Maués Miri, Vila de Santo Antônio, Vila Marezia e "Jovelino Freire", em Maués; Anamã, Cuinha e Mato Grosso, em Anori; São Luiz do Mamoriá, em Lábrea; Vista Alegre, Redenção, Rosarinho, Iguapenuzinho, nos Autazes; "Adriano Jorge", Ilha da Paciência e Janauacá, no Careiro; Aramaçá, em Benjamim Constant e no Janauari, em Manaus.

— foram feitas de julho a dezembro, 6.850 imunizações, sendo 500 anti-tíficas, 2.380 anti-variólicas, 1.200 anti-diftéricas e 2.770 tri-imunizações (coqueluche, difteria e tétano), para um total de 1.500, feitas, de janeiro a junho do mesmo ano;

— os atendimentos, nos sub-postos de Saúde e nas Caravanas Médico-medicamentosas, resultaram, a partir de julho do ano passado, os seguintes dados : número de consultas 61.544, contra 41.750 no primeiro semestre e iguais números para medicações, com um total de comparecimentos de 114.380, contra 94.424 nos primeiros seis meses do ano.

— o Serviço Dentário Itinerante atendeu, de junho a dezembro daquele mesmo ano, 4.611 pessoas, enquanto no primeiro semestre, atendeu apenas 80, realizando naquele, 7.725 extrações e neste, sòmente 117.

SERVIÇO DE PROFILAXIA DA LEPRA — Na parte expositiva de como encontramos o Estado a 27 de junho de 1964, já recordei, mais uma vez, a situação dramática em que recebemos os Leprosários "Belisário Pena" e "Antônio Aleixo" e o Dispensário "Alfredo da Mata", a cargo daquele SPL, que é responsável

pela assistência aos hansenianos de todo o Estado. Para atender, de imediato, à fome dos pobres enfêrmos internados naquelas Colônias e a fim de dar-lhes assistência mais humana, no período de junho a dezembro do exercício findo, o Govêrno obteria da Assembléia Legislativa créditos especiais no total de . . . . . Cr$ 100.000.000, considerando que tôdas as verbas de manutenção dos leprocômios estavam estouradas. A propósito, diz o Senhor Secretário de Saúde no seu Relatório : "uma coisa nos faz saltar aos olhos : enquanto no primeiro semestre foram dispendidos Cr$ 239.000.000 com a manutenção dos Leprosários, no segundo semestre, cuja responsabilidade coube ao atual Govêrno, êstes dispêndios foram da ordem de Cr$ 131.000.000, o que podemos dizer, menos de 50% do que foi gasto no primeiro semestre se levássemos em consideração a carreira inflacionária dos nossos dias". A situação dos leprosários no Estado é verdadeiramente dramática. Não é situação criada agora, mas muito antiga. Herdamo-la. Está exigindo ação drástica. O grupo de trabalho que a estudou, sugeriu uma série de providências, que já aprovei e cujo cumprimento determinei à Secretaria. E' preciso atentar para o fato grave que é o crescimento numeroso dos atacados do mal de Hansen, o que é profundamente perigoso ao futuro sanitário do Estado. Os algarismos que o expressaram são alarmantes. E' de todo necessário, além da campanha de esclarecimento, a promoção de uma política imediata, com técnicas modernas e dedicação integral dos que a venham realizar.

SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

A posição dos problemas da Agricultura, Indústria e Comércio não diferem das da Viação e Obras Públicas, quanto ao enfoque e equacionamento pela instituição responsável pela sua solução. Sem alimentar o propósito de levar a palma às demais Secretarias de Estado, no que respeita à desorganização e ineficiência, a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, ao iniciar-se o meu Govêrno, se encontrava em condições da mais extrema precariedade, tanto no que concernia ao seu quadro de funcionários como no tocante às suas instalações e equipamentos.

No organograma, segundo o qual, por fôrça da lei n.º 108, de 24 de dezembro de 1 956, deveria desdobrar-se e operar a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, figuram seis divisões, dois departamentos, nove grupamentos de serviços, a Junta Comercial do Estado e ainda meia dúzia de setores distintos e supostamente especializados, além da respectiva cúpula, onde se colocam seu titular e funcionários do gabinete.

Pelo expôsto, a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio sòmente existia no papel, antes de iniciarmos nossa administração. Entretanto, a política agrária, que temos em esbôço para pôr em prática, levou-nos a orientar o Secretário de Agricultura, a fim de reexaminar a situação de concessão de terras do Estado, principalmente ao longo das novas estradas em aberturas. A respeito, temos as próprias palavras do Dr. Cosme Ferreira Filho : "o volume de processos relacionados com a alienação de terras e a gravidade dos problemas existentes nêsse setor, acumulados por sucessivos anos em que o Poder Público teria deixado de atendê-los ou lhes teria imposto soluções inadequadas, traduzindo formas de favoritismo ou de pressão política, induziram o titular dessa Secretaria a solicitar à organização de um Grupo de Trabalho, destinado a fazer a revisão de todos os processos de terras litigiosos ou eivados de qualquer outro vício".

A despeito das condições extremamente desfavoráveis que teve êste Govêrno de enfrentar, através de sua Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, conforme claramente demonstrado, muitos passos foram ensaiados no sentido da recuperação dêsse órgão e da execução de tarefas prementes e inadiáveis, dêle dependentes.

O desaparelhamento da Secretaria era, e ainda é, agudo, sobretudo no que respeita a técnicos, tais como agrônomos, agrimensores, veterinários, agro-técnicos, mesmo quando apenas requeridos para seus serviços de rotina, presentemente falhos e inoperantes. Assim, para o desenvolvimento dos programas de trabalho que a Secretaria tem em vista e que abrangem a sustentação da juticultura, experiências de agricultura florestal, a implantação da pecuária de grande e pequeno porte, desenvolvimento da produção animal, indiscriminadamente, a expansão da cultura do guaraná, a fruticultura e a produção de gêneros alimentícios, a piscicultura e a recuperação das colônias agrícolas de sua jurisdição, sem mencionar outras tarefas inadiáveis, tornou-se necessária a convocação, em têrmos de credenciamento, de técnicos e pessoas altamente experimentadas, às quais estão sendo atribuídas a elaboração e supervisão de projetos específicos nesses diferentes setores.

JUTA — Pela primeira vez, nos últimos anos, a distribuição de sementes de juta para formação da próxima safra, foi conduzida cuidadosamente, no que respeita à quantidade, ao seu calendário agrícola e à superior qualidade dêsse material, sempre com o poder germinativo acima de 90%, condições indispensáveis à obtenção de rendimento satisfatório.

Através de convênio com a Delegacia Federal de Agricultura, supervisionada pelo Dr. Lívio Portela, e graças à associação dos esforços de seus técnicos e daqueles de que dispunha o órgão estadual, foram distribuídas 67 toneladas de sementes de juta.

Fugindo aos inconvenientes de uma ação estritamente paternalística, as sementes de juta, ao invés de serem distribuídas gratuitamente, foram vendidas, diretamente aos agricultores, ou por intermédio de firmas que os financiam, ao preço simbólico

de Cr$ 100, por quilograma. Cumpre notar que esta distribuição foi conduzida, tendo em vista a geografia da produção jutícola, sendo levada, graças à colaboração da SUPRA e daquela Delegacia, às próprias áreas onde se pratica o cultivo dessa tiliácea.

Como resultado da precisão e da segurança com que essa tarefa foi realizada, não será demasia afirmar-se que a produção de fibra na próxima safra, a iniciar-se por volta de fevereiro, será das mais opulentas, contribuindo, poderosamente, para melhorar, direta e indiretamente, a arrecadação do Estado.

GUARANÁ — Setor de considerável importância na economia do Estado, a produção do guaraná foi objeto de particular atenção do Poder Público.

A política econômica do Govêrno com relação a êsse produto foi inteiramente reformulada, nos têrmos das leis aprovadas pela Assembléia Legislativa e promulgadas pelo Executivo Amazonense. Seus problemas de assistência técnico-agrícola, de mobilização das safras e de comercialização final estão sendo atendidos pelo Govêrno, inclusive através de financiamento adequado e oportuno pelo Banco do Estado.

Um projeto específico, visando a resolver os problemas de genética, do suprimento de mudas e sementes selecionadas, de assistência técnica às antigas e às novas culturas dessa planta, de assistência financeira, de comercialização, da divulgação de suas virtudes nutritivas e terapêuticas, em plano nacional, foi elaborado por um grupo de especialistas, e será executado, em todos os seus detalhes.

Graças à cobertura que o Poder Público está prestando à cultura do guaraná, não teremos dúvidas de que sua produção, dentro de poucos anos, será fator de grande preponderância na formação da renda do Estado.

PECUÁRIA — O desenvolvimento da pecuária de grande e de pequeno porte, para atender às demandas do consumo desta capital e das principais cidades do interior, constitui ponto alto nos programas governamentais. Um projeto específico está em elaboração, visando a desenvolver êsse setor agropecuário, sobretudo no que concerne à criação de bovinos, de maneira a

permitir absoluta regularidade no abastecimento de carne à capital amazonense.

Estão sendo examinadas para mobilização e revitalização, as áreas mais próximas da capital, tradicionalmente marcadas por uma definida vocação pecuarista. Dentre essas áreas incluem-se a região dos Autazes e o Baixo Amazonas, onde aparece, com destaque, o município de Itacoatiara, em virtude de sua próxima ligação rodoviária com a capital amazonense.

Também a pecuária leiteira está merecendo e vai polarizar as atenções do Govêrno, que está promovendo a importação de reprodutores e matrizes, de sorte a possibilitar sua implantação nos arredores de Manaus.

PISCICULTURA — Está desafiando a ação do Executivo Amazonense e será devidamente considerado, por intermédio da Secretaria de Agricultura, o desenvolvimento da piscicultura, de sorte a permitir abundância de pescado, durante o período em que a cheia dos rios provoca sua escassez.

Mercê dessa providência será possível assegurar razoável suprimento de proteínas animais às populações que estão sendo levadas a ocupar as terras enxutas e distantes das margens dos rios, e que se localizam ao longo de nossas estradas de rodagem. A morfologia das terras que integram o município de Manaus, sobremaneira acidentada, presta-se, admiràvelmente, à formação de reprêsas ou açudes de grande extensão, capazes de servir a numerosos proprietários rurais, o que lhes emprestam o caráter de obra de utilidade coletiva, justificadora de sua construção pelo Estado. E', por conseguinte, pensamento do Govêrno instrumentar a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio com equipamentos que lhe permitam realizar êstes serviços e outros, quando solicitados e custeados pela iniciativa privada.

GÊNEROS ALIMENTÍCIOS — A enorme diversificação das tarefas e objetivos do Govêrno, dependente de sua Secretaria de Agricultura, não lhe tem permitido dar-lhe atendimento com a rapidez que seria desejável. A agricultura de pequeno cíclo, visando à produção de gêneros alimentícios, onde se incluem hortaliças, cereais, tubérculos e a arboricultura frutícola, estão na cogitação do Govêrno, através da mobilização e da assistência

técnica, sanitária e financeira às zonas tradicionalmente produtoras, dentre as quais se destacam Janauacá, Manaquiri, Careiro-Cambixe, Terra Nova, Xiborena, as colônias agrícolas mantidas pelos Governos federal e estadual e outras áreas ribeirinhas ou de terra firme, passíveis de utilização com essa finalidade.

Nesse capítulo, já um primeiro e vigoroso impulso foi dado à cultura do arroz, que tanto pode ser praticada em nossas várzeas inundáveis, como nos solos de terras firmes, graças à regularidade e aos altos índices das precipitações pluviométricas que ocorrem em todo o território do Estado. Aos agricultores, notadamente do Município de Manaus, foram fornecidos pela Secretaria de Agricultura 5.585 quilos de sementes de arroz selecionadas, ao preço simbólico de cem cruzeiros por quilograma.

Faz-se, entretanto, necessário, quiçá indispensável que a iniciativa privada traga sua colaboração ao Govêrno, instalando usinas, mesmo de pequeno e médio porte, para o beneficiamento de nossa produção rizícola, que já será bem apreciável na safra que se aproxima.

E' um apêlo que o Executivo Amazonense dirige à classe empresarial do Estado, a fim de evitar o que já aconteceu no ano recém-findo, quando, em Manaus e Itacoatiara, o arroz colhido enfrentou dificuldades de comercialização por falta de organizações que o beneficiassem.

NUCLEAMENTOS AGRÍCOLAS — Empenha-se, igualmente, a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, em contribuir para execução das medidas que buscam eliminar a chamada Cidade Flutuante e retirar do leito dos igarapés as incontáveis residências que alí se encontram, enfeiando a cidade, criando problemas de higiene e submetendo seus próprios ocupantes a condições de vida extremamente desagradáveis. Essa contribuição se definirá na preparação da infra-estrutura de um ou dois nucleamentos agrícolas, para onde serão transferidos os habitantes daqueles lugares, que alimentarem ou possuirem vocação agrícola.

Os locais escolhidos para essa operação, que terá características inteiramente novas, serão as terras devolutas contíguas aos campos experimentais mantidos pela Secretaria nos Kms.

14 e 27/30 da estrada AM-1. A seleção dêstes lugares encontra sua explicação no fato de poderem os dois referidos campos funcionar como ponto de apôio daquela tarefa preparatória. Um crédito especial de Cr$ 100.000.000 (cem milhões de cruzeiros) já foi concedido, por essa Assembléia, para aplicação na implantação daquela infra-estrutura.

CONVÊNIOS E ACÔRDOS — Também os convênios e acôrdos ordinàriamente firmados com organismos federais, subordinados ao Ministério da Agricultura, foram reexaminados e revigorados, passando sua execução a ser supervisionada por uma das assessorias técnicas da Secretaria, para êsse fim especialmente designada.

CAMPOS EXPERIMENTAIS — Está sendo objeto dos cuidados da Secretaria, que os vem reaparelhando a fim de que possam desempenhar seu papel de órgão de experimentação e de instrumentos de promoção das atividades agrícolas, sobretudo por meio da distribuição do material botânico selecionado. Um dêsses campos, o que se encontra instalado no km 14-AM-1 é dedicado, especialmente, ao fornecimento de tocos de seringueiras enxertados, aos interessados na prática da heveicultura.

VEÍCULOS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS MOTO-MECANIZADOS — A falta, quase total, de veículos para transporte pessoal, serviços das colônias agrícolas e outros misteres, bem como a quase inexistência e o estado de ruína, dos tratores e mais equipamentos de que dispunha a SAIC, têm contribuído para o retardamento de sua ação em benefício da agricultura e dos agricultores, que não podem prescindir dessa colaboração.

Compreendendo a gravidade da situação criada por êsse desaparelhamento, vem a Secretaria, com a anuência e apôio do meu Govêrno, procurando recompôr seu parque de veículos e máquinas agrícolas, através da recuperação do material existente como por meio da compra de novas unidades com utilização de dotações orçamentárias específicas.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Embora incluídas na própria denominação da Secretaria cujas atividades óra analiso, o conteúdo dêsse binômio, que define e envolve os próprios alicerces da economia do Estado, tanto público como privado, jamais

mereceu qualquer atenção por parte da administração dêsse órgão do Poder Público.

As tarefas que lhes cabiam, no complexo das atividades e atribuições da Secretaria, nunca foram ordenadas ou disciplinadas. Essa lamentável falha implicava o desconhecimento, por parte do Govêrno e do público, dos aspectos essenciais de nossa economia de produção e circulação de produtos e bens de consumo, tais como a natureza e o dimensionamento de determinadas indústrias e áreas de comercialização. Aspectos que deveriam instruir e alertar o Govêrno e a iniciativa privada, sobretudo no sentido da implantação de unidades fabrís para produzir no Amazonas, pelo menos, uma parcela daquilo que importávamos do sul e do exterior, com o desvio de recursos que poderiam ser capitalizados no Estado.

Procurando corrigir essa deficiência, a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio já esquematizou as tarefas que competirão aos referidos departamentos definidos nas alíneas seguintes :

INDÚSTRIA — 1 — Cadastro
2 — Estatística de produção e consumo
3 — Estudos de custos e formação de prêços
4 — Critérios tributários
5 — Análise dos mercados internos e externos
6 — Projetos e plantas industriais
7 — Zoneamento
8 — Energia e meios de transporte
9 — Mercado de trabalho
10 — Mão-de-obra especializada (oferta e demanda).

COMÉRCIO — 1 — Cadastro analítico
2 — Estatística de importação e exportação
3 — Estudo de custos e formação de preços
4 — Análise do mercado local e estadual
5 — Armazenamento, frigorificação e silos
6 — Problemas de transportes e portuários
7 — Política tributária.

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

A situação de viação e obras públicas, no Estado do Amazonas, apresenta um quadro desolador, onde se constata o despreparo da Administração Pública para cumprir suas finalidades, num dos setores de maior expressão, não só para conceituar o Govêrno, mas, também para incrementar os ciclos de negócios da comunidade.

Apesar dessa função de suma importância, a Secretaria de Viação e Obras Públicas não dispõe dos elementos estruturais para fazer face a um programa de obras, que a coletividade urge e que o Govêrno está disposto a levar a têrmo. A ausência da mão-de-obra especializada de alto e médio níveis tem impedido, que a Secretaria deixe entrever ao povo, a vontade do Govêrno de empreender um programa de trabalho, que venha sanar várias lacunas nos próprios do Estado, bem como, abrir possibilidades para a locação da mão-de-obra sem qualificação, que no momento começa a flutuar no mercado local, sem perspectivas de pronta ocupação.

Diante da realidade inelutável dêsse setor do Estado procura o Govêrno incentivar a vinda de técnicos recém-formados, bem como, de especialistas de gabarito, que possam trazer sua cooperação à atual administração, na tarefa de reconduzir a atividade estatal a um nível de qualificação e respeitabilidade, a que anseiamos.

Todavia, apesar do estrangulamento da Secretaria de Viação e Obras Públicas, que vem obstaculizando o seu desempenho a contento do Govêrno, muitas providências foram tomadas, no sentido de serem equacionados os mais prementes problemas do setor. Esclerecedor a respeito é o relatório do Secretário de Estado de Viação e Obras Públicas, que adiante transcrevemos:

"Encontramos a Secretaria funcionando apenas nos serviços rotineiros de reparos e manutenção dos próprios estaduais. Encontramos um Almoxarifado sem organização, com os materiais de construção e equipamento pertencentes a Secretaria, espalhados em diversos depósitos existentes em diferentes pontos da cidade, e ainda, sem um necessário fichário de contrôle. Tôdas as obras estavam paralizadas e não havia qualquer plano para dar andamento às mesmas.

Procedemos de imediato o levantamento de dados para publicação de 7 Editais de Concorrência Pública, dos quais 5 já foram julgados e se encontram em fase de lavratura do competente contrato, bem como do registro no Tribunal de Contas, para finalmente serem entregues às firmas licitantes, para execução das obras previstas.

Demos prosseguimento às obras "já iniciadas", recuperação de uma Estação de Tratamento d'agua montada pelo SESP há vários anos, e que, até então, não havia operado.

Providenciamos nessa ocasião um plano para recuperação de todos os Grupos Escolares de Manaus pertencentes ao Estado, e ainda 3 outros em Itacoatiara, obras essas que estão presentemente em fase de conclusão.

Determinado ainda por Vossa Excelência, em novembro e dezembro findos, firmamos convênio com o DER-Am para os serviços de limpeza da cidade de Manaus. Convocamos 220 homens e vários caminhões sob o contrôle da SVOP com os quais processamos a limpeza de tôdas as ruas da Capital tanto no centro da cidade como em diversos bairros.

Preocupa-nos o fato de organizar um Almoxarifado Central para a Secretaria, esquema êste já em andamento, utilizando-se uma edificação em fase de conclusão no bairro de Petrópolis, para armazenar e catalogar os materiais e equipamentos existentes. Estamos elaborando em paralelo um plano no sentido de ser edificado um galpão em um terreno pertencente ao Estado no bairro de Petrópolis para esta finalidade".

Aduz, ainda, o Secretário de Viação e Obras Públicas, entre outras coisas, que já está concluindo as obras no 2.º

pavimento do Edifício Tartaruga, onde deverá ser instalada a sede da Secretaria, a fim de que possa cumprir melhor suas finalidades e equipar-se tècnicamente, no mister de elaborar um trabalho moldado nos princípios mais exigentes da engenharia civil.

Merece destaque, no Relatório em aprêço, a passagem em que salienta "que o Departamento de Obras está totalmente incompleto, não havendo nenhum corpo técnico funcionando, sendo que o próprio Secretário deve atuar além de suas funções específicas, como Engenheiro, Técnico, Fiscal, e muitas vêzes como projetista".

Ajunta mais — "Mesmo com tôdas as dificuldades existentes, resumimos nossas atividades nos 2 meses e meio que estivemos à testa da SVOP em 1 964, com os seguintes ítens :

I — Abertura e lançamento de 7 Concorrências Públicas para recuperação dos próprios do Estado;
II — Limpeza de tôdas as ruas de Manaus (centro e bairros);
III — Partida no sentido de organizar o Almoxarifado da SVOP;
IV — Estudos e início dos serviços de recuperação de todos os Grupos Escolares de Manaus, e 3 outros em Itacoatiara;
V — Prosseguimento dos serviços de adaptação para o funcionamento de uma estação de tratamento d'água montada pelo SESP há vários anos;
VI — Levantamento dos dados preliminares para a execução do projeto do Palácio "Ruy Barbosa", sede do Poder Legislativo".

GABINETE DO GOVERNADOR

Além das suas funções representativas e de coordenar, como é óbvio, as atividades de tôdas as Secretarias de Estado, incumbem ainda, ao exercício da Chefia do Poder Executivo, outras funções além daquelas administrativamente rotineiras. Govêrno que se dispõe, como tenho acentuado, a imprimir novos rumos à política das realizações estaduais, visando, inclusive, a projetar o Estado em outros planos do país, foi levado a criação de diversos Grupos de Trabalho com finalidades específicas, para fugir às improvisações que jamais adotaremos. Além disso, até que se processe a Reforma Administrativa, existem, subordinados à Chefia do Poder Executivo, outros órgãos que deveriam figurar nos organogramas das Secretarias de Estado cujas tarefas correspondem às atividades dêsses Departamentos e Serviços.

No que se refere ao exercício particularizado do cargo de Governador e a êsses órgãos e serviços diretamente subordinados ao Chefe do Govêrno, temos a tecer as seguintes considerações :

EXTINÇÃO DOS MUNICÍPIOS — Lembram-se os Senhores Deputados — repito — da existência dos chamados "municípios-fantasmas", cuja criação, em Governos anteriores, deveu-se ao atendimento exclusivo de interêsses políticos malsãos. Lembram-se também, como de resto todo o povo amazonense, de como êsses municípios criados desordenadamente chegaram a ultrapassar as fronteiras do Estado pela repercussão do seu escândalo. Em Mensagem que a 10 de julho de 1 964, poucos dias depois de assumirmos o Govêrno, enviamos à Assembléia Legislativa, pedimos a extinção dos 219 municípios daquela forma criados, onde ainda não tivessem sido realizadas eleições, ou melhor, que ainda se constituissem em instrumentos de corrupção e daqueles interêsses a serviço da exploração política. O Poder Legislativo deu-nos, em consequência, a Lei n.º 65,

que varreu do Estado as mencionadas unidades fantasmas. Não nos escusamos de enfrentar o argumento que a muitos seduziu, para a criação indiscriminada de municípios. De fato, o sistema de divisão de rendas criado pela Constituição Federal, na ausência de uma disciplina da vida municipal na própria Lei Magna do país, deu origem àquela proliferação de unidades territoriais de que o Amazonas era o exemplo único. Houvesse a intenção de fazer dessas criações um meio de servir às populações do interior e, seguramente, ter-se-ia providenciado as instalações dêsses municípios em breve prazo, e por isso queremos dizer a eleição de suas próprias autoridades. Os fatos falavam diferente. Não foram marcadas as eleições em prazos mínimos e ainda registraram-se solicitações à Justiça Eleitoral, para que esta adiasse aquelas cujas datas já fixara. Não era de espantar, pois, que existissem municípios, não há dias ou há meses sem autoridades eleitas, mas na verdade há muitos anos. O aproveitamento que era dado aos recursos recebidos para êsses municípios, para dizer-se o menos, foi alheatório e episódico. Na verdade, o nosso povo pouco se vinha beneficiando com êsse acréscimo de receita para os seus governos locais. Atendo-nos, ademais, à realidade de caráter geo-econômico, procedemos pela extinção dos referidos municípios.

ESTÔRNO DE VERBAS — Em data de 5 de agôsto do ano passado encaminhamos à Assembléia Legislativa, Mensagem solicitando a revogação da Lei n.º 11, de 13 de abril de 1 959, tendo êsse Poder atendido a essa proposição. Recordo aqui, qual o pensamento do meu Govêrno a respeito daquela Lei, transcrevendo estas considerações : "Esta Lei autoriza o Chefe do Poder Executivo a transferir, através de decretos, dotações consignadas no Orçamento do Estado. Vale dizer, autoriza o Governador do Amazonas a violar, ao mesmo tempo, a Constituição do Estado (§ 5.º do art. 95) e a Constituição Federal (art. 75). Vai além : autoriza a prática de crime de responsabilidade, previsto no art. 10, n.º 3, da Lei n.º 1.079, de 10 de abril de 1950. Contraria, ainda, as disposições constitucionais que dão a essa Assembléia competência para fixar, anualmente, a despesa do Estado (art. 22, II) e a que veda a retirada

da Fazenda Pública de qualquer quantia cuja aplicação não esteja definida em lei (art. 37, XIV).

A transferência autorizada, na lei cuja revogação se pede, é o mesmo que estôrno, como se vê da lição de ALIOMAR BALIEIRO, em "Uma Introdução à Ciência das Finanças", 2.ª ed., vol. II, pg. 714 : "O art. 75 da Constituição veda expressamente "o estôrno de verbas", isto é, o **virement** ou transferência de uma dotação para o fim de outra, por parte do Poder Executivo. Só uma Lei poderá autorizar essa operação. O Orçamento pode fazê-lo apenas na medida em que dispuser sôbre a aplicação do saldo, nos têrmos do art. 73, § 1.º, n.º II".

Do ponto de vista constitucional, não é outro o parecer de THEMÍSTOCLES BRANDÃO CAVALCANTI, que reputando salutares os preceitos do art. 75, diz que "o estôrno de verbas é a aplicação de uma verba para fim outro que não aquêle que foi destinado, fora, portanto, da discriminação orçamentária. Processo comum : há saldo em uma verba e deficit em outra — faz-se o estôrno, a passagem, de uma para outra. O processo é condenado porque ilude a própria estrutura financeira e jurídica do Orçamento, por ato discricionário de quem o executa, sobrepondo-se, assim, à própria autoridade do Congresso. Tôdas essas fraudes ao regime normal da administração financeira e aos princípios gerais que regulam e disciplinam a execução orçamentária são vedadas pelo art. 75 da Constituição, de maneira explícita, acarretando o seu não cumprimento a responsabilidade dos agentes do Poder Executivo e do Presidente da República muito especialmente".

Creio justificada, do ponto de vista doutrinário e legal, a minha proposição. Muito mais o estará, sem dúvida, no que se refere à moralidade constitucional. Os parlamentos nasceram para votar tributos e autorizar despesas. Abrir mão dessa prerrogativa é, sem dúvida, renegar a própria instituição. Foi, no entanto, o que se deu em nosso Estado, por fôrça do ambiente de irresponsabilidade a que êste Govêrno, que se considera agente da Revolução nacional de 31 de março, veio para pôr um paradeiro".

REORGANIZAÇÃO DAS NOSSAS REPRESENTAÇÕES — Sempre com a preocupação de restituir ao Estado e aos seus órgãos administrativos a dignidade perdida dos tempos distantes, a par de uma série de medidas que adotamos internamente, providenciamos reorganizar as Representações do nosso Govêrno em Brasília, Guanabara e São Paulo, considerando, principalmente, que são projeções do Amazonas lá fora. A propósito e com essa finalidade encaminhamos Mensagens à Assembléia Legislativa, para cujos projetos que a elas anexamos obtivemos a necessária aprovação. À época, tecíamos aos Senhores Deputados as seguintes considerações :

a) — **Representação na Guanabara** — "Não atende às exigências mínimas para o funcionamento de uma repartição destinada a representar administrativa, cultural e socialmente o Estado. A Casa do Amazonas, como a recebeu o meu Govêrno, não se encontra estruturada para desempenhar os objetivos que tenho em vista. Falta-lhe uma base administrativa, mínima que fôsse, ressente-se de um corpo de funcionários capazes de emprestar-lhe ordacidade e eficiência. O Grupo de três salas, onde funciona, está alugado em nome do ex-Representante. Os móveis, a única máquina de escrever e outros utensílios de escritório, são de propriedade da emprêsa PAPELAMAZON. Ao Govêrno do Estado só pertence um aparelho telefônico de número 22-7917. Em virtude de inexistir entre o Representante e o Govêrno do Estado qualquer vínculo funcional, aquêle servidor na administração sentia-se impedido de abrir e movimentar contas bancárias, assim como implantar o regime administrativo contábil necessário ao processamento normal da atividade pública". A reestruturação da REGEAM teve por objetivo imediato, pois, imprimir um padrão de eficiência e dignidade ao órgão responsável pelos assuntos governamentais no Rio de Janeiro, levando em consideração a importância, cada vez maior, sob o ponto de vista econômico e político, da presença do Amazonas na vida nacional.

b) — **Representação em Brasília** — A Representação do Govêrno do Estado na Capital da República não se encontrava legalmente aparelhada para cumprir sua finalidade desejada,

qual a de cuidar dos interêsses do Estado, sem preocupações outras, senão a de servir a êsses interêsses. Reformulada, passou a prestar assistência e a orientar os congressistas amazonenses, no esclarecimento e na defesa das matérias de peculiar interêsse do Estado, além de ter a competência de movimentar processos assim configurados, nos Ministérios, e manter o Govêrno informado sôbre o andamento dos mesmos.

c) — **Representação em São Paulo** — Também recebida sem nenhuma organização e com objetivos completamente alheios aos interêsses do Amazonas. São Paulo é hoje o maior centro industrial da América Latina, constituindo-se um poderoso mercado de capitais para as inversões em empreendimentos que cobrem todo o país. Tendo promovido a elaboração de grande parte da base física do Brasil, através da façanha bandeirante dos séculos XVII e XVIII, São Paulo credencia-se, pela atuação dinâmica, representada na emprêsa capitalista dos investimentos a curto e longo prazos, em várias regiões nacionais. O Amazonas, onde também se faz sentir, no quadro colonial, a operação sertanista dos que vinham de Piratininga, experimenta igualmente essa nova tonalidade do espírito pioneiro paulista, nas indústrias que aqui se fixam e são uma demonstração da energia criadora de São Paulo. Em consequência, a nossa Representação no grande Estado passou a ser um centro de divulgação para a obtenção de capitais, o que antes não realizava, dedicando-se apenas a negócios dos que a exploravam, sem afirmar-se por qualquer iniciativa que refletisse a intenção de servir ao Amazonas.

GRUPOS DE TRABALHO — Dentro do propósito de estabelecer uma administração para o Estado que não mais improvisasse as suas atividades e a aplicação dos dinheiros públicos, mas que estudasse os nossos problemas, indicasse as suas soluções e planejasse, com a flexibilidade necessária, o emprêgo daqueles recursos, o Govêrno serviu-se da criação de alguns Grupos de Trabalho, recrutando para compô-los homens com a experiência de cada problema dentro da sua área. Assim, pelo Decreto n.º 71, de 3 de agôsto de 1 964, constituimos o primeiro Grupo, sem ônus para os cofres da Fazenda Pública, tendo a

seu cargo coordenar o levantamento, planejamento e a construção do Estádio de Desportos "Vivaldo Lima", obra já idealizada em Governos anteriores, porém sem execução. A 24 de agôsto daquele mesmo ano, com o Decreto n.º 80, criamos o Grupo de Trabalho para estudo e execução do plano de vivificação das regiões de faixas de fronteiras do nosso País, no Amazonas, atuando em cooperação com as Fôrças Armadas. Pelo Decreto n.º 106, de 20 de outubro, ainda do ano passado, foi criado outro Grupo, para examinar a situação da assistência aos hansenianos, visando melhorar-lhes os cuidados do Poder Público e minorar-lhes os sofrimentos. Nas oportunidades devidas, criamos ainda dois outros Grupos de Trabalho que se desincumbiram da promoção do Natal das crianças do Amazonas e da programação da Semana da Criança. Constituimos uma Comissão, da qual tomam parte o Senhor Capitão dos Portos, um representante do Exército Nacional e um outro da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, para, sob um planejamento prèviamente estudado, criar colônias agrícolas, para as quais serão transferidos os moradores da nossa "cidade flutuante". Nem de longe, deseja o Govêrno prejudicar a população daquela favela exótica. Com a extinção da "cidade flutuante" e com a localização dos seus habitantes nas colônias agrícolas do Estado, visa a Administração promover-lhes melhores condições de vida, quer no campo habitacional, quer no da higienização. Ao tomar conhecimento do estado de precariedade em que se encontravam as lanchas de propriedade do Estado, o Govêrno constituiu um Grupo de Trabalho que se destina ao estudo do problema e a quem cabe oferecer sugestões para o aproveitamento daquele patrimônio. Existem, ainda, já em plena ação, o Grupo da Reforma Administrativa, a cargo de técnicos da Fundação "Getúlio Vargas", e o da Reforma Municipal, sob a responsabilidade de técnicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

LOTERIA DO ESTADO — Ao decidir-se a construir o Estádio de Desportos "Vivaldo Lima", o Govêrno procurou um meio de conseguir os recursos indispensáveis a essa obra, a um só tempo que não viessem onerar o orçamento e não concorressem para majoração de impostos. O caminho indicado foi, através da Lei n.º 132, de 10.12.64, desmembrar a Loteria do

Estado do Departamento de Assistência e Previdência Social, tornando-a um órgão autônomo, enquanto que imediatamente, tomava tôdas as providências indispensáveis para regulamentar a nova Lei e solicitar ao Senhor Presidente da República, de acôrdo com a Legislação Federal vigente, a ratificação dêsses atos, para que os serviços lotéricos venham a funcionar, explorados pelo Estado. Simultâneamente, em face do Chefe da Nação haver aprovado o pedido do Govêrno, estão sendo tomadas tôdas as medidas complementarmente necessárias, para que a Loteria entre em atividade dentro do menor tempo possível.

COMISSÃO DE DEFESA DO GUARANÁ — Face a necessidade inadiável de uma reformulação geral do programa de defesa e estímulo à produção e comercialização do guaraná, a fim de convertê-lo em fator de maior expressão na economia do Estado, o Govêrno cuidou, a 28 de novembro de 1 964, de encaminhar Mensagem à Assembléia Legislativa propondo a extinção da "Conferência dos Produtores e Exportadores do Guaraná", e criando, para substituí-la, a "Comissão Executiva de Defesa do Guaraná", no que fomos atendidos através da Lei n.º 138, de 11 de dezembro daquele ano. Impunha-se essa alteração pois "com efeito, a "Conferência" vinha se revelando um órgão inadequado, de vez que, tendo restringido sua atuação à simples fixação de preços para as safras do guaraná, criando, ademais, limitações à sua comercialização, não vinha obtendo, como seria de desejar, uma ampliação de consumo que permitisse contar com mercado seguro para o aumento da produção, dentro da tendência que se observa, atualmente, graças às medidas de conteúdo do Govêrno do Estado. E disso é prova evidente o fato, já apurado pelo Grupo de Estudos do Guaraná, da existência de grandes estoques considerados invendáveis" pela organização comercial que, por fôrça de Convênio, exerce função verdadeiramente monopolística no mercado dêsse produto. Ao instituir a CEDG, o Govêrno, dentro de uma dinâmica própria, passou a adotar tôdas as providências necessárias ao amparo total dos produtores do guaraná na fase da sua comercialização.

CODEAMA — Ainda dentro dos mesmos propósitos de elaborar um Govêrno sem improvisações nocivas que nada constróem

de positivo para o futuro, a administração criou a Comissão de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas — CODEAMA, instituída pela Lei n.º 102, de 17 de novembro de 1 964 e regulamentada pelo Decreto n.º 117, de 30 de novembro do mesmo ano. Êsse órgão técnico, para cuja composição recrutamos homens de reconhecida capacidade e experiência, funciona junto ao Gabinete do Governador, com autonomia administrativa e financeira, assessorando o Poder Executivo e tendo como função planejar e promover o desenvolvimento econômico e social do nosso Estado. São da sua constituição um Conselho Consultivo, presidido pelo próprio Chefe do Govêrno e uma Secretaria Técnica. O exercício dos integrantes dêsse Conselho não é remunerado, porém a êle o Govêrno atribuiu considerá-lo serviço relevante para todos os fins legais.

No desdobramento das suas finalidades e objetivos, a CODEAMA tem a seu cargo as seguintes missões : a) estudar, de forma sistemática, as condições e potencialidades econômicas do Estado do Amazonas, delineando os projetos que serão objeto de prioridades ou reivindicações do Estado; b) promover o desenvolvimento econômico e social do Estado do Amazonas, mediante planejamento permanentemente atualizado e contrôle de sua execução; c) assessorar o Govêrno na proposição e avaliação dos projetos de interêsse da Economia Estadual; d) compilar a legislação fiscal e tributária da União, Estado e Município de interêsse do desenvolvimento do Estado e analisar os projetos em curso, com aquela finalidade; e) promover contatos com os investidores interessados no desenvolvimento econômico da região; f) fazer editar publicações de interêsse da economia do Estado do Amazonas e divulgar, através de órgão especializado, informações sôbre as facilidades oferecidas para a instalação de novas atividades econômicas na área; g) organizar conferências, cursos e palestras, estimulando a visita de professores, industriais, administradores e técnicos para orientar, participar e discutir, através de seminários e debates de nível técnico, os problemas econômicos e sociais do Estado.

Já sob os auspícios da CODEAMA, encontra-se em Manaus um grupo de geógrafos do Instituto Brasileiro de Geo-

grafia e Estatística estudando tècnicamente o problema dos nossos Municípios, em decorrência do que, num futuro bem próximo, poderemos traçar uma nova e efetiva política não apenas de assistência, mas, também, de desenvolvimento do nosso interior. Igualmente sob os auspícios do mesmo organismo, o Professor Antônio Rocha Penteado, da Universidade de São Paulo, vem procedendo, "in loco", aos estudos indispensáveis e cuidadosos para a confecção do futuro Atlas Geo-Econômico do Estado, um dos trabalhos que reputo de maior importância, como ponto de partida para a nova éra tecnológica de planejamento, cujas bases, pelo menos, queremos deixar fundadas antes do término do nosso Govêrno.

Ainda no ano de 1 964 a CODEAMA realizou tarefas que assim posso enumerar :

ADMINISTRATIVAS — Em quadro anexo a esta parte, indicamos os recursos recebidos e as despesas realizadas pela CODEAMA em 1 964. De um crédito de Cr$ 50.000.000, (CINQUENTA MILHÕES DE CRUZEIROS), aberto pela Lei n.º 102/64, foram recebidos sòmente Cr$ 13.500.000 (TREZE MILHÕES E QUINHENTOS MIL CRUZEIROS) ou sejam 27% daquele total. Dessa importância, foram aplicados . . . . . Cr$ 7.975.972 (SETE MILHÕES, NOVECENTOS E SETENTA E CINCO MIL, NOVECENTOS E SETENTA E DOIS CRUZEIROS) e o saldo em 31.12.64 elevava-se a Cr$ 5.524.027 (CINCO MILHÕES, QUINHENTOS E VINTE E QUATRO MIL E VINTE E SETE CRUZEIROS).

Do dispêndio realizado a maior aplicação foi em Material Permanente, que se elevou a Cr$ 4.964.700 (QUATRO MILHÕES, NOVECENTOS E SESSENTA E QUATRO MIL E SETECENTOS CRUZEIROS), ou seja, 62% do total recebido, justificando-se a relativamente elevada aplicação nessa rubrica pelo fato da CODEAMA encontrar-se àquela época, em fase de instalação, em seus primeiros meses de atividade. O material permanente adquirido está devidamente especificado em relação anexa.

DELIBERATIVAS — As atividades do Conselho Consultivo em 1 964, iniciaram-se precisamente em data de 8 de outubro dêsse ano, quando reuniu-se pela primeira vez. Nessa reunião

é que foi instalada a Comissão de Desenvolvimento do Estado do Amazonas, posteriormente intitulada Comissão de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas (CODEAMA).

Atuando dentro das finalidades definidas no instrumento legal que criou a Comissão, os principais assuntos objetos das decisões do Conselho, naquele período inicial de suas atividades, foram as seguintes :

1. ESTUDO E APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DA CODEAMA — Para isso foi inicialmente criado um Grupo de Trabalho formado por três conselheiros que debateram, juntamente com o Secretário Executivo, o ante-projeto do Regimento elaborado pela Secretaria do órgão. Após os estudos e emendas feitos pelo G. T. voltou o documento a plenário para aprovação, ocasião em que foi deliberada a sua reestruturação em têrmos de regulamento, em vista da reestruturação do órgão até então denominado CODEAM, conforme já mencionamos.

2. ESTUDOS PARA ALTERAÇÃO DAS LEIS FEDERAIS 4.216 e 4.357 — Por proposição do Conselheiro Professor SAMUEL BENCHIMOL, aprovada em reunião do Conselho, realizaram-se estudos, para serem encaminhados aos órgãos competentes, com sugestões cuja finalidade é colocar maiores recursos financeiros à disposição do Estado do Amazonas, através de instituições bancárias, com base nos recursos vinculados àqueles diplomas legais.

3. Determinação à Secretaria Técnica, para solicitar, através da imprensa, sumários de projetos de empreendedores privados, que estejam interessados em obter financiamento para ampliação ou implantação de fábricas.

4. O Conselho Consultivo tomou conhecimento do esbôço do Plano Bienal que lhe foi apresentado pela equipe que, no Rio de Janeiro, elabora êsse documento, sendo que, na oportunidade, o Conselheiro Professor

SAMUEL BENCHIMOL apresentou várias sugestões que, como hipóteses preliminares de trabalho, passariam posteriormente a constituir metas do próprio Plano Bienal.

EXECUTIVAS — A atividade da Secretaria Técnica baseou-se, como é óbvio, na orientação dada pelo Conselho Consultivo. Essa orientação, para evitar a dupla focalização de um assunto, não foi especificada na parte anterior, relativa ao Conselho, e será descrita nesta parte das atividades executivas.

PLANO BIENAL — Os quatro setores que integram a Secretaria Técnica tiveram, no período, a sua atuação dirigida principalmente para trabalhos vinculados à elaboração do Plano Bienal do Govêrno, a cargo de uma equipe de economistas do Estado da Guanabara, à qual a CODEAMA tem prestado tôda colaboração, através de sugestões e remessas de dados e informações.

Nesta parte foram, inicialmente, elaborados expedientes para serem encaminhados às repartições e outros órgãos e entidades atuantes no complexo sócio-econômico do Estado, no sentido de solicitar a sua cooperação na elaboração dêsse trabalho, através de informações e sugestões vinculadas às atividades que lhes são afetas.

Não se limitou a essa iniciativa à atuação da Secretaria Técnica para os trabalhos do Plano Bienal : coletas de dados e levantamentos estatísticos foram feitos nas diversas repartições, para a mais rápida e eficiente obtenção de informações.

Ressalta-se, da atuação da Secretaria Técnica nesta parte, os levantamentos estatísticos levados a efeito na Secretaria de Economia e Finanças, onde foi levantado o movimento econômico das firmas no período de 1 961/ 1 963, além de outras coletas em repartições estaduais e federais, por grupo de estagiários que atuam nos diversos setores da Secretaria Técnica.

ASPECTOS GERAIS — Nos aspectos gerais ligados à Secretaria Técnica, abordaremos as atividades que não se vincularem diretamente à elaboração do Plano Bienal.

Além da elaboração do Regulamento da CODEAMA, bem assim da redação dos textos das leis e decretos vinculados à criação do órgão, nesses primeiros meses de atividade houve um trabalho efetivo, no que diz respeito às finalidades desta Comissão, na Secretaria Técnica, sob orientação direta do Conselho Consultivo. Temos a destacar :

1. Elaboração de questionários para aplicação em pesquisa nas unidades agrícolas localizadas nos arredores de Manaus. Essa pesquisa foi organizada e realizada em dezembro, devendo a análise dos dados levantados ser concluída em princípios de 1 965. Sua finalidade foi conhecer as condições de produção e transporte vinculados a essas unidades, com o objetivo de apontar as medidas a serem tomadas pelo Govêrno, para a melhoria das condições existentes, com a solução dos problemas emergentes, cuja premência não permite procrastinação.

2. Divulgação dos Programas de Govêrno, onde inclusive foi dada maior ênfase ao Plano Bienal, assim como às finalidades da CODEAMA. Neste setor há a destacar, ainda em 1 964, o preparo dos "Cadernos CODEAMA", com seu primeiro número entregue à Editôra e já em fase de circulação.

3. Foram procedidos contactos com as diversas repartições federais e outras entidades locais, visando não apenas a obtenção de informações necessárias à elaboração do Plano Bienal, mas também objetivando um entrosamento para a melhor realização das atividades da CODEAMA. As principais entidades visitadas foram : Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia — INPA Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia — SPVEA, Departamento de Portos, Rios e Canais, Associação Comercial do Amazonas, Junta Comercial do Amazonas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Manaus Harbour Limited e outras.

4. Outro trabalho que devemos apontar nesse período é o da elaboração das reivindicações feitas à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), para inclusão no Plano de Emergência a ser aplicado por êsse órgão em 1 965. Com a apresentação dessas reivindicações, o Govêrno do Estado conseguiu que fôssem incluídas naquele trabalho, várias dotações orçamentárias para finalidades prioritárias para o Estado, tanto vinculadas ao setor público como ao setor privado de sua economia.

5. Trabalho também de vulto foi e está sendo realizado na organização interna dos serviços da CODEAMA, providenciando-se não apenas a organização dos arquivos para o contrôle dos serviços burocráticos, mas também para o contrôle dos dados estatísticos levantados, objetivando-se para o futuro, o fichário de informações econômicas.

6. Iniciou-se também o levantamento de tôdas as leis, estaduais, federais e municipais, com subsídios preciosos fornecidos pelo Departamento de Imprensa, Turismo e Propaganda do Estado.

Diante da tarefa que se apresenta à CODEAMA, torna-se evidente a necessidade de dotá-la de pessoal técnico de alto nível e de facilidades materiais adequadas, a fim de que possa cumprir sua missão. Acresce o fato de, no Estado, nada haver em matéria de experiência administrativa planejada.

Resta, portanto, recolher em outros centros mais avançados o que nos falta, mediante estágios, treinamento e cursos intensivos, a fim de, gradativamente, se constituir uma equipe qualificada, capaz de atender as solicitações de serviço que o Govêrno urge e conceituar o nôvo estilo de administração recém-instalado como o mais válido, perante a opinião da coletividade.

CODEAMA

Recursos Recebidos e Despesas Realizadas

1964

CR$

RECURSOS RECEBIDOS			13.500.000
DESPESAS REALIZADAS			
Pessoal			
Vencimentos		1.334.166,6	
Material de Consumo			
Artigos de Expediente	173.606		
Artigos de Higiene e Conservação	3.500	177.106	
Serviços de Terceiros			
Outros serviços de Terceiros		1.500.000	
Material Permanente			
Utensílios de Escritório		4.964.700	7.975.972,6
SALDO EM 31.12.64			5.524.027,4

CELETRAMAZON — A Centrais Elétricas do Amazonas S.A., teve sua constituição autorizada pela Lei n.º 35, de 31 de julho de 1 963. Constituiu-se como emprêsa em 28 de janeiro de 1 964, após os estudos de uma Comissão, a CLEPEMA — Comissão de Levantamentos e Estudos do Plano de Eletrificação dos Municípios do Amazonas.

Criada com o capital inicial de C$r 600.000.000 (SEISCENTOS MILHÕES DE CRUZEIROS) deverá, em julho próximo, aumentar o seu capital para Cr$ 3.000.000.000 (TRÊS BILHÕES DE CRUZEIROS).

Está programada, para a CELETRAMAZON, a sua dinamização com o objetivo de elaborar e aplicar um Plano Global de Eletrificação a ser executado no Estado, abrangendo não apenas planos de eletrificação para a capital mas, principalmente, visando a eletrificação nas sedes dos municípios do interior.

Êsse Plano Global de Eletrificação será esquematizado e executado com recursos oriundos das esferas administrativas federal, estadual e municipal.

Os recursos federais serão mobilizados através do Ministério das Minas e Energia, sendo de salientar que já são êsses recursos objeto de consignação em orçamento, com um disponível em tôrno de Cr$ 300.000.000 (TREZENTOS MILHÕES DE CRUZEIROS).

O Estado realizará investimento no setor Eletrificação através do Plano Global, com os recursos já orçamentados no total de Cr$ 900.000.000 (NOVECENTOS MILHÕES DE CRUZEIROS), nos têrmos da Lei n.º 94/63.

De fontes municipais, mediante convênios, importância superior a Cr$ 300.000.000 (TREZENTOS MILHÕES DE CRUZEIROS) será aplicada também pela CELETRAMAZON. Devendo, portanto, elevar suas aplicações para além de Cr$ 1.500.000.000 (HUM BILHÃO E QUINHENTOS MILHÕES DE CRUZEIROS) no exercício de 1 965, o que configura o importante papel que está destinado à CELETRAMAZON na implantação de um sistema energético que por certo propiciará o desenvolvimento econômico e social do Amazonas.

A CELETRAMAZON tem como objetivo construir e explorar centrais e usinas geradoras de energia elétrica, linhas de transmissão e rêde de distribuição em todo o Estado do Amazonas, e cooperar com os órgãos governamentais incumbidos da elaboração e execução da política oficial de energia elétrica.

ATIVIDADES EM 1 964

INSTALAÇÕES E ESTRUTURAÇÕES — Em 1 964 foram tomadas tôdas as providências para reforma e readaptação do 1.º andar do Edifício Tartaruga, onde deverá ser instalada a sede da esprêsa, estando em fase final de acabamento.

Em conjunto com o Govêrno do Estado do Amazonas, a CELETRAMAZON adquiriu no Rio de Janeiro um grupo de 3 salas, onde funciona a representação da emprêsa naquela cidade, conjuntamente com a do Govêrno do Estado.

O problema de pessoal também mereceu especial atenção da Diretoria, que se vem orientando para organização do seu quadro funcional, sob o critério rigoroso de recrutamento e seleção, a fim de que possa contar com servidores de nível de qualificação, exigidos por suas altas responsabilidades e pela especialização técnica das tarefas que estão a seu cargo.

RECURSO FINANCEIRO — A Emprêsa dispôs, no exercício de 1 964, de recursos totais no valor de Cr$ 675.286.000 (SEISCENTOS E SETENTA E CINCO MILHÕES, DUZENTOS E OITENTA E SEIS MIL CRUZEIROS), provenientes de acionistas, verbas do Fundo Federal e Fundo Estadual de Eletrificação.

Tendo ainda a receber, referente ao exercício de 1 964, do Fundo Federal de Eletrificação, a importância de . . . . . Cr$ 139.033.119 (CENTO E TRINTA E NOVE MILHÕES, TRINTA E TRÊS MIL, CENTO E DEZENOVE CRUZEIROS) e Cr$ 400.000.000 (QUATROCENTOS MILHÕES DE CRUZEIROS), em material do Ministério das Minas e Energia, provenientes de convênios assinados com as prefeituras do interior do Estado.

ATIVIDADES EM GERAL — A CELETRAMAZON subscreveu ações da Companhia de Eletricidade de Manaus no

valor de Cr$ 100.000.000 (CEM MILHÕES DE CRUZEIROS), a fim de possibilitar àquela emprêsa, realizar a iluminação pública de Manaus. No interior, procedeu a estudos para confecção dos planos de eletrificação de todos os municípios amazonenses e c estudos sôbre os diversos tipos de combustível para consumo das usinas a serem construídas nos mesmos municípios.

As atividades da CELETRAMAZON em 1 964 foram relacionadas quase que exclusivamente, com o planejamento do sistema energético dos municípios do interior. Estabeleceu convênios entre a emprêsa e as Prefeituras de PARINTINS, ITACOATIARA, COARI, MAUÉS, EIRUNEPÉ, BARREIRINHA e SANTO ANTONIO DO IÇÁ, para execução de obras e serviços no setor da energia elétrica naqueles municípios, mediante aplicação de recursos orçamentários.

BALANÇO E CONTA DE RESULTADO — No balanço do exercício convém chamar a atenção para os seguintes pontos :

a) Capital a Realizar — Nesta conta está registrada a parte a realizar, na importância de Cr$ 179.842.500 (CENTO E SETENTA E NOVE MILHÕES, OITOCENTOS E QUARENTA E DOIS MIL E QUINHENTOS CRUZEIROS), devida por particulares e municípios que ainda não integralizaram totalmente as suas subscrições.

As ações do Govêrno do Estado, no total de 400.000, foram totalmente integralizadas com verbas provenientes do Fundo Estadual e Fundo Federal de Eletrificação. Resta um saldo a favor do Estado de Cr$ 242.843.500 (DUZENTOS E QUARENTA E DOIS MILHÕES, OITOCENTOS E QUARENTA E TRÊS MIL E QUINHENTOS CRUZEIROS), o qual deverá ser incluído no próximo aumento do capital da emprêsa.

No que tange ao resultado do exercício, a CELETRAMAZON realizou despesa bruta no valor de Cr$ 31.609.023 (TRINTA E HUM MILHÕES, SEISCENTOS E NOVE MIL E VINTE E TRÊS CRUZEIROS).

Êste **superavit** ainda não representará uma situação líquida para o Estado se considerarmos que, além dos restos a pagar pròpriamente ditos, há uma soma de compromissos que passaram para o corrente ano, da ordem de Cr$ 345.308.889,

relativos a despesas que deixaram de ser inscritas por falta de saldos nas verbas próprias do Orçamento de 1 964, assim distribuídos :

Fornecedores	56.965.898,00
Ajuda de custo	1.747.346,00
Auxílio e subvenções	1.432.999,00
Diversos	67.350.525,00
Fôlhas de pagamento	24.202.738,00
Compromissos da Administração passada	193.609.293,00
	345.308.889,00

Feita a demonstração do movimento financeiro total, cabe, agora, apresentar o que foi apurado em 27 de junho de 1 964, data em que se instalou o Govêrno atual.

Àquela altura a receita orçamentária arrecadada, lembremos, era de Cr$ 3.568.452.692,40, enquanto que a despesa orçamentária paga atingia a soma de Cr$ 3.143.581.457,00. As disponibilidades encontradas, relativas a saldos do Estado eram as seguintes :

— Em caixa	160.896.705,30
— Em Bancos	264.497.025,70
	425.393.731,00

Referido saldo, porém, estava comprometido com uma vultosa soma de despesas a pagar, apuradas na mesma data, num montante de Cr$ 900.595.472,50, sendo :

— Contas do exercício, referentes a fornecedores e serviços diversos .	481.260.566,50
— Fôlhas de pagamento relativas ao mês de junho	247.895.193,00
— Contas de exercícios anteriores . .	91.439.713,00
— Empréstimo da União realizado por intermédio do Banco do Brasil	50.000.000,00

— Empréstimo do Banco de Crédito da Amazônia ao antigo "Serviços Elétricos de Manaus"	30.000.000,00
	900.595.472,50

Os compromissos acima relacionados foram quase totalmente liquidados até 31 de dezembro, com os quais dispendemos a quantia de Cr$ 706.986.179,50. Restam, apenas, as contas de fornecedores do Serviço de Lepra, que estão pendentes de exame, os empréstimos do Banco do Brasil e do Banco de Crédito da Amazônia e contas de exercícios anteriores.

ÁGUA TRATADA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA — Logo ao assumir o Govêrno preocupamo-nos com o serviço de abastecimento d'água de Manaus, realizado ainda sem tratamento, o que sem dúvida afetava a saúde da população. Convocamos técnicos, jovens engenheiros, para planejar o serviço de tratamento dessa água, aproveitando a maquinária já existente no Bombeamento da Ponta do Ismael e que nunca antes havia sido utilizada. Solicitamos e obtivemos da Assembléia Legislativa a abertura do crédito especial de Cr$ 20.000.000 e com êsses recursos conseguimos restabelecer o sistema de fornecimento d'água clara, tratada, para o abastecimento da população desta capital, enquanto o Govêrno passou a adotar providências com o objetivo de, pròximamente, ampliar o sistema de bombeamento, dêsse precioso líquido, para atender ao aumento sempre crescente do consumo. Também nos preocupamos com a iluminação pública da cidade, como uma das metas do Govêrno para restituir-lhe a dignidade perdida do passado distante, de sede da Administração e centro de tôdas as atividades do Estado, colaborando com a Companhia de Eletricidade que está executando aquêles serviços, promovemos, através das Centrais Elétricas do Estado (CELETRAMAZON), a subscrição de mais cem milhões de cruzeiros de ações daquela emprêsa concessionária de energia elétrica de Manaus, com o objetivo dêsses recursos serem destinados à implantação do serviço de iluminação pública, em franco andamento.

DITPEA — O Departamento de Imprensa, Turismo e Propaganda voltou as suas vistas para a realização de um trabalho, sobretudo de reorganização interna e do pagamento de suas dívidas, que eram grandes conforme já acentuei na primeira parte desta Mensagem, para restabelecer o seu crédito abalado. A 31 de dezembro de 1 964 tôdas aquelas dívidas e os compromissos da atual administração, assumidos pelo DITPEA, estavam totalmente pagos, existindo ainda saldo nas suas verbas. O regime de Coleta de Preços foi rigorosamente estabelecido, enquanto a sua Direção Geral promoveu a regularização da situação de diversos servidores, que realmente prestavam sua colaboração a êsse órgão, e que alí estavam apenas de bôca, sem nenhum documento que lhes desse condição legal de servidores do Estado. Órgão tão comentado no passado recente, passou a cuidar rigorosamente de suas contas, fazendo prestação das mesmas, com regularidade, à Secretaria de Economia e Finanças e ao Tribunal de Contas, dentro de padrões que realmente comprovam a realidade dos gastos feitos. Está prevista, para a Reforma Administrativa em estudo, a reformulação do DITPEA, desmembrando-se o setor de Turismo para cumprir as suas finalidades próprias e específicas. O Govêrno, para o exercício de 1 965, aprovou o Plano de Aplicação dos recursos orçamentários do DITPEA, na conformidade do Decreto n.º 138, de 12 de fevereiro de 1 965.

Ainda em dezembro último, através do DITPEA, o Govêrno fêz publicar a 3.ª edição da Constituição do Estado, de 3.000 exemplares, ampliada com tôdas as suas emendas e prefaciada pelo professor Henoch Reis. Também fêz publicar em livretos, a exposição das atividades do Govêrno, em Mensagem do fim do ano passado e os relatórios principais da Comissão Estadual de Investigações, sôbre os inquéritos promovidos de acôrdo com o Ato Institucional.

Igualmente êsse Departamento está tendo a tarefa de realizar a divulgação promocional do "Seu Talão Vale Um Milhão", atendendo às normas da Coleta de Preço. Assim outras promoções do interêsse do Estado, que estão sendo estudadas.

O programa radiofônico "A Voz do Amazonas", a cargo do DITPEA, é hoje de verdadeira utilidade pública, divulgando exclusivamente assuntos do interêsse da Administração, inclusive do interior, sem mais a propaganda personalística.

DASPA — Departamento de Administração e Serviço Público do Amazonas, contando com a orientação de um técnico do DASP Federal, dedicou grande parte do seu trabalho, pela sua Divisão de Orçamento e Organização, à elaboração do Orçamento do Estado para 1 965 que, conforme sabem Vossas Excelências, apresenta-se dentro de um novo estilo, espelhando um verdadeiro plano de Govêrno. Com o objetivo de melhorar os conhecimentos dos nossos funcionários, assinamos convênios com a Fundação "Getúlio Vargas" (Escola Brasileira de Administração Pública), para a concessão de bolsas de estudo àqueles servidores do Estado. Já agora, viajou o primeiro grupo, cujos integrantes foram indicados pelos Chefes de diversas Repartições e se submeteram a um teste de seleção. O DASPA introduziu, ainda, novos modêlos de fichas individuais para o registro dos assentamentos dos funcionários do Estado, registros êsses que alcançaram o número de 1 .042. Recebeu, de julho a dezembro de 1 964, 845 processos e realizou 286 apostilas, tendo expedido 838 processos, ofícios e portarias. A sua Divisão de Aperfeiçoamento e Seleção prepara-se para realizar o concurso público competitivo para preenchimento dos cargos de Ajudantes de Despachantes, na conformidade do Decreto n.º 80, de 31-12-64, que regulamenta o assunto. Por iniciativa, ainda, dêsse Departamento, que se tornou mais presente no contacto com os servidores estaduais, foi condignamente festejado o Dia do Funcionário, cujo programa cumprido incluiu a entrega, ao Senhor Felipe Lopes dos Santos, o mais antigo servidor do Amazonas, da "Medalha Amazonense de Mérito". Está também em circulação a "Revista do Funcionário" que, editada pelo Departamento, divulga matéria de interêsse da numerosa e laboriosa classe.

PREVIDÊNCIA SOCIAL — A política de previdência e assistência social deve ser executada pelo DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL, conhecido pela sigla de DAPS. Nos primeiros três meses do ano de 1 964, entretanto,

suas finalidades desviaram-se de seu mister. Com efeito, esta instituição assistencial, relegando a um plano inferior seus associados mais humildes e necessitados, passou a adotar uma orientação perdulária, concedendo empréstimos e benefícios a associados de alta categoria administrativa e, em alguns casos, para licitantes de benefícios sem qualquer vínculo com a entidade.

O favoritismo político apossou-se do Departamento, transformado num "cabo eleitoral" de candidatos às eleições municipais, verificadas na cidade de Manaus, que tinham o beneplácito da administração de então. Semelhante comportamento, evidenciador de uma época de amoralismo administrativo, deu ensêjo a que o DAPS fôsse vítima de enormes prejuizos, cuja importância ascende a mais de Cr$ 7.000.000 (SETE MILHÕES DE CRUZEIROS).

Apesar dessas condições negativas, o DAPS nos seguintes meses decorridos com a implantação do novo "statu" administrativo, pôde reencontrar o caminho da austeridade no cumprimento de suas finalidades. Daí ter liquidado dívidas, que ascendiam à quantia de Cr$ 122.194.227, (CENTO E VINTE E DOIS MILHÕES, CENTO E NOVENTA E QUATRO MIL, DUZENTOS E VINTE E SETE CRUZEIROS), distribuídas pelos seguintes setores :

Hospitais	Cr$	60.922.317
Farmácias	"	41.428.569
Médicos	"	5.356.130
Funcionários	"	5.692.802
Pensionistas do Montepio	"	4.826.686
Fornecedores outros	"	3.967.722

Estas refletiam a insolvência financeira do DAPS, que devia aos seus funcionários um mês de vencimentos e aos pensionistas dois meses de proventos, sem ter, de imediato, qualquer perspectiva de liquidação dêsses débitos.

Decorridos quatro meses, apenas, de iniciada nossa administração, podemos ter a satisfação de vir a público para anunciar que a situação financeira do Departamento era salutar, possuindo saldo de depósitos bancários da ordem de Cr$ 63.500.000.

Ademais, superada a fase de incapacidade administrativa, pôde o DAPS dedicar-se, com acuidade e eficiência, ao atendimento de seus associados e dependentes. Os dados estatísticos são bem expressivos na distinção entre o **antes** e o **depois**, que distinguem duas fases da administração estadual. Alinhemo-los, em seguida, apenas no que se refere à assistência médica, hospitalar e medicamentosa.

		MÊS	ANO
Número total de atendimento de Associados e Dependentes .	2.176	JANEIRO a SETEMBRO	1964
Número total de atendimento de Associados e Dependentes .	6.561	OUTUBRO a DEZEMBRO	1964

Da comparação dos dois quadros supramencionados, fácil é a ilação a ser tirada, pois, evidentes são as diferenças dos atendimentos ocorridos entre os meses de janeiro a setembro, e os verificados nos meses de outubro a dezembro. Os índices percentuais dos dois períodos podem ser expressos pelos seguintes valores relativos :

1. Janeiro a setembro . . . . . 33% — 9 meses
2. Outubro a dezembro . . . . . 67% — 3 meses

No Departamento funcionam, atualmente, os seguintes setores :

Administração Geral — Com os setores de Secretaria, Serviços de Contadoria e Tesouraria.

Serviço de Previdência Social — Com os setores específicos seguintes :

Setor de Pensões de Aposentadorias — que tem procedido ao levantamento dos contribuintes do Montepio, inscrevendo-os

devidamente para um atendimento mais efetivo. Perto de 18.350 inscrições foram compulsadas, havendo, atualmente, 756 pensionistas percebendo pensões.

Setor Imobiliário e de Empréstimos — O movimento, entre empréstimos concedidos a funcionários e financiamentos realizados, expressou-se num total de Cr$ 73.363.200 (SETENTA E TRÊS MILHÕES, TREZENTOS E SESSENTA E TRÊS MIL E DUZENTOS CRUZEIROS).

Setor de Assistência à Velhice, à Maternidade, à Infância e ao Desamparado encaminhou associados e seus dependentes, pessoas reconhecidamente pobres, à assistência médica e dentária, num total de 1.123 pessoas.

Setor de Fisioterapia — Atendeu, realizando aplicações de raios infra-vermelhos, ultra-violetas, ondas curtas, etc., num total de 360 aplicações durante o ano.

Setor Dentário — Atendeu a um total de 3.305 pessoas, em serviços de sua atribuição.

Laboratórios de Análises Clínicas — Realizou um total de 12.341 exames durante o ano de 1964, satisfazendo a requisições do próprio Departamento através do seu Serviço Médico e da Maternidade BALBINA MESTRINHO.

Serviço de Assistência Jurídica Gratuíta — Realizou, junto aos Tribunais, à Polícia Civil, Institutos de Previdência, Ministério do Trabalho e outros órgãos, um trabalho que, em 1964, atingiu a mais de duas centenas de atendimentos.

Serviço Médico — O Serviço Médico do Departamento, conta, atualmente com um total de 38 médicos credenciados sob o regime de livre escolha, pelo beneficiário, do profissional que deseje consultar, assim como os seguintes credenciamentos fixos, conforme os setores seguintes :

1. Chefia do Serviço Médico
2. Radiologia
3. Triagem Médica
4. Junta Médica
5. Laboratório de Análises Clínicas
6. Assistência Social.

Trata-se, nesse particular, de uma experiência que está alcançando absoluto êxito.

A despesa total com assistência médica, hospitalar e medicamentosa, realizada no ano de 1 964, atingiu a . . . . . Cr$ 241.827.523 (DUZENTOS E QUARENTA E HUM MILHÕES, OITOCENTOS E VINTE E SETE MIL, QUINHENTOS E VINTE E TRÊS CRUZEIROS), correspondentes a 6.561 pessoas atendidas, entre associados da autarquia e seus dependentes.

O DAPS, para que seja realmente aquele órgão de previdência de que carece o servidor público estadual, precisa, no entanto, ser integralmente reestruturado e transformado em Instituto, no tipo dos congêneres federais e de alguns Estados progressistas, onde a política social se realiza efetivamente. O projeto pertinente está pronto e será de imediato submetido ao exame dêste Legislativo.

IMPRENSA OFICIAL — Nesse setor, que considero de grande importância para a Administração, nossas primeiras providências, em face da realidade que encontramos, visaram, tôdas, a regularização dos serviços a serem realizados nesse Departamento. Entre outras, estabelecemos o contrôle do horário de serviço bem como o da circulação e venda do "Diário Oficial", procurando colocar em dia a sua publicidade atrasada. Ampliando o número de páginas do órgão oficial do Estado para atender à publicação das matérias do interêsse público, êsse órgão voltou a divulgar os atos do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas, o que não vinha sendo feito há muito tempo. Na medida dos recursos então disponíveis, foram recuperadas algumas máquinas e reativada a Seção de Encadernação, o que permitiu à Imprensa Oficial voltar, naturalmente dentro das suas possibilidades ainda limitadas, a atender maior soma de trabalho para os expedientes das Repartições Públicas. Paralelamente, adotaram-se medidas com a finalidade de equipá-la com outras maquinárias modernas, capazes de elevar, ao índice desejado, a sua produção industrial. As próprias rendas da Imprensa Oficial, em consequência daquelas providências iniciais, passaram a superar, em grande, as arrecadações que vinha recolhendo à Secretaria de Economia e Finanças, ao ponto de elevar-se, em média, de Cr$ 100.000 mensais para Cr$ 1.000.000.

TELEFONES — Outro problema que angustia a coletividade de Manaus, é o dos telefones, com repercussões evidentemente angustiosas no sistema de comunicações, da maior utilidade para tôda a população. Decidimos enfrentá-lo fora das improvisações, criando primeiramente um Grupo Executivo de Telecomunicações (GETEL), subordinado à CODEAMA, através o Decreto n.º 142, de fevereiro dêste ano. Ao criá-lo, tomamos em consideração que : o atual sistema telefônico de Manaus não mais atende às necessidades de seus usuários, em face de estar funcionando há mais de 25 anos; dentro de breve caducará a concessão à atual concessionária dêsses serviços; o Amazonas é um espaço geográfico a exigir a implantação de um sistema de telecomunicações cobrindo as principais cidades do interior; até aquêle momento não havia providências da iniciativa privada para suprir as necessidades das comunicações no Estado; finalmente, é da mais alta importância a telecomunicação para a segurança nacional e do Estado, às atividades econômicas e os vínculos sociais da comunidade amazônica. A finalidade do GETEL foi a de tomar as providências indispensáveis para a criação daquele sistema de telecomunicações, procedendo aos estudos preliminares à constituição de uma emprêsa de economia mista, que deverá explorar, comercialmente, o mencionado serviço. Os resultados têm sido excelentes e animadores às conclusões dêsses estudos. A futura emprêsa que se denominará Companhia Amazonense de Telecomunicações, já está despertando interêsse de grandes firmas do sul especializadas no assunto e já tem pôsto de inscrição de futuros proprietários de telefones de Manaus e acionistas da organização, instalado no edifício da Biblioteca Pública.

EXPOSIÇÃO DE LIVROS — Com o intuito de estimular os autores amazonenses ou radicados à região, realizamos, sob os auspícios dêsse Govêrno e através da Secretaria da Educação e Cultura, nossa Primeira Exposição de Livros. Reuniu essa mostra mais de novecentas obras que são uma afirmação de nossa cultura. Com o mesmo objetivo de incentivar nossos intelectuais, foram criados os prêmios "Estelita Tapajós" e "Bento Figueiredo Tenreiro Aranha", a serem conferidos, respectivamente, aos melhores trabalhos sôbre assunto científico e no ramo das artes

ou das letras. Trata-se de iniciativa que pretende propiciar aos homens de espírito do Amazonas perspectivas melhores para que se realizem na certeza da compreensão do Estado, no seu papel de acelerador da cultura.

ATLAS GEO-ECONÔMICO DO AMAZONAS — Com a finalidade de fazer um levantamento físico dos fenômenos geo-econômicos do Estado do Amazonas foi criado o Grupo Executivo do "Atlas Geo-Econômico", subordinado à Comissão de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas — CODEAMA, tendo por supervisor o renomado professor Dr. Antônio Rocha Penteado, do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.

O trabalho, que reputamos de suma importância para uma configuração global dos fenômenos ligados à terra e à economia amazonenses, abordará fenômenos, verificados desde o ano de 1900 até 1964. As repercussões do "Atlas Geo-Econômico" far-se-ão sentir em diversas esferas das atividades do Estado, num crescendo que abrange desde a educação até os setores administrativos. De sorte que os trabalhos do Grupo Executivo, que daqui por diante chamaremos GEAGE, defluirão por um espaço de 11 meses, durante os quais serão levadas a efeito pesquisas no Estado do Amazonas e no Rio de Janeiro, a fim de que sejam coligidos os dados imprescindíveis à fiel retratação dos fenômenos objetos da abordagem em questão, no período compreendido por 60 anos.

Para que se possa avaliar, mais amiùdamente, os prognósticos que o "Atlas" pretende realizar, passamos a esboçar as linhas delineadoras do referido mapeamento :

1.1 — A coleta de dados é o trabalho inicial, do qual participará todo o GEAGE, que deverá procurá-los nas fontes disponíveis, quer nos recenseamentos já efetuados e publicados quer em trabalhos inéditos ou informações estatísticas ainda não divulgadas.

— A preparação dos dados colhidos, que, paralelamente aos trabalhos de coleta de dados, deverão ser calculadas as tabelas, construídos os gráficos de frequência e elaboradas as cartas preliminares.

— Os Mapas e Cartogramas serão confeccionados na escala de 1 : 1.000.000. Sòmente em casos excepcionais se abandonará tal escala, para que assim exista uma uniformidade no Atlas, cujo formato deverá corresponder, aproximadamente, ao do Atlas do Brasil ou ao da Carta do Brasil ao milionésimo, editada pelo Conselho Nacional de Geografia.

— Os textos explicativos ficarão a cargo de dois geógrafos do GEAGE e do supervisor geral, ficando êste responsável pelo conteúdo dos comentários feitos e dos cartogramas finais.

— Do "Atlas" constará a Carta Geral, do Estado do Amazonas, com a divisão político-administrativa do Estado, em 1965.

— Carta Geral do Estado do Amazonas, com a hidrografia e seus característicos principais.

— Cartogramas da divisão político administrativa do Estado para os anos de 1900, 1920, 1940, 1950 e 1960.

População do Estado do Amazonas :

— População rural e urbana, para os anos dos censos.

— Densidade populacional.

— População ativa .

— Brasileiros de outros Estados que vivem no Amazonas.

— Uso da Terra : cartografação da distribuição da utilização do uso da terra, por município, em 1950 e 1960.

— Distribuição do pessoal responsável pelos estabelecimentos agrícolas nos anos de 1 950 e 1 960.

— Equipamento agro-pastoril, empregados nos anos 1 950 e 1 960.

— Pessoal ocupado nos estabelecimentos agrícolas em 1 950 e 1 960.

— Áreas dos estabelecimentos agrícolas, por Município, de acôrdo com os censos.

— Distribuição de gado pelos Municípios do Amazonas, de acôrdo com os censos.

— Agricultura : distribuição, por Município, de bananas, laranjas, abacates, cacau, cajus, goiabas, guaraná, limões, mamão, manga, tangerina, aipim, mandioca, milho, abacaxi,

abóbora, arroz, batata doce, cana de açúcar, cará, feijão, fumo, juta, melancia.

— Extrativismo vegetal : distribuição por Município, de lenha, carvão vegetal, madeira, borracha, castanha, etc.

— Indústria : distribuição dos estabelecimentos, capitais pessoal ocupado, etc.

— Comércio : distribuição dos estabelecimentos, por Município, pessoal ocupado, capital, etc.

— Rêde Urbana do Estado do Amazonas.

— Distribuição dos Serviços : luz, água, esgôto, hospitais, rêde escolar, etc.

— Outros.

Pela amplitude dos assuntos focalizados pelo Atlas Geo-Econômico fácil é concluir-se que a tarefa encerra em si um empreendimento de alto gabarito intelectual e profissional, aptos a colocar o Estado do Amazonas, à frente de qualquer outra Unidade Federativa do País, neste cometimento. Para esclarecimento, informamos que sòmente S. Paulo agora inicia a confecção de um Atlas semelhante, abrangendo, todavia, apenas 100 Municípios do Estado.

AUMENTO DOS VENCIMENTOS DOS FUNCIONÁRIOS ESTADUAIS — Quando assumimos o Govêrno, encontramos um clamor geral, no seio da laboriosa classe dos funcionários públicos estaduais, clamor procedente em face dos baixos níveis de vencimentos pagos aos servidores estaduais. A desculpa era a de que as finanças do Estado não comportavam mais despesas.

Apoiado nessa falácia, ludibriava-se a bôa fé do povo. Primeiramente, pagando a funcionários dos quadros das Secretarias de Estado, do seu próprio Gabinete e a operários, como os do Departamento de Águas, a irrisória quantia de Cr$ 20.000 por mês. Vejam bem, Senhores Deputados, nem sequer era respeitado o preceito constitucional, que manda pagar vencimentos aos funcionários, nunca inferiores ao salário mínimo vigente na região. Não satisfeito com êstes padrões infra-humanos, quando da concessão de um minguado aumento, da

ordem de Cr$ 100 por letra de classificação do quadro do funcionalismo estadual, chegou-se ao cúmulo de efetuar o pagamento dêsse acréscimo, mediante prestações para que houvesse a impressão de que o Estado atravessava fase difícil em sua vida financeira.

A situação, todavia, era bem outra. Sonegava-se informações sôbre a receita e a despesa do Estado. A Secretaria de Economia e Finanças transformara-se num centro de poucos iniciados, onde era vedada a participação, não só de funcionários como de contribuintes interessados em elucidar dúvidas e esclarecer cotas de impostos a recolher. O contrabando havia se institucionalizado e funcionários do fisco blasonavam a sua repentina riqueza, conseguida em conluio com defraudadores do erário estadual.

O Orçamento, peça essencial da economia e finanças de um Estado, era apenas um bosquejo da receita a ser conseguido, no exercício fiscal, enquanto a despesa sòmente refletia as contas do exercício corrente. A dívida consolidada do Estado jamais fôra referida como débito e obrigações do Tesouro. Semelhante comportamento criou tamanha dificuldade à contabilidade pública do Estado, que, hoje, torna-se difícil fazer um levantamento honesto da situação da dívida pública estadual, principalmente se considerarmos os famosos recebimentos, oriundos do Govêrno Federal, e que, agora, o Govêrno Federal vem forçando o Estado a pagar.

Ao assumirmos o Govêrno e ao tomarmos conhecimento da situação calamitosa do funcionalismo estadual, ganhando um professor de curso médio a humilhante importância de . . . Cr$ 270, por aula, e uma professôra primária rural o vencimento de Cr$ 8.000, por mês, realizado o levantamento da verdadeira situação financeira do Estado, de logo ficou patente poder o Govêrno melhorar os padrões de vencimentos dos servidores estaduais. Tanto assim que nomeamos uma comissão de funcionários, que foram os próprios interessados na elaboração da nova tabela de vencimentos. Já em novembro essa Assembléia, em colaboração com o Govêrno e em reconhecimento do estado precário do servidor público, aprovava a Mensagem, propondo o

aumento em aprêço. Em dezembro, providenciávamos junto à Secretaria de Economia e Finanças para que todos os funcionários do Estado recebessem seus vencimentos integrais, a fim de que a vergonhosa forma de crediário de salários fôsse abolida do Estado, para o que esta Assembléia atribuira os créditos necessários.

Para se ter uma idéia da proporção do aumento concedido aos servidores do Estado, passamos a cotejar as despesas feitas em dezembro, que não é bastante representativa, por englobar parcelas retidas desde janeiro do ano em questão :

Dezembro de 1 964

1. Vencimentos e Vantagens	538.361.884
2. Salário Família	14.410.000

Janeiro de 1 965

1. Vencimentos e Vantagens	802.643.894
2. Salário Família	74.449.000

Devemos considerar que, no pagamento de janeiro de 1 965, faltam consignar os vencimentos dos funcionários do interior e os salários-famílias, em processamento, o que se verifica, no momento, em várias repartições estaduais.

Considere-se, ainda, que no pagamento de dezembro de 1 964, a soma de Cr$ 150.000.000 deverá ser correspondente aos vencimentos retidos, pois o aumento concedido em abril de 1 964 foi pago em parcelas de 20%. 30% e 50%, correspondentes a abril, junho e dezembro.

Adotado êste raciocínio, veremos que o aumento concedido ascende a mais de 100%, enquanto o salário família, que em têrmos absolutos passou de Cr$ 1.500 para Cr$ 5.000, cresceu a uma taxa percentual 416,64%.

O aumento que concedemos, sabemos muito bem, sacrificará investimentos em setores que poderiam fazer crescer alguns seguimentos de nossa economia, já se disse mesmo que

valeu como uma injeção inflacionária. Ora, o que se pretendeu alcançar e está sendo alcançado, foi a concessão, aos servidores do Estado, ativos e inativos, de um poder aquisitivo que o tirou da miséria em que caira e assegurar às atividades locais uma movimentação de recursos que não existia antes.

APOSENTADORIAS E PENSÕES — Ainda olhamos para a situação aflitiva dos pensionistas do Montepio do Estado e para os padrões ridículos dos proventos de aposentadorias de antigos servidores públicos. Para uns e outros elevamos, respectivamente, pensões e proventos, que antes eram até de Cr$ 200, e de Cr$ 1.000, para o teto do salário-mínimo regional, ou seja Cr$ 34.000, à época. Sôbre êsse reajustamento incidiu, ainda, o percentual correspondente ao aumento dado ao funcionalismo público, que beneficiou ativos e inativos.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA — Vem ainda funcionando em condições precárias de vez que, no período de nossa gestão ainda não houve oportunidade para a sua reestruturação para colocá-lo em têrmos de operar atendendo às suas reais e importantes finalidades. Necessita principalmente para atingir a essas condições, de reaparelhamento completo em têrmos de material e de pessoal técnico adequados atualmente insuficientes.

Funciona êsse Departamento com cinco Secções, cujas finalidades e atividades desenvolvidas em 1964, são abaixo delineadas, segundo o Relatório da Diretora MARIA DOS REMÉDIOS V. DE OLIVEIRA.

1. SECÇÃO DE ESTATÍSTICA DA PRODUÇÃO — Tem por finalidade a elaboração das estatísticas da Produção Geral do Estado. Suas tarefas estão especialmente ligadas à vida econômica da unidade em tela, abrangendo as seguintes estatísticas: produção municipal, agrícola, gado abatido, óleos e gorduras vegetais, custo de vida, pesca, etc.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA — O inquérito referente à produção agrícola, como quase todos os levantamentos dêste Departamento, por fôrça dos Convênios Estatísticos com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, é feito e lançado por intermédio dos Agentes Municipais de Estatística,

em questionários organizados pelo Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, em forma de um caderno, denominado CADERNO "D", em informações trimestrais e também com a fôlha anual, dos quais devolvem uma cópia para a devida crítica e apuração dos elementos de cada um dos municípios do Estado. Êstes levantamentos compreendem dados estatísticos sôbre a área cultivada, quantidade produzida, rendimento médio por hectare, valor da produção e preço médio. Em 1 964 foram recebidas 472 fôlhas do CADERNO "D", referentes aos últimos trimestres de 1 963, já estando devidamente apurado e registrado o ano de 1 963 e em fase de crítica e apuração os dados de 1 964.

PRODUÇÃO MUNICIPAL — E' processada por meio das guias recebidas da Secretaria de Economia e Finanças. Deram entrada 5.578 guias de vendas mercantís, referentes ao ano de 1964, estando atualizado êste serviço.

GADO ABATIDO — Foram recebidas 1.012 fôlhas do inquérito em referência. Estas estatísticas como as demais executadas por esta Secção, são realizadas em colaboração com o Serviço de Estatística da Produção, com a cooperação dos Agentes Municipais de Estatística, e estão pràticamente em dia.

Além dos serviços normais da Secção, foram atendidos 32 pedidos de informações para diversos órgãos.

2. SECÇÃO DE ESTATÍSTICA ECONÔMICA E FINANCEIRA — Tem sob sua responsabilidade o contrôle da Exportação e Importação Geral do Estado.

As principais fontes de coleta para êsse trabalho são as repartições arrecadadoras do Estado e da União.

Recebidas as guias, são separadas por mês, município, meio de transporte, origem e em seguida registradas, criticadas e codificadas de acôrdo com a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias; depois de devidamente apuradas são organizadas em mapas e mensalmente enviadas ao Serviço de Estatística do Ministério da Fazenda. Ainda, por fôrça do Convênio assinado, há a obrigação de fornecer ao demais Departamentos Estaduais de Estatística, os levantamentos referentes às nossas exportações.

Foram criticadas e apuradas 14.773 guias. O serviço de exportação foi classificado e apurado até novembro de 1 964, encontrando-se em fase final de apuração o mês de dezembro.

IMPORTAÇÃO — Serviço que ainda não foi possível atualizar, em virtude do atraso com que são recebidos, dos Departamentos, os demonstrativos das exportações dos demais Estados da União.

Por esta Secção foram prestadas 40 informações.

3. SECÇÃO DE ESTATÍSTICA POLÍTICA E SOCIAL — Incumbe-se do levantamento de dados referentes às estatísticas demográficas, propriedades rurais, indústria e profissão, movimento do pôrto, movimento do fôro, movimento policial criminal.

DEMOGRÁFICA — Foram recebidos 2.282 formulários, que se encontram criticados, apurados e fichados até o mês de dezembro de 1 963.

MOVIMENTO DO PÔRTO — Foram distribuidos à Inspetoria Regional 7.500 inquéritos para a devida coleta. Dêstes inquéritos sòmente 1.890 foram devolvidos ao Departamento, devidamente preenchidos, encontrando-se já apurados até setembro de 1 964.

POLICIAL CRIMINAL — Encontra o Departamento dificuldade na obtenção da informação necessária ao seu perfeito funcionamento.

Através dela foram prestadas 26 informações solicitadas por pessoas e entidades diversas.

4. SECÇÃO DE ESTATÍSTICA EDUCACIONAL — Estão afetas a esta Secção as estatísticas relativas ao ensino primário geral, cujo plano fornecido pelo IBGE contém grande volume e riqueza de detalhes.

Foi concluída a apuração relativa ao ano de 1962.

A exemplo do que vem sendo feito em anos anteriores, na ausência de dados de grande número de escolas, especialmente aquelas localizadas no interior do Estado — sedes municipais — lançou-se mão da estimativa para 103 unidades escolares que, do contrário, ficariam ausentes da apuração, embora estivessem

funcionando, o que permitiu que o volume de ensino fôsse remetido ao SEEC em agôsto de 1 964.

Na apuração de dados para a organização do volume posterior, ou seja, relativo a 1963, estão havendo grandes dificuldades, em vista de não ter o Departamento recebido as informações relativas a grande número de escolas e grupos escolares, localizados nas sedes municipais.

Além dêsse trabalho, foram apuradas as estatísticas de Ensino Extra-primário, no ano de 1 962.

Esta Secção prestou 20 informações a pessoas e entidades interessadas, que procuraram o Departamento.

5. SECÇÃO DE ESTATÍSTICA MILITAR — Esta Secção tem a seu cargo os trabalhos concernentes ao preparo das estatísticas para as Fôrças Armadas, todos elaborados e impressos pelo IBGE e distribuidos pela Inspetoria Regional de Estatística do Estado.

Desenvolve as suas atividades no Serviço de Campanha Estatística, Registro Industrial, Transmissão de Imóveis, Hipotecas e Finanças Municipais.

As Campanhas abrangem diversos formulários sôbre vários assuntos, através de 50 fôlhas denominadas Caderno "A", sendo êste com fins cadastrais e 60 questionários referentes a inquéritos diversos.

Os dados de Transmissão de Imóveis são fornecidos ao Departamento pelos Cartórios de Registros de Imóveis, e através de relatórios e são enviados ao Serviço de Estatística do Ministério da Fazenda.

FINANÇAS — Para fins estatísticos compete o conhecimento de todos os assuntos ligados às finanças do município, coletando ainda elementos referentes às arrecadações estadual e federal.

A Secção prestou 80 informações sôbre diversos assuntos.

ORÇAMENTO — Foram as seguintes, as dotações orçamentárias atribuídas ao Departamento Estadual de Estatística, em 1 964 :

a) Pessoal Fixo	15.509.720	
b) Material Permanente . . .	920.000	
c) Material de Consumo e Transformação	500.000	
d) Despesas Diversas	260.000	17.189.720

DIVULGAÇÃO — Foram feitas, em 1 964, as seguintes publicações : Táboas Itinerárias do Estado, Registro Industrial, Cadastro de Farmacêuticos, Composição do Estado, Municípios e sua distribuição pelas Zonas Fisiográficas, Municípios Extintos pela Lei n.º 41, Divisão Municipal.

PESSOAL — Atualmente o Departamento se ressente de pessoal qualificado necessário à atualização de seus serviços. O quadro é constituido de 40 funcionários, o suficiente para suprir suas necessidades. No entanto, encontra-se reduzido a 19 serventuários, ocasionando essa redução, licenças e disposições para outras repartições, agravando-se mais essa situação pelo fato dos citados servidores não terem substitutos.

Ressente-se o Departamento da falta de um técnico em seu quadro de pessoal. A contratação de técnicos é grandemente necessária ao funcionamento normal do Departamento.

CARTOGRAFIA — Sem a ajuda de um engenheiro ou cartógrafo que execute os trabalhos de cartografia e atualize, dêsse modo, o acêrvo de mapas que possuimos, a Cartografia do DEE continua prestando serviços a quantos solicitam seus favores.

Por êste setor, foi confeccionado o mapa do Estado do Amazonas com 44 municípios, localização de dois bairros na planta da Cidade de Manaus. Produziu 108 cópias heliográficas das plantas da cidade, do Estado do Amazonas, do Município de Manaus, Waupés e Coarí. Organizou diversos gráficos sôbre assuntos vários, além da abertura de letreiros em pastas e fichários.

TRANSPORTAMAZON — Nesse setor que diz tão de perto ao interêsse da população de Manaus, o Govêrno adotou medidas moralizadoras, visando não sòmente a restabelecer o crédito da emprêsa e aumentar, na medida do possível, a sua frota de ônibus em tráfego. Foram recuperados alguns veículos, fisca-

lizadas as suas rendas. Cuidamos de melhorar a situação salarial aos servidores da Transportamazon, a grande maioria dos quais vinha percebendo metade do salário-mínimo. Assim, os funcionários do escritório foram aumentados primeiramente em trinta por cento sôbre o salário de junho de 1 964, e a partir de janeiro dêste ano ficou previsto o novo aumento de sessenta por cento, a fim de ajustar os vencimentos dêsses burocratas aos dos demais funcionários do Estado. Eliminou-se a espoliação de que eram vítimas as trocadoras da Transportamazon, que recebiam apenas Cr$ 15.000 mensais e passaram a receber Cr$ 34.000, os motoristas, que percebiam Cr$ 35.000, foram aumentados para Cr$ 51.000, o que equivale a um reajustamento de 50%. O pessoal de manutenção, lotado na oficina mecânica, também não foi esquecido e em consequência aumentou a sua produtividade de trabalho. A Transportamazon pagou empréstimos contraídos pela administração anterior junto à Secretaria de Finanças, no valor de Cr$ 105.060; móveis e utensílios no valor de Cr$ 114.200 e ferramentas para a oficina no valor de . . . Cr$ 160.800. Em 31 de dezembro do ano passado a emprêsa recolheu ao DAPS a importância de Cr$ 232.832. descontada das fôlhas de pagamento dos seus empregados. A credores por fornecimentos pagou Cr$ 5.413.762, no ano já citado. Tão grave, entretanto, era a situação financeira da Transportamazon que de administrações passadas ainda deve Cr$ 11.000.000, que nos esforçamos para pagar.

OLARIA — As quatro mil unidades diárias que produzia foram elevadas para sete mil e deverão subir ainda para dez mil. Procedeu-se para isso, a recuperação dos fôrnos dessa Olaria. Com a elevação da produção, objetivamos alcançar a elevação do consumo e para isso reduzimos o preço de venda dos produtos, em média de Cr$ 7.000 por milheiro. A receita da Olaria, concernente apenas à nossa gestão, foi de Cr$ 39.415.307 para uma despesa de Cr$ 35.467.112, na qual foi incluida aquela recuperação de que falamos. O exercício de 1 964, por conseguinte, foi encerrado com um saldo disponível de Cr$ 3.948.194.

BANCO DO ESTADO DO AMAZONAS S/A.

A instituição bancária, de que o Estado é o grande acionista, tem sido o executor da política financeira do Govêrno. Todavia, semelhante política, nos primeiros três (3) meses do ano de 64, havia se desviado do caminho norteador de sua função bancária. A assistência à produção regional fôra esquecida; o crédito à indústria e ao comércio restringira-se a um limite que anulava o papel do BEASA como elemento dinamizador da economia estadual.

Evidenciadora da situação reinante é a comparação infra-relacionada :

1. Volume de aplicação em 30/ 6/63 .. Cr$ 922.000.000
2. Volume de aplicação em 31/12/64 .. " 4.588.000.000

Detalhando as aplicações efetuadas pela nova Diretoria do Banco do Estado do Amazonas S/A., torna-se evidente a transmudação da política financeira adotada, que espelha a orientação saneadora, posta em prática no último semestre de 64, conforme se expressa abaixo :

	Valor (em milhões de Cr$)	%
— Governos municipais	17	0,4
— Pecuária	43	1,0
— Particulares	183	4,0
— Lavoura	236	5,1
— Indústria	1.668	36,3
— Produção e comércio	2.441	53,2
	4.588	100,0

Um simples cotejo do comportamento da política creditícia do BEASA, entre o primeiro e segundo semestre de 1 964, deixa

transparecer, de imediato, que realmente está impressa uma nova orientação desde os últimos seis (6) meses do ano pretérito, dada por instruções nossas, pela direção do estabelecimento bancário oficial do Estado, constituída depois que assumimos o Govêrno.

Pertinente torna-se, neste passo, transcrever trechos do relatório da Diretoria relativo ao exercício recém vencido.

"O aumento das aplicações permitiu a adoção de critérios de seletividade de crédito, de acôrdo com os princípios que norteiam a política econômico-financeira do país. Dessa forma foram incrementados os financiamentos destinados ao desenvolvimento industrial e ao incentivo à lavoura e à pecuária. O atendimento à comercialização das safras regionais, fonte principal da riqueza do Estado, mereceu o maior amparo por parte do Banco, conforme demonstram os números acima referidos.

Como providência preliminar ao funcionamento da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, realizamos 28 empréstimos à pequena indústria, totalizando Cr$ 118.206.000. Os contratos cobriram os mais diversos setores da área industrial e objetivaram paralelamente à criação de uma infra-estrutura industrial, testar a capacidade empresarial dos beneficiários e estimar as reais possibilidades do mercado consumidor para suas manufaturas. O resultado desta fase experimental possibilitará ao nosso Banco orientar suas aplicações futuras, principalmente em relação às possibilidades industriais previstas no Plano Bienal do Govêrno do Estado.

A despeito da exiguidade de recursos em relação às necessidades do setor, procuramos participar do financiamento direto aos produtores de juta, dentro de um plano que vinculará definitivamente o Banco do Estado à produção, exportação e industrialização desta fibra que, dia a dia, se impõe como fonte principal da riqueza regional, com as mais promissoras possibilidades de desenvolvimento.

As emprêsas exportadoras foram assistidas pelo Banco, mediante financiamento a curto prazo, inclusive para o pagamento de impostos; as duplicatas representativas das exportações foram operadas em caráter prioritário. Também as impor-

tadoras de mercadorias essenciais contaram com amplas facilidades, evitando-se, com esta providência, maiores dificuldades no abastecimento da capital e do interior".

A fim de que o Banco do Estado do Amazonas S/A. pudesse, de forma objetiva e eficiente, colimar suas metas, foi necessária a elevação de seu capital de Cr$ 150.000.000 para a quantia de Cr$ 500.000.000, cuja integralização processou-se de conformidade com o esquema abaixo discriminado.

	Cr$	Cr$
— Reavaliação do ativo imobilizado	85.074.703	
Incorporações de reservas já tributadas	64.925.297	150.000.000
— Subscrição em dinheiro :		
Govêrno do Estado (integralizada no ato da subscrição)	102.000.000	
SPVEA (a integralizar)	49.500.000	
Particulares	48.500.000	200.000.000
Total do aumento		350.000.000

Mediante o referido aumento de capital, o BEASA pôde entregar aos seus acionistas uma nova ação correspondente a cada uma já possuida, sem qualquer ônus para o seu proprietário. Ainda mais procurando, tornar atrativas as inversões de capitais e o emprêgo da poupança de seus clientes e depositários, tomou a si a tarefa de através de sua Diretoria, propôr à Assembléia Geral o pagamento do dividendo de 20% ao ano aos acionistas.

Semelhantes medidas, coadjuvadas por outras que visam criar um ambiente salutar de trabalho para seus funcionários e elevar o seu nível profissional, tiveram o pronto apôio do Govêrno ao Estado, não só manifestado por palavras de incentivo à orientação esposada, bem como, mediante o pronto atendimento da subscrição do novo aumento de capital do BEASA, no montante de Cr$ 102.000.000, integralizada, em moeda corrente, no ato de sua subscrição. Esta atitude visou transparecer para o público a integral anuência e irrestrita confiança do Govêrno nas

diretrizes escolhidas pela atual Diretoria do Banco do Estado do Amazonas S/A.

A conjugação das providências adotadas pela direção do BEASA e a ilimitada liberdade de ação concedida pelo Govêrno à Diretoria e por esta aos gerentes da Matriz e filiais, redundou num espontâneo apôio do público que acorreu às agências do BEASA, no firme propósito de realizar depósitos e transacionar os seus papéis fiduciários, numa demonstração inconteste do consenso da coletividade à política financeira inaugurada.

Restituida a confiança indispensável para a manutenção de suas atividades bancárias, voltou-se, então, o Banco do Estado para o amparo creditício das atividades econômicas praticadas no Estado. Destarte, foram concedidos créditos aos municípios, à pecuária, a particulares, à lavoura, à indústria, à produção e ao comércio. Nesse escôpo, o Banco do Estado transformou-se num instrumento interventor da conjuntura estadual. Passou a influenciar, profundamente, os ciclos de negócios do Estado e afetou, sensìvelmente, a atividade produtiva dos bens agrícolas de maior expressão nas relações de trocas entre o Amazonas e o resto do mundo. Em tal situação alinha-se a juta como principal produto regional, merecedor dos financiamentos propiciados pelo BEASA.

Reconhecendo a importância que deverá se revestir o biênio de 1 965-66, o Banco do Estado apresta-se para dotar-se de pessoal e de estrutura adequados ao cometimento, que já foi destinado como instrumento fundamental no processo deflagador do desenvolvimento econômico, esboçado na programação inserta no "Plano Bienal do Govêrno".

O Banco do Estado do Amazonas S/A, não mais se situa, portanto, como uma simples instituição bancária das que se generalizaram no mundo dos negócios. Pelo contrário. A sua ação, o seu comportamento, a sua política, os seus incentivos, a sua presença e a sua intervenção no domínio da economia do Amazonas, transformaram-no num instrumento ativo, capaz de assegurar nova economia e lançar a comunidade no ímpeto para a prosperidade econômica.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

A conquista da terra firme no Amazonas, como de resto na Amazônia, será uma realidade quando uma rêde de rodovias permitir a permanência do homem no interior da floresta. Exemplos típicos dessa façanha podemos encontrar nas estradas ligando Belém a Brasília, Rio Branco a Brasília e Belém a Bragança. No Amazonas, as rodovias deverão, por isso mesmo, num futuro bem próximo, desempenhar função importante, proporcionando uma nova mobilidade social, que propiciará a criação de novas fronteiras humanas e econômicas.

Efeito benéfico já é sentido em relação à Estrada AM-1, ligando Manaus a Itacoatiara. Efetivamente, esta rodovia, abrindo uma clareira de 286 quilômetros no médio Amazonas, vem de possibilitar o aparecimento de novas colônias, produtoras aos mais variados artigos para o consumo da população radicada no centro mais populoso do Estado que é Manaus. Ademais, tais colônias transmudar-se-ão em breve em comunidades afeiçoadas às suas atividades básicas, originando novos núcleos urbanos, maiores fontes de rendas, novos centros atrativos de correntes migratórias, portadoras de uma tradição de cultura, rica em técnicas, necessárias às mudanças que pensamos operar.

A Estrada AM-3, ligando Manacapuru à Colônia Cacau-Pirêra já possibilitou a criação da Colônia do Ariaú, constituída por elementos de origem nipônica que estão realizando interessantes experiências no campo da agricultura.

A Estrada de Puraquequara, ramal da AM-1, deverá também influenciar, profundamente, as atividades agrícolas-piscosas de uma região, constituida de lagos e várzeas promissoras.

Entretanto, a conquista e continuidade destas frentes, que se abrem na economia e sociedade do Amazonas, só serão efetivadas se o Departamento de Estradas de Rodagem do

Amazonas cumprir as tarefas, que a exigência da economia do Estado está a impor. O relatório do Diretor Geral do DER-Am, pertinente ao exercício de 1964, deixa entrever que as tarefas pré-faladas não foram alcançadas. Desde 1 963, que o Departamento de Estradas de Rodagem do Amazonas nada realiza. Naquele exercício, gastou-se a soma de cêrca de TRÊS BILHÕES DE CRUZEIROS, em contrapartida da construção de algumas valetas, nos bairros residenciais de Manaus.

Em 1964, a situação não havia se modificado até o mês de março. Todavia, a Revolução de 31 do citado mês, colheu os dirigentes do referido Departamento despreparados para qualquer justificativa de sua incapacidade para realizar. A onda de moralização, que varreu o Estado, centrou-se de modo contundente, no DER-Am. Nos levantamentos da situação, que reinava nesse setor administrativo da pública administração, constataram-se deslizes, prevaricações, incontingência administrativa e uma série de atos de corrupção, que estarreceu a opinião pública do Amazonas e do Brasil.

O desejo de recompor os quadros de lisura administrativa no DER-Am, forçaram a paralização de suas atividades no ano de 1 964. Apenas algumas obras de limpeza, conservação e programação de estradas foram realizadas, no citado período. Não poderia o Govêrno do Estado transigir, mesmo em nome da continuidade de obras essenciais, com os ilícitos administrativos, que se perpetraram nesse setor da administração do Estado e era preciso apurar com rigor.

Encerrada a fase de reposição do DER-Am. em suas linhas de dignidade, prepara-se-lhe plano para reencetar atividades, inclusive com pessoal especializado, contratado no Sul do País, em razão de seus quadros terem sofrido um corte expressivo, na parte técnico-profissional.

Para que se possa delinear as duas épocas da vida administrativa do Estado, passamos a enumerar a situação atual das estradas construídas pelo DER-Am, até o presente momento, conforme discriminação infra :

1) As vias de acesso às rodovias e logradouros públicos de Manaus estão totalmente construídas e pavimentadas, exceto

a novo acesso ao Aeroporto de Ponta Pelada e o Pôrto de ligação com a estrada AM-3, Manacapuru-Cacau Pirêra.

2) **RODOVIAS**

Am-1 MANAUS-ITACOATIARA

Extensão total	286	kms.
Estudada e Projetada	229	kms.
Construida	205	kms.
Pavimentada	74	kms.

A construir : Três pontes, sendo duas sôbre o Rio Urubu e uma sôbre o Rio Prêto.

3) AM-3 MANACAPURU-CACAU PIRERA

Extensão total	87,6	kms.
Construida	26	kms.

AM-4 LÁBREA-HUMAITÁ

Extensão total	216,6	kms.
Construida	50,5	kms.

PURAQUEQUARA (RAMAL DA AM-1)

Extensão total	45	kms.
Construida	4	kms.

AM-19 PARAUARI-ABACAXIS

Extensão total	42	kms.
Estudada	42	kms.

AM-13 MANAUS-TARUMÃ-PONTA NEGRA

Extensão total	14,5	kms.
Construida	4,8	kms.

MANAUS-PONTA NEGRA

Extensão total	10	kms.
Construida	10	kms.
Pavimentada	2	kms.
Imprimida	8	kms.

SÃO RAIMUNDO-PONTA NEGRA

Extensão total	4	kms.
Construida	3	kms.

O passo seguinte no Departamento será no exercício de 1 965, conforme o constante do Plano Bienal, que funcionará como orientador básico de tôdas as atividades do Govêrno, no biênio de 1965/1966.

AM-1 MANAUS ITACOATIARA

Projeto	57	kms.	(conclusão)
Construção	81	kms.	(conclusão)
Pavimentação	17	kms.	(restauração do revestimento)
Conservação	205	kms.	
Pavimentação	18	kms.	
Obras de Artes : Construção de ponte sôbre o Rio Prêto	50	ms.	

AM-3 MACAPURU-CACAU PIRERA

Construção	6	kms.
Conservação	26	kms.

AM-4 HUMAITÁ-LÁBREA

Construção	150	kms.	(conclusão)

Estudos para determinação do tipo de pavimentação . . . . . 166 kms.
Conservação . . . . . 50 kms.
Obras de Arte Especiais — Ponte sôbre o rio Ipixuna . . . . . 80 ms.

AM-11 RAMAL DA AM-1 À PURAQUEQUARA

Construção . . . . . 34 kms. (1.ª abertura)

AM-13 MANAUS-TARUMÃ-PONTA NEGRA

Construção . . . . . 340 kms.

AM-16 MANAUS-WAUPÉS-FORTALEZA

Estudos e Projetos . . . . . 70 kms.

AM-18 TEFÉ-JURUÁ

Estudos e Projetos . . . . . 160 kms.
Construção . . . . . 4,5 kms.

Alcançados êstes objetivos, a economia do Estado do Amazonas terá recebido suportes apreciáveis, capazes de propiciar-lhe o seu desenvolvimento em bases seguras e definitivas.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

O Tribunal de Contas do Estado, órgão judicante com a destinação específica de fiscalizar o emprêgo dos dinheiros públicos, assediado também, por interêsses políticos, não cumpria na sua plenitude as obrigações que são do seu objetivo. Inquéritos da Comissão Estadual de Investigações, concluiram pela culpabilidade de Juizes, por falta de exação no cumprimento do dever funcional. Em consequência, coube-lhes punição de ccôrdo com o Ato Institucional.

Acomodado, pràticamente, às contingências dos interêsses político-partidários que avassalavam o Estado e a Administração, o Tribunal de Contas não preenchia a sua destinação, que é, conforme manda a lei, realizar a fiscalização dos recursos orçamentários e extra-orçamentários do Estado, colaborando dessa maneira com a ação também fiscalizadora do Poder Legislativo.

Em decorrência das vagas que se abriram nesse órgão, os seus quadros foram renovados, tendo tido o Govêrno o cuidado de preencher aquelas lacunas com a nomeação de Juizes capazes de desempenhar com dignidade as suas funções. Fomos, por isso, buscar nomes íntegros.

Mantemos, em consequência, com o Tribunal de Contas do Estado as melhores relações, a êle submetendo a apreciação de tôdas as prestações de contas, em obediência a dispositivo legal de que não nos pretendemos afastar. Essas relações, amistosas é verdade, não têm, de modo algum, influências subalternas, pois tanto êste Poder Executivo como aquêle Tribunal de Contas não fogem às suas responsabilidades, antes, têm, ambos, a consciência do cumprimento de seus deveres e obrigações.

Ressalto, para Vossas Excelências, neste particular, que nós mesmos, membros da Administração, não nos afastamos do

propósito de seguir rigorosamente as prescrições legais sôbre a aplicação dos dinheiros públicos, tanto os destinados ao pagamento de pessoal como, principalmente, os destinados a compras de materiais, êstes submetidos ao regime de Coletas de Preços ou de Concorrências Pública e Administrativa. Dessa maneira, antes que pudéssemos desejar um órgão fiscalizador submisso aos nossos interêsses, queremo-lo atuante, rigoroso mesmo, para julgar as contas do Govêrno e proclamá-las corretas.

IV

PLANO BIENAL

Em fase de elaboração por uma equipe de economistas da Guanabara e através da Comissão de Desenvolvimento Econômico (CODEAMA), o Plano Bienal para o período 1 965/1 966 está em vias de ser concluido, inaugurando novo sistema de ação estadual.

A programação, que se objetiva através do Plano Bienal, tem por fim implantar um novo estilo de Govêrno, que no Amazonas apresenta-se como uma experiência sem precedentes na sua história político-administrativa. As implicações do Plano Bienal em tôdas as esferas da coletividade amazonense, sòmente poderão ser sopesadas no decorrer do seu processo de implantação, ou mesmo, no final do período a que êle se propõe colimar.

De imediato, ressaltam-nos as deficiências de inúmeros caracteres, que irão obstaculizar o processamento do plano em perspectiva. Entre estas, afloram à guisa de estrangulamento, a ausência de uma estrutura administrativa em adequação com os propósitos esposados pela programação em esbôço. Aduzimos, ainda, a precariedade de um sistema bancário que possa agir como suporte financeiro para as metas inseridas no seio das projeções programáticas. Aliam-se, ainda, a ausência de uma mentalidade capitalista, que propicie a constituição de uma poupança destinada a projetos que visem a substituir as importações onerosas na nossa balança comercial.

Êsses percalços serão os primeiros obstáculos a ser removidos pelo movimento progressista, que o Plano Bienal visa inculcar na mentalidade da comunidade amazonense. Num bosquejo em delineamento, passamos a indicar as linhas mestras que irão estruturar o Plano de Govêrno para o período de 1 965/1 966.

ELEMENTOS PARA PROGRAMAÇÃO

1 . 1 — **Postulados básicos**

A economia estadual — tendências e perspectivas

Ordenação de objetivos selecionados
Mobilização de recursos locais e externos
Projeções viáveis para o desenvolvimento.

1.2 — **Instrumentos de ação**

Estrutura institucional da área
Limitação da capacidade tributária estadual
Esfôrço conjunto de mobilização de recursos
Orientação e apoio a investimentos.

1.3 — **Contribuição externa**

Política federal vigente
Atuação SPVEA e BCA
Bancos oficiais BNDE e BB
A máquina ministerial ausente.

1.4 — **Promoção ao setor privado**

Facilidades fiscais e estímulos
Reformulação da Zona Franca de Manaus
Fixação de iniciativas vinculadas ao abastecimento
As atividades de exportação — grandes projetos

1.5 — **Restrições da infra-estrutura**

Gravidade do sistema transporte
Aproveitamento da energia elétrica disponível
Limitações de mão de obra habilitada
Instabilidade da atividade extrativa
Recursos escassos para reconhecimento de potencialidades econômicas.

OBJETIVOS DO PLANO BIENAL 1965/66.

2.1. — **Alcance das diretrizes**

Seu significado como programa
Consistência de objetivos
Balanço de custos e recursos
Atualização e revisão sistemática.

2.2 — **Grandes objetivos**

Estabilização da economia local
Garantia de multiplicação de emprêgo
Alargar a linha de povoamento efetivo

Integração do desenvolvimento nacional
Assegurar base para novos empreendimentos
Corrigir distorsões e estrangulamentos
Dar maior eficiência e racionalidade a ação do poder público federal e estadual
Ponderar projetos audaciosos na perspectiva de recursos extraordinários.

2.3 — **Indicações setoriais**

Investimentos infra-estruturais
Transporte, energia, armazenagens, apoio à industrialização, pesquisas e experimentação fomento agrícola
Investimentos assistenciais
Saúde, educação e habitação
Investimentos pioneiros
Fronteira, projetos a longo prazo.

2.4 — **Programação econômica estadual**

Nova sistemática orcamentária em função de programas
Adequação de recursos e custos
Aperfeiçoamento de orçamento-programa à mobilização externa de recursos
Responsabilidades ampliadas da CODEAMA
Ação específica do Banco do Estado.

BALANÇO DE RECURSOS A MOBILIZAR

3.1 — **Objetivos com base estadual**

Relacionamento de propósitos
Investimentos previstos
Cronogramas e resultados.

3.2 — **Programa com apôio federal**

Perspectivas de recursos
Incertezas de vinculações
Alternativas consideradas como programa, desdobradas segundo propósitos
Financiamento de Bancos oficiais.

3.3 — **Programa com apôio externo**

Aliança para o progresso
Empréstimos externos
Assistência técnica e cooperação
Relacionamento de propósitos prioritários.

3.4 — **Orientação no setor privado**

Investimentos privados locais
Idem, contribuição externa
Idem, nacional e estrangeira
Utilização das facilidades federais e estaduais à industrialização.

REFORMULAÇÃO DA POLÍTICA FEDERAL NA ÁREA AMAZÔNICA, COM VISTAS AO PLANO.

4.1 — **Novas responsabilidades aos órgãos regionais da Amazônia**

Atividades do BCA
Reformulação da SPVEA.

4.2 — **Ausência ministerial na área**

Exemplo do Amazonas
Situação dos serviços existentes.

4.3 — **Implicações da política econômica federal**

Tributação
Preços e fretes
Comércio externo
Crédito, etc.

ZONA FRANCA DE MANAUS

5.1 — Reformulação dos Planos atuais
5.2 — Implantação imediata do Distrito Industrial
5.3 — Investimentos para o biênio 1 965/66
5.4 — Programa de longo prazo e respectivos financiamentos.

BALANÇO FINAL DO PLANO — Resumo e confronto dos propósitos alinhados, segundo arrolamento setorial e valores estimados para 1 964 e 1 965.

O Plano visa, portanto, à implantação de um planejamento estadual coerente, face aos recursos e às limitações da admi-

nistração local. Parte do suposto de que o esfôrço de mobilizar novas contribuições para a economia estadual tem caráter prioritário e constitui meio eficaz de garantir êxito a qualquer ação programática estadual.

Sem ferir a ordenação de tarefas das Secretarias e Entidades autônomas da administração estadual, exige o Plano a reformulação dos métodos tradicionais de elaboração, execução, revisão e contrôle dos recursos públicos vinculados ao planejamento estadual. O sistema será aperfeiçoado dentro dos programas de revisão administrativa, porém, desde já, um mínimo de coordenação é possível encontrar, fixando a programação periódica, como rotina do Plano.

A nova rotina significará a articulação do Plano, da indispensável coordenação de esforços a mobilizar recursos extra-orçamento estadual e terá em conta também a atualização e a consistência dos objetivos programados face a recursos efetivamente disponíveis.

Revela a experiência de outros Estados que o planejamento administrativo só logra êxito através da sistematização do processo orçamentário, fora do rígido e acanhado rateio das verbas. O contrôle contábil nenhum valor apresenta. O indispensável é reconhecer a programação como sistema permanente de atualização do eventual Plano pré-fixado como objetivo a ser atendido.

O capítulo de promoção econômica, isto é, estímulo e orientação da iniciativa privada caberá destaque a importância de coordenar eficientemente os investimentos locais e externos. A organização de um "Distrito Industrial", na base de emprêsa encarregada de gerir os problemas de loteamentos, promoção direta à emprêsa, apôio infra-estrutural, exige providências paralelas. Com igual identificação aos objetivos acrescentar-se-á a organização como emprêsa de entidade para a colonização agrícola, vinculada a áreas preferenciais, oferecidas a particulares e capazes de amenizar problemas de abastecimento local.

Finalmente, reunirá o Plano, após indicação geral de objetivos, indicações a ponderar na formulação da política econômica federal, pertinente à Amazônia em seu todo. A reformu-

lação dessa política complementará e dará nova grandeza ao desenvolvimento esboçado no nível do planejamento estadual. Não se reportam tais observações a critérios de rateio de recursos, mas sim à política de preços, à política tributária, às relações de preços no comércio exterior, à política financeira, e assim por diante. Tais reformulações terão o alcance e a elevação de abreviar o processo de integração e de efetiva ocupação da economia regional nas vantagens do desenvolvimento nacional.

A economia primária e incipiente do Estado do Amazonas só poderia encontrar diretriz de desenvolvimento acelerado desde que o máximo de eficiência e racionalidade viesse a ser concedido aos recursos dedicados à região.

Condições peculiares do meio encarecem os investimentos locais, cerceam as perspectivas de uma expansão regional, no que tange ao suprimento de recursos técnicos e financeiros, e à possibilidade do mercado de exportação.

Em todo o quadro desfavorável para a economia amazonense, ocorre a ausência de um real diagnóstico de potencialidade, de modo geral insuficientemente estudado e sem pesquisas de profundidade.

O reconhecimento dos recursos naturais e sua dimensão econômica, para traçar o respectivo aproveitamento, é um investimento oneroso, de pré-pesquisa arriscado e que sòmente o setor público poderá estimular.

O quadro da infra-estrutura de transporte para o escoamento da produção local e a ineficiência da oferta de energia elétrica, encarecida pelo custo têrmo-elétrico das suas usinas, prejudica e limita mais ainda as possibilidades de desenvolvimento da economia local, e fica sempre a depender de um grande investimento inicial para a sua transformação violenta. Nesse horizonte de grandes transformações, é lícito conceber projetos, parcialmente executados com arrôjo e persistência e de caráter eminentemente pioneiro, e como tal justificado seu custo social.

Retirada a perspectiva de prazo mais longo para a qual sòmente se pode traçar grandes linhas, pois é evidente a ausência

de suficientes recursos para sua execução, — ter-se-ia a perspectiva à prazo mais próximo. Nesse caso verifica-se a importância de desenvolvimento estadual voltado à garantia de um mínimo de estabilidade às comunidades radicadas na área, poupando-lhes o desajuste de uma oscilante atividade extrativa e de condições precárias de subsistência. Um programa assim concebido é modesto em suas linhas, porém exigiria racionalização maior que a que se observa até agora para o investimento e apôio do poder público. Tal racionalidade é o que se pretende perseguir com o PLANO BIENAL, a ser estabelecido para a administração estadual no exercício de 1 965 e 1 966.

Ao contrário da comodidade de fixação de metas e diretrizes, em têrmos de objetivos fìsicamente definidos, pleitea-se, com o PLANO BIENAL, mais, a implantação de um sistema de planejamento, suficientemente flexível, capaz de se amoldar as contingências permanentes de recursos externos instáveis e de programas setoriais, frequentemente ajustáveis em função de meios e recursos técnicos mobilizáveis.

Como primeira aproximação, estabelecem-se planos setoriais, registrados como objetivos iniciais. Trata-se de um ponto de partida, ao qual o sistema de planejamento estadual, a ser implantado com o PLANO BIENAL, dará a medida correta de sua grandeza e viabilidade no tempo. Novos cronogramas e novas dimensões podem ser oferecidas a cada um dos programas setoriais, tendo em conta a perspectiva do recurso mobilizado em cada caso. E' por tal razão que se dá no Plano Bienal muito mais importância ao sistema de planejamento, pròpriamente dito, que aos objetivos quantitativos mensurados.

V

A PRESENÇA DA UNIÃO

V

A PRESENÇA DA UNIÃO

O SISTEMA federativo, dentro do qual se vem processando a vida política e mantendo a unidade nacional, mesmo com as distorções que o marcam e estão a exigir a reformulação de seu conceito para ajustá-lo a uma realidade palpável, que muitos teimam em ignorar, agarrados, que se mantêm, a uma inteligência quase gramatical do têrmo, assegura à União participação efetiva nos destinos e no desenvolvimento dos Estados. Nessa ordem de idéias, de princípios e de vínculos, a coexistência harmônica entre ela e as unidades que integram a federação realiza-se sem interrupção, permitindo até que aquela se vá fortificando, estranhamente, e participando mais profundamente da própria vida material dos Estados.

Além dos encargos que a organização politico-administrativa do país lhe atribuíu, a União, por cessão dos Estados ou por conveniência da continuidade menos áspera da nação, interfere, facilitando, coordenando, investindo, cooperando de modo a tornar certas áreas políticas e suas populações mais dinamizadas na sua ascenção, como é o caso do Nordeste e deve ser o da Amazônia. No Amazonas, essa presença pode ser constatada pela existência de órgãos do poder federal, concessão de recursos financeiros, convênios para a execução de programas de desenvolvimento, e, por fim a manutenção, que é dispositivo constitucional, da soberania nacional, através das Fôrças Armadas, que asseguram e completam o esfôrço de segurança dessa mesma soberania pelos vários grupos sociais que se dispersam pela hinterlândia e pelas faixas de fronteira.

A ATIVIDADE dos órgãos de estrutura administrativa federal, e êles não são poucos, nem sempre, porém, pode ser proclamada como uma atividade de bom rendimento. Quase sempre desaparelhados, no equipamento e no pessoal especializado, o que produzem representa muito menos do que desejam

e poderiam produzir. Alguns perderam o ímpeto que tanto os distinguia, deixando, assim, de dar a contribuição efetiva de realizar-se. E' o caso do "SESP", que, desprovido das equipes que o haviam credenciado em passado não distante, burocratizou-se. Seus hospitais e postos, exceção o de Itacoatiara, não têm a movimentá-lo os médicos ou mesmo os enfermeiros. Os serviços de água, que montou em cooperação com os governos municipais, não foram mais instalados.

DA "SPVEA" podemos dizer que deve ao Estado a importância de Cr$ 7.226.539.000 ! Desejo que me permitam assinalar que pelo quadro, que ela própria nos forneceu, das dotações consignadas ao Amazonas e pagas, verifica-se que apenas no período em que exercí a Superintendência, o Estado recebeu a quase totalidade das dotações consignadas no Orçamento, aprovado pelo Congresso Nacional. Em 1954, para Cr$ . . . . . 121.080.000 pagaram-se ao Amazonas Cr$ 120.468.320; em 1 955, para Cr$ 138.115.000 pagaram-se Cr$ 135.595.224 !

No tocante ao ano de 1 964, as dotações que nos foram atribuidas somaram Cr$ 3.715.669.000, tendo sido pagos apenas Cr$ 806.000 ! Convém registrar, é certo, que o Amazonas, por suas Secretarias, deixou de apresentar comprovantes da aplicação das dotações que recebeu, entre 1 956 e 1 963, o que, de certo modo, tem criado dificuldades no recebimento das quotas, uma vez que é rígida a legislação que rege a matéria.

A LEGIÃO Brasileira de Assistência, seção do Amazonas, estava reduzida a um órgão de promoção política da situação que findou em abril passado, desviada de suas finalidades. O edifício, em que tem sede, apresentava péssimas condições de conservação. Sua nova direção procura restaurá-la na dignidade de sua ação em benefício dos que a lei manda atender.

E' de registrar-se a resistência que vinha oferecendo àquele estado de coisas, liberto da interferência partidária, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, órgão criado e assistido pelo Conselho Nacional de Pesquisas para o fim específico de proceder ao inventário da realidade amazônica. Apesar de tôdas as dificuldades que tem enfrentado desde sua instalação,

único órgão da área federal que tem sua sede em Manaus, o que precisa ser devidamente assinalado, se vem desincumbindo de suas tarefas com a segurança e a eficiência que lhe permitem apresentar um acêrvo de serviços da mais alta valia, seja pela ação direta de campo, seja pela divulgação do que já foi apurado e serve a uma identificação exata do que a Amazônia é realmente.

NÃO PODE passar sem um registro especial o problema que foi criado com a suspensão dos vôos dos "Catalinas" da Panair, os quais serviam ao interior do Estado, transportando mercadorias e passageiros, servindo dêsse modo às populações localizadas em sedes dos municípios onde não há ainda o campo de pouso terrestre. Proclamado o estado de calamidade pública decorrente da providência drástica do Poder Federal, procuramos, junto às autoridades competentes, ter contacto permanente com servidores da Companhia, inclusive alguns diretores e altos funcionários que estavam fora do sistema de erros e práticas nocivas que levaram a Panair à situação de insolvência por todos conhecida, procuramos a solução que sirva aos interêsses do Estado. De pronto, a FAB foi posta a funcionar na substituição das linhas servidas pelos "Catalinas", o que, evidentemente, não é o satisfatório, bem sabemos, mas servirá como solução imediata. Examinam-se, agora, soluções que incluem a agrupação das Companhias de navegação aérea, e uma composição para a linha amazônica. O assunto, inteiramente na órbita da União, está em vias de solução. Tenho estado atento a êle, em permanente contacto com as autoridades do Ministério da Aeronáutica.

POR FIM, cabe uma referência ao problema das fronteiras com as Repúblicas vizinhas. Sôbre o assunto já me dirigi às autoridades federais, propondo-lhes o problema da necessidade de assegurar-se, às populações lindeiras, uma condição nova de vida para que não se desnacionalizem, antes se sintam orgulhosas do seu "status" de brasileiras. O trabalho das fôrças federais, neste particular, é eficiente e permanente. Projetamos enfrentar a situação, participando de um plano comum de valorização daquelas áreas.

NOSSAS relações com a União processam-se, convém frisar, em têrmos de entendimentos. Tanto Sua Excelência o Senhor Presidente HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO, como os senhores Ministros de Estado, vêm atendendo aos pleitos do Amazonas, com a maior solicitude, em nenhum momento se havendo criado qualquer estado de espírito que reflita incompreensão às nossas dificuldades e à nossa problemática, o que importa em compreender que o Amazonas não é, como se tem pretendido, para a exploração político-partidária inconsciente, a unidade que a União esquece ou que despreza. Ao contrário, a conduta dos responsáveis pela fortificação dos laços da unidade nacional, vem sendo de maneira a justificar a confiança em que somos realmente partes integrantes e bem aceitas da comunhão nacional.

PALÁCIO RIO NEGRO, em Manaus, 15 de março de 1965.

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS
Governador do Estado

COMPOSTO E IMPRESSO NAS OFICINAS GRÁFICAS
DA EDITÔRA SERGIO CARDOSO
NA RUA JOAQUIM SARMENTO, 78
MANAUS — 1965

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.

ACERVOS DIGITAIS

https://beacons.ai/cdmam_sec

FALE CONOSCO

(92) 3090-6804
cdmam@cultura.am.gov.br
acervodigitalsec@gmail.com

Secretaria de Cultura e Economia Criativa

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - CDMAM

CENTRO CULTURAL DOS POVOS DA AMAZÔNIA